

UNIVERSIDADE DO ALGARVE  
FACULDADE DE ECONOMIA

**Resiliência Regional no Algarve: uma Pesquisa Qualitativa baseada na  
Perceção de Atores Estratégicos da Região**

FERNANDA ROSENBERG SANTOS

Dissertação

Mestrado em Turismo Económico e Desenvolvimento Regional

Trabalho sob a supervisão de:

Prof. Doutor Hugo Emanuel dos Reis Sales da Cruz Pinto

2020

UNIVERSIDADE DO ALGARVE  
FACULDADE DE ECONOMIA

**Resiliência Regional no Algarve: uma Pesquisa Qualitativa baseada na  
Perceção de Atores Estratégicos da Região**

FERNANDA ROSENBERG SANTOS

Dissertação

Mestrado em Turismo Económico e Desenvolvimento Regional

Trabalho sob a supervisão de:

Prof. Doutor Hugo Emanuel dos Reis Sales da Cruz Pinto

2020

**Resiliência Regional no Algarve: uma Pesquisa Qualitativa baseada na  
Perceção de Atores Estratégicos da Região**

Autorização de Declaração de Trabalho

Fernanda Rosenberg Santos



**Copyright**

© Copyright: Fernanda Rosenberg Santos, 2020

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

## **Agradecimentos**

Ter optado por desenvolver os meus estudos em Turismo Económico e Desenvolvimento Regional na Universidade do Algarve, levou-me a descobrir que o Algarve é uma região deslumbrante, onde pretendo fixar-me.

Agradeço imensamente ao Professor Hugo Pinto, que me orientou a descobrir o sentido, o contexto e a dimensão do tema “Resiliência”, aconselhando-me a nível teórico, no planeamento da pesquisa e no estabelecimento de uma proposta diferenciada de análise.

Agradeço à biblioteca da Universidade do Algarve, onde encontrei uma vasta literatura sobre Portugal, o Algarve e estudos sobre o turismo.

Quero, ainda, agradecer ao Professor Luís Coelho pela sua presença ativa e profissional, integrada na comunidade académica, científica e regional, que facilitou a participação e colaboração de variados representantes dos atores estratégicos nesta pesquisa sobre a resiliência do Algarve à crise global.

Aos demais professores do mestrado, que me orientaram neste caminho de autodescoberta e de introdução ao trabalho científico, os meus sinceros agradecimentos.

Impossível olvidar os amigos no Algarve: Blanca Mendiguren, Beatriz Vinha Jana Rogieri, Emilia Kotiranta, Justine Nathan, Lucas Martínez, Luca Sammarchi, Lahja Engelman, Maria Mayrinck, Pedro Rocha, Renata Fleck, Robert Priester, Victor Choquet, e especialmente ao Guilherme Nunes da Cruz Fonseca Magalhães.

Por fim, ao meu irmão Rafael Rosenberg, à minha mãe Márcia Rosenberg, ao meu pai César Santos e ao meu avô Genival Paulino e a Diego Arjonas, por toda orientação e experiência. Queridos, o meu amor por vocês é infinito!

## **Abstract**

This dissertation is based in a qualitative and exploratory research to understand the socio-economic resilience on the Portuguese region of the Algarve since it was impacted by the 2008 global economic crisis. The study is the result of a qualitative analysis exercise by applying a bottom-up method and includes specific aspects of the literature review based on evolutionary resilience.

The study investigated the current path of the Algarve after the crisis, through objective questions based on the perception of the key actors in this region. Respondents sought to answer the main research questions: (a) What are the negative aspects of the 2008 crisis? and (b) What did the actors of the region draw as lessons from this crisis? In order to collect the main data for this research, the interviews were recorded and transcribed directly into a specific data storage system for qualitative analysis – MAXQDA.

The results obtained show that the Algarve, as a tourist destination, is highly specialized in this sector. But sometimes this excessive specialisation causes constraints on the development of the other sectors and in the whole economy. In this research, the actors gain voice and share their views about the development of the region.

Thus, for the Algarve region to guarantee the opportunity to growth, it has to share a governance system among the region's municipalities, improve public accessibility through inter municipal public transportation in the region, as well as to establish tools to strengthen the unique and expressive image of the Algarve.

**Keywords:** Algarve, evolutionary resilience, global crisis, qualitative approach, sectors, tourism destination.

## Resumo

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, que objetiva compreender a resiliência socioeconómica do Algarve a partir do impacto da crise global de 2008. A pesquisa é o resultado de um exercício prático de aplicação do método ‘*bottom-up*’ e integra aspetos específicos de revisão de literatura sobre resiliência evolucionária.

O estudo investigou o atual caminho do Algarve, após a crise, através de perguntas objetivas, com base na perceção de atores da Região. Os entrevistados procuraram responder às seguintes questões de pesquisa: (a) *Quais os aspetos negativos provocados pela crise de 2008?* e, (b) *O que os atores da região retiraram como lições dessa crise?* Para coletar os dados desta pesquisa, as entrevistas presenciais foram gravadas e transcritas diretamente num sistema de armazenamento de dados específicos para a análise qualitativa – MAXQDA.

Os resultados obtidos mostram que o Algarve, enquanto destino turístico, é altamente especializado no sector. Mas, por vezes, essa especialização reprime o desenvolvimento de outros sectores que são transversais àquele. Nesta pesquisa, os atores ganham voz e partilham a sua visão, ao ratificar a colaboração indispensável dos outros sectores no desenvolvimento turístico da região. Para o Algarve garantir maior dinamismo regional deve estruturar um sistema de governança partilhado entre os municípios e desenvolver a mobilidade (através dos transportes intermunicipais na região), bem como estabelecer medidas que contribuam para o alinhamento das câmaras municipais no sentido de fortalecer a imagem única e expressiva do Algarve.

**Palavras-Chaves:** abordagem qualitativa, Algarve, crise global, destino turístico, resiliência evolucionária, sectores.

## Índice Geral

<b>Agradecimentos</b> .....	iv
<b>Abstract</b> .....	v
<b>Resumo</b> .....	vi
<b>Lista de Figuras</b> .....	ix
<b>Lista de Tabelas</b> .....	x
<b>CAPÍTULO 1. Introdução</b> .....	12
1.1. A Resiliência na Compreensão das Transformações Globais .....	12
1.2. Desempenho dos Sistemas ao Absorver os Impactos da Crise .....	13
1.3. Relevância e Objeto de Estudo .....	14
1.4. A Metodologia e a Estrutura do Estudo .....	15
<b>CAPÍTULO 2. Revisão de Literatura</b> .....	18
2.1. Os Eventos Disruptivos e o Começo do Estudo da Resiliência .....	18
2.2. A Evolução do Conceito de Resiliência .....	19
2.3. Resiliência e Diferentes Níveis de Análise .....	24
2.3.1. O Modelo de Gestão e o Sistema Regional de Inovação .....	28
<b>CAPÍTULO 3. Abordagem Científica e Métodos de Investigação</b> .....	30
3.1. A Abordagem e o Processo da Pesquisa .....	30
3.2. Arquitetura do Guião .....	31
3.3. Amostra da Pesquisa .....	32
3.5. Como Proceder à Análise de Conteúdo .....	33
3.5.1. O Teste das Hipóteses .....	33
3.5.2. As Categorias da Análise de Conteúdo .....	34
3.6. A Dinâmica das Entrevistas .....	36
<b>CAPÍTULO 4. O Estudo de Caso do Algarve</b> .....	38
4.1. O Algarve: um Destino Turístico .....	38
4.2. A Crise Económica em Portugal .....	40
4.3. A Recuperação Económica de Portugal e do Algarve .....	41
4.4. A Especialização Inteligente do Algarve .....	44
4.5. A Perspetiva dos Atores Regionais sobre a Resiliência do Algarve .....	46
4.5.1. <i>As Razões da Crise Global</i> .....	49
4.5.2. <i>Unidade de Contexto 1: As Causas da Crise Global</i> .....	49
4.5.3. <i>Unidade de Contexto 2: As Causas da Crise em Portugal</i> .....	50

4.5.4. <i>Unidade de Contexto 3: As Causas da Crise no Algarve</i> .....	52
4.5.5. <i>Unidade de Contexto 4: As Causas da Crise na Organização</i> .....	53
4.5.6. <i>Unidade de Contexto 5: As Causas da Crise no Papel do Turismo</i> .....	54
4.6. <i>Variedades de Resiliência da Região face à Crise</i> .....	55
4.6.1. <i>Sobre a Resistência do Algarve à Crise</i> .....	56
4.6.2. <i>Sobre a Recuperação do Algarve após a Crise</i> .....	58
4.6.3. <i>Sobre a Reorientação do Algarve após a Crise</i> .....	60
4.6.4. <i>Sobre a Renovação do Algarve após a Crise</i> .....	61
4.7. <i>O Momento Atual</i> .....	61
4.7.1. <i>Uma Visão Geral</i> .....	61
4.7.2. <i>RIS3 Algarve, Fundos Estruturais Europeus e as Medidas para Favorecer a Resiliência e o Dinamismo Regional</i> .....	64
<b>CAPÍTULO 5. Conclusão: Discussão, Implicações e Limitações</b> .....	68
5.1. <i>Discussão dos Resultados</i> .....	68
5.2. <i>Implicações Práticas</i> .....	71
5.3. <i>Implicações da Literatura</i> .....	72
5.4. <i>Limitações e Sugestão de Novas Pesquisas</i> .....	72
<b>Referências</b> .....	74
<b>Anexo I - Teorias Económicas da Resiliência</b> .....	80
<b>Anexo II - O Modelo de Governança Interacionismo de Longo Prazo</b> .....	81
<b>Anexo III - O Sistema &amp; A Organização da Análise dos Dados</b> .....	82
<b>Anexo IV - Síntese do Propósito de Análise dos Enunciados do Inquérito</b> .....	86
<b>Anexo V – Resultados Macroeconómicos do Algarve</b> .....	88
<b>Anexo VI – Resultados das Empresas Não Financeiras no Algarve</b> .....	90
<b>Anexo VII – O Algarve mais Dinâmico e Inovador</b> .....	92
<b>Apêndice 1 – Modelo do Inquérito da Resiliência – email</b> .....	94
<b>Apêndice 2 – Sinopse das Entrevistas</b> .....	97
<b>Apêndice 3 – Tabela dos Contactos Realizados durante a Pesquisa</b> .....	103

## Lista de Figuras

<b>Figura 2.1:</b> As Trajetórias de Resiliência .....	22
<b>Figura 2.2:</b> Mecanismos de Interação Multiníveis .....	27
<b>Figura 4.1:</b> Esquema Teórico Interpretativo.....	59
<b>Figura 4.2:</b> Matriz SWOT da Inovação no Algarve.....	63
<b>Figura 4.3:</b> Matriz da Inter-Relação das Respostas dos Representantes do Algarve....	66

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 2.1:</b> Definições de Resiliência. ....	20
<b>Tabela 2.2:</b> Tabela com Alguns dos Instrumentos Comuns de Domínio Político e Utilizado em Diferentes Níveis Territoriais. ....	25
<b>Tabela 3.1:</b> Quadro Síntese Sobre Níveis de Análise.....	31
<b>Tabela 4.1:</b> Número Total ao Ano do Desemprego Registrado no Algarve.....	43
<b>Tabela 4.2:</b> O Modelo Teórico Tipológico Operacionalizador da Análise.....	51
<b>Tabela 4.3:</b> Escala Regional de Análise do Detalhamento Socioecológico.....	57
<b>Tabela 4.4:</b> Percentagem de Respostas ‘sim’ do Total de Entrevistados na Pesquisa...	65

## **Lista das Abreviações**

CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
I&D	Inovação e Desenvolvimento
INE	Instituto Nacional de Estatística
NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais
PIB	Produto Interno Bruto
RIS	Research and Innovation Strategies for Smart Specialization
SRI	Sistema Regional de Inovação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
UAlg	Universidade do Algarve
UNWTO	Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas
VAB	Valor Acrescentado Bruto

# **CAPÍTULO 1. Introdução**

## **1.1. A Resiliência na Compreensão das Transformações Globais**

A globalização é considerada um fenómeno mundial que foi acelerado no século XX e que provoca facilidades logísticas, nomeadamente no acesso das pessoas a diferentes sítios do mundo. A intensa locomoção de indivíduos e os avanços da tecnologia são dos fatores que mais contribuem para as transformações globais.

Conforme publicação da Comissão Europeia (COM, 2017) bem como pelos dados que constam no Instituto Global McKinsey, na Organização Mundial do Turismo e na OCDE, no ano de 2016 aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas realizaram viagens internacionais e 244 milhões de pessoas vivem fora de seus países de origem.

As diferentes repostas aos desafios socioeconómicos dependem grandemente das políticas fiscais transfronteiriças, nomeadamente no que diz respeito à utilização de metodologias e ferramentas de controlo e aos estudos de impacto e avaliação de riscos.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2018), o turismo, enquanto atividade económica de alta diversificação, é um dos principais sectores exportadores da economia global. Segundo Laws (1995), o turismo é considerado como uma atividade que permite a deslocação de indivíduos para diversos sítios do planeta. O turismo é definido como uma atividade temporária, na qual, conseqüentemente, os turistas desejam despende da melhor forma o seu tempo nos destinos turísticos aos quais se deslocam. O efeito multiplicador, conforme Laws (1995), assenta nas atividades geradas em nome do turismo, calculadas pelos benefícios do consumo realizado pelos turistas e que se dividem entre diversos sectores e através da comunidade. O turismo é uma atividade de influência crescente, direta e indireta, tangível e intangível, no aumento dos mecanismos de comunicação e do conhecimento. Sendo assim, a noção de globalização tem vindo a consubstanciar-se como um estímulo aos objetivos políticos globais e trazendo consigo um conjunto de novas oportunidades (COM, 2017).

O objetivo desta pesquisa é investigar as causas e os efeitos da crise financeira global, que teve início no final de 2007, com forte impacto na maioria dos países europeus a partir de 2008. Segundo Boschma (2015) a crise económica global é um dos aspetos que despertaram o interesse nos estudos sobre resiliência regional. Em Portugal, deu azo a novas aprendizagens a nível de gestão de risco, nomeadamente no que diz respeito aos

estudos sobre a resiliência, tendo em conta que a crise representa um evento disruptivo e afeta em grande escala os sistemas socioeconómicos (Pinto & Baycan, 2018).

## **1.2. Desempenho dos Sistemas ao Absorver os Impactos da Crise**

*Resiliência* é a capacidade de um determinado sistema de absorver os impactos provocados por um evento disruptivo. Segundo Davoudi et al. (2012), um *sistema* é como um organismo vivo, ou seja: num sistema, a evolução ocorre por fases, onde a constante progressão, ou realização das fases, permite que o sistema ascenda a outros níveis. Por outras palavras, na resiliência evolucionária a evolução do sistema ocorre por ciclos e, sendo assim, abrange a teoria panárquica, na qual se compreende que, ao completar um ciclo, o sistema evoluirá.

Com efeito, o objetivo de mensurar a capacidade de absorção do sistema assenta na necessidade de identificar as ferramentas utilizadas no passado, que poderão servir para complementar a aprendizagem no futuro. Portanto, a reflexão sobre o evento passado é fundamental para que se possa trazer à compreensão dos pontos positivos e negativos ocorridos, através da aplicação de metodologias que permitam analisar esse mesmo evento, assim como apresentar as ferramentas utilizadas para mensurar os seus impactos.

A análise da resiliência do sistema terá em conta não somente a avaliação do retorno imediato, ou de curto prazo, mas também a resposta do sistema ao impacto, gerando reflexão sobre a direção em que o sistema se encontra no momento, de forma a que as tomadas de decisão não comprometam a existência de gerações futuras do sistema. A teoria da resiliência evolucionária será útil a um avaliador para identificar a capacidade que o sistema possui para responder ao choque, não somente pela quantidade, mas também pela qualidade. Um avaliador não deverá referir apenas a sua noção de retorno ao ponto em que o sistema se encontrava anteriormente ao choque (Scheffer, 2009), mas também aos caminhos de adaptação.

Tendo em vista que mensurar o desempenho de um sistema territorial é uma tarefa complexa, mas que permitirá identificar a orientação do sistema regional – formado pelas estruturas económicas capazes de absorver os distúrbios – através do conceito de resiliência económica evolucionária regional, opta-se por tratar as mudanças como transformações orgânicas dentro desse sistema (reforçando que essas transformações podem ter origem em fatores de alteração externa ou interna).

Assim, o estudo da resiliência é a “*investigação sobre a capacidade do sistema se reorganizar, crescendo através da aprendizagem e da adaptação à capacidade de*

*construção*” (Holling & Walker, 2003: p.1). Assim, o desempenho do sistema será definido a partir do momento de perturbação, até o momento do cálculo do retorno do sistema. A absorção dos impactos de uma crise é considerada através dos caminhos de adaptação, que é onde o sistema será tido como mais ou menos resiliente a choques.

Nesse sentido, deve ter-se em vista que há pressão de fatores externos na adoção de políticas internas e que a crise reforça a necessidade de que decisores políticos e autoridades locais procedam respondendo aos fatores de mudanças que possam ameaçar a estrutura e funções do sistema. Desta maneira, assume-se que as sugestões fortificam os mecanismos de ações internas, no sentido da contínua melhoria das estruturas do sistema, e que essas poderão ser essenciais na adaptação a choques. O sistema poderá ser observado mais atentamente, a fim de que estruturas essenciais não sofram alterações e, portanto, considera-se que as circunstâncias se alteram ao longo do tempo (Pinto & Santos, 2014).

Conforme Hall & Soskice (2001), a diversidade é composta por uma variedade relacionada de elementos com diferentes funções dentro de um sistema. Neste sentido, o desenvolvimento das políticas públicas deverá basear-se no conhecimento dos mecanismos de transformação do sistema e das estruturas que são essenciais na resposta aos eventos que impactam as dimensões sociais, ecológicas, ambientais, económicas, num território.

Portanto, segundo Boschma (2005), as políticas deverão corresponder à denominação de um único sistema. Simultaneamente, para os académicos e interessados no debate sobre a resiliência regional. É fundamental compreender a dinâmica multinível presente na hierarquia dos sistemas políticos, isto é, pela partilha dos instrumentos utilizados na gestão pública e em algumas regiões europeias. Através de estudos de caso, será possível identificar o contexto regional, com o propósito de avaliar a condição territorial, como identificar as estruturas económicas que estão organizadas na implementação das políticas públicas que reforçam o desenvolvimento regional.

### **1.3. Relevância e Objeto de Estudo**

A crise financeira global, com origem nos Estados Unidos, é considerada como a raiz do problema. A falência dos bancos devido às políticas bancárias frágeis adotadas, comprometeram diretamente a relação de confiança com os indivíduos, em alguns países e regiões. As políticas de Estado de restrição ao crédito de instituições financeiras,

reduziram a aquisição do crédito pelas famílias e pelos pequenos negócios, com interferência no consumo imediato.

Por outro lado, as políticas de controlo do Estado recorrem a ferramentas oriundas de políticas keynesianas, onde o governo recorre a instrumentos públicos para intervir num período de recessão, estimulando o aumento de emprego e da produção. Em Portugal, tal política foi implantada, mas tendo como resultado o endividamento do Estado ao assumir as dívidas dos bancos e a falência paralela de alguns mercados.

A região do Algarve é, primordialmente, um destino turístico e representa 4,6% do total do PIB da economia portuguesa (INE, 2019). No momento em que a crise se manifestou, os resultados macroeconómicos negativos da região do Algarve (proporcional queda dos indicadores de produção e de desemprego) chamaram, naturalmente, a atenção dos decisores políticos.

Após análise dos dados fornecidos por um grupo de atores especializados na região, os resultados desta pesquisa tornaram-se ainda mais relevantes, já que aqueles valorizam o modo como esta região de Portugal recuperou da crise, bem como facilitam a compreensão do nível em que os recursos internos se encontram, no momento atual.

#### **1.4. A Metodologia e a Estrutura do Estudo**

Na corrente económica evolucionária têm de considerar-se as diferentes partes que compõem um sistema – diversidade de indivíduos, organizações, indústrias e relações políticas –, pois todos possuem distintas perceções sobre a resiliência (Boschma, 2015).

Portanto, a abordagem qualitativa deste estudo terá o propósito de investigar interações socioeconómicas, entre os níveis micro e macro, através da análise de conteúdo de entrevistas presenciais e escritas, que colaboraram para identificar elementos transversais comuns.

O objetivo foi identificar qual ou quais as estruturas económicas que foram capazes de demonstrar maior resiliência económica na região, sendo que as organizações correspondem aos sectores designados pela Estratégia de Especialização Inteligente do Algarve (RIS3).

O estudo prático da resiliência deve compreendê-la com base no tempo, história e espaço (Boschma, 2015). A história é a referência do passado que permite que, no momento atual, seja feita uma reflexão do período da perturbação. Desta forma, o tempo é uma definição pós-choque que pontua o caminho em que a região se encontra no

momento. Por fim, o espaço é uma teoria onde a resiliência económica evolucionária regional será implementada.

Através dos resultados macroeconómicos sobre a produção e o desemprego (OCDE, 2017), a pesquisa ocorreu no nível micro, com a aplicação metodológica no nível meso (ou intermédio). A fim de certificar as características da resiliência económica regional do Algarve, partiu-se do cenário macroeconómico, que revelou quais as fragilidades que Portugal conseguiu superar, afunilando no nível micro regional, onde se reflete então sobre a qualidade da recuperação da crise de uma das regiões de Portugal.

O Algarve possui um sistema económico aberto e vulnerável a fatores externos, já que é um destino turístico. Consequentemente, o tecido económico é predominantemente marcado pelo turismo, sector considerado como complexo e transversal, capaz de integrar desafios económicos, sociais, ambientais e institucionais.

No **Capítulo 2**, apresenta-se o fenómeno estudado – a resiliência - e que é difícil de ser compreendido corretamente, se for reduzido a apenas uma dimensão do conhecimento. A revisão da literatura permitiu-nos, a partir do contributo científico de Holling (1973) sobre a resiliência, perceber que os estudos dos sistemas ecológicos possibilitam o conhecimento acerca da capacidade de um sistema absorver um choque e não ver alterar dramaticamente as suas estruturas (Holling, 1996).

No **Capítulo 3**, a metodologia da pesquisa será apresentada em dois blocos:

- O primeiro, através do quadro teórico-metodológico e da formulação da análise de conteúdo, é, sobretudo, a aplicação dos elementos da revisão da literatura que reforçam um modelo de governança e interacionismo.

- O segundo, através de uma técnica metodológica que consiste na aplicação do estudo de caso e na apresentação dos resultados, e na forma como a análise de conteúdo ocorreu, a fim de demonstrar a técnica utilizada junto aos atores na abordagem qualitativa e exploratória da pesquisa.

O **Capítulo 4** contempla a apresentação dos resultados, onde a perspetiva dos atores chave serve como diretriz na estratégia desta pesquisa, que identifica as estruturas económicas da região do Algarve que podem ser capazes de garantir, a longo prazo, a governança de riscos com uma maior resiliência regional a longo prazo. A finalidade da pesquisa é, então, aplicar o desenvolvimento de políticas sustentáveis em destinos turísticos, os tipos de atores-chave entrevistados encontram-se na lista de representantes sugerida por Miller et al. (2013).

O estudo termina com um conjunto de conclusões, onde se favorece o desenvolvimento das políticas regionais. Sintetiza ainda a metodologia utilizada neste estudo e procura estimular futuras pesquisas.

## **CAPÍTULO 2. Revisão de Literatura**

### **2.1. Os Eventos Disruptivos e o Começo do Estudo da Resiliência**

Após percorrer diversos estudos, foi nas investigações de Nijkamp (2009) e Simmie (2014), que a perspectiva económica e evolucionária se destacou como fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

O distúrbio provocado por uma crise económica é um fator de mudança num sistema e permite averiguar como os sistemas socioeconómicos trabalham na sua capacidade de adaptação (Pinto & Santos, 2014). A partir da incidência de um evento, num determinado espaço e num determinado período, é possível desenvolver-se uma análise negativa ou positiva.

Os distúrbios apresentam grande amplitude na literatura sobre resiliência e, ao desconstruírem-se os efeitos negativos de uma crise (Simmie, 2014), estes distúrbios passam a ser referenciados não somente pelos efeitos negativos, mas também pelos positivos. Assim, tal como apresentado em Simmie (2014), também autores como Schumpeter (1939), Simmie & Martin (2010), Yiheyis (2010) Pinto & Santos (2014), Boschma (2015), Pinto (2018), Pinto & Baycan (2018) e Figueiredo & Schumann (2018), apresentam, nos seus estudos, o conceito da resiliência económica evolucionária como resposta a um evento disruptivo ao sistema territorial.

O estudo da resiliência é, então, desenvolvido a partir de um distúrbio, um choque, turbulência, uma perturbação, externos ou internos. O período que decorre entre o distúrbio e a resposta ao choque é considerado como período de transição. Sendo assim, este período é investigado, de forma a que, por meio de técnicas de análise, se reconheçam os mecanismos das ações que habilitaram o sistema a responder a esse distúrbio.

No entanto, em muitas teorias que discorrem sobre a noção de recuperação de um sistema aos choques, esta é tida como um facto que pode ser positivo ou negativo, de acordo com o crescimento do sistema. Em suma, a qualidade da recuperação do sistema é o produto de uma reflexão sobre as causas do evento e do seu grau de influência.

Conforme Boschma (2015), eventos disruptivos como terremotos, tempestades, atentados terroristas, furacões, guerras, epidemias, crises, etc., são considerados como exemplos de eventos que não dependem do controlo de uma gestão, pois, de certa forma, são incontroláveis. No entanto, de forma preventiva, existem ações que podem colaborar, minimizando os efeitos das consequências, a fim de que o sistema continue a prosperar ao longo do tempo, desenvolvendo ferramentas de gestão de emergências.

Para Pinto & Santos (2014), a explicação de períodos de transição significa um período de declínio, nos quais os fatores das causas não estão diretamente relacionados com o evento externo, mas ao *stress* interno de gestão ou controlo. Por exemplo: quando, ao arranjar a solução para um problema, há a presença de conflitos de ideias, falta de competência ou habilidades específicas para superar desafios que estão a ocorrer.

Esses fatores trazem à discussão valores estratégicos que são relevantes, pois abordam que a desorganização interna pode causar o contínuo declínio da qualidade do meio ambiente e comprometer gerações, a longo prazo.

Conforme Butler (1980), isto também pode ocorrer devido a ações de exploração, como, por exemplo, no desenvolvimento turístico, onde é explícito que um fator de mudança negativa ocorre pela exploração inconsciente e deliberada. E, para a gestão pública, é o primeiro sinal de problemas de ordem social, económica, ecológica e ambiental. Por fim, a situação de mudança pode ser iniciada por conta do problema, mas a alteração do comportamento irá depender dos elementos internos do sistema.

Para Simmie (2014), a desconstrução criativa obriga a que, num período de transformação, o sistema deva assumir uma visão compartilhada, já que o sentido de desconstrução implica uma retirada das impurezas que habitavam no sistema e, em contrapartida, dificultavam a absorção de recursos pertinentes para a evolução.

Para sublinhar o que foi exposto, Desmet & Rossi-Hansberg (2009) consideram que é nos períodos de transição, ou desconstrução, que os novos produtos, serviços e inovação tecnológica, são, de facto, introduzidos na dinâmica de mercado, sendo, assim, uma alternativa para responder de forma positiva a eventos que *a priori* desestabilizaram a perceção do equilíbrio no sistema.

## **2.2. A Evolução do Conceito de Resiliência**

De acordo com Davoudi et al. (2012), a amplitude sobre os estudos da resiliência surge a partir da explicação de sistemas ecológicos feita por Crawford Stanley Holling (1973). Foi este o momento em que se deu a introdução do conceito de resiliência em diversas áreas científicas.

Conforme Pinto & Santos (2014), a pesquisa realizada por Holling (1973) apresentou o conceito principalmente pela diferença de teorias: resiliência mecânica e ecológica. De acordo com Davoudi et al. (2012), é uma associação metafórica que se baseia no facto de a evolução decorrer por ciclos adaptativos. Nesse sentido, através deste

autor, pode ser observada, conforme a Tabela 2.1, a evolução do conceito de resiliência. Trata-se da definição de conceitos relevantes, pelo que, com base no desenvolvimento teórico deste autor, outras literaturas foram selecionadas, sob a mesma definição de resiliência.

**Tabela 2.1:** Definições de Resiliência. (Fonte: Elaboração da autora baseado em Davoudi et al., 2012).

<b>Tipos de Resiliência</b>	<b>DEFINIÇÕES</b>
<b>Resiliência Mecânica</b>	O retorno ao equilíbrio prévio após um distúrbio (Holling, 1973, 1986), pode ser compreendido através de diversos tipos de distúrbios externos (ex. desastres naturais, crises económicas, guerras, revoluções, etc.). O retorno enfoca sobre as falhas e utilizam o conhecimento da resiliência para descrever a eficiência, a constância e previsibilidade.
<b>Resiliência Ecológica</b>	Esta noção considera a magnitude do distúrbio que pode ser absorvido pelo sistema antes deste alterar a sua estrutura (Holling, 1996). O tempo já não transfere tanta restrição à condição de retorno do sistema, mas sim a magnitude do impacto em que o sistema é capaz desse manter dentro dos limites críticos, ou seja, persistir ou adaptar-se (Adger, 2003).
<b>Resiliência &amp; Dependência de trajetória – Recuperação</b>	<i>A priori</i> a magnitude do impacto poderá causar alterações flutuantes no sistema, mas o princípio a que se rege neste entendimento é que o sistema normalmente retorna para o estado anterior. Ao ser aplicado sobre a capacidade de recuperação de impactos a desastres urbanos, por exemplo, Vale & Campanella (2005), ao descrever a capacidade como retorno de destruições baseia-se no sentido quantitativo. Por fim conforme Folke et al. (2010) resiliência é a capacidade de preservar e retornar para o equilíbrio anterior.
<b>Resiliência Evolucionária</b>	A definição proposta por Scheffer (2009) cria desafios ao entendimento sobre o equilíbrio do sistema; neste sentido, o autor propôs que o sistema poderá alterar-se ou mover-se ao longo do tempo, a partir ou não de um distúrbio externo. Assim como esta definição compreende o entendimento da complexidade de se entender as alterações de um sistema, a qualidade subentende como o sistema deverá evoluir no tempo e transfere que o sentido de retorno já não compreende a igualdade de um estado anterior. Sendo assim, esta perspectiva desafia o planeamento convencional, sob a influência de constantes mudanças em que os resultados do passado não servem para reduzir as incertezas do futuro.

A resiliência ecológica será como a “magnitude do distúrbio que transfere e pode ser absorvido, antes do sistema alterar sua estrutura” (Holling, 1996: p.33). Segundo Holling (1996) extrai-se essencialmente que a habilidade dos sistemas é definida como a capacidade desses em interpretar os choques, a fim de compreender a capacidade de o sistema se reorganizar. De acordo com casos específicos ou típicos de questão, assim

como Davoudi et al. (2012), a habilidade de distinguir os aspetos do sistema sobre o retorno ao equilíbrio prévio é o mesmo que avançar para outros estados de equilíbrio.

Para complementar a profundidade de um determinado estudo em explorar a resiliência a partir de assuntos ambientais: a resiliência mecânica, conforme Holling (1996, p.31) é apresentada sob os aspetos determinantes do retorno do sistema, pela eficiência, constância e previsibilidade, enquanto que a resiliência ecológica é um assunto mais complexo, qualitativo e descontínuo conforme Davoudi et al. (2012).

Para Pinto (2018) o assunto começou a ser mais debatido, na sociedade contemporânea é preciso trabalhar a habilidade das regiões se reconfigurarem socioeconomicamente perante os choques. Utiliza-se, por exemplo, o facto, segundo Christopherson et al. (2010) de que as manifestações das ações dos indivíduos estão em constante processo de transição a partir da produção humana e das suas relações sociais. Conforme Niosi (2011), as estruturas internas são os recursos, competências, habilidades e experiências acumuladas, que, a partir das circunstâncias externas, são modeladas internamente e determinam certos padrões da trajetória futura de desenvolvimento do sistema. Por seu turno, Pinto & Santos (2014) tratam da dependência da trajetória como um bloqueio do caminho futuro no desenvolvimento regional, pois sob o comportamento do sistema, as estruturas essenciais devem ser consideradas e não reduzidas, a fim de que as qualidades das estruturas do sistema sirvam para o controlo dos impactos causados pelos distúrbios.

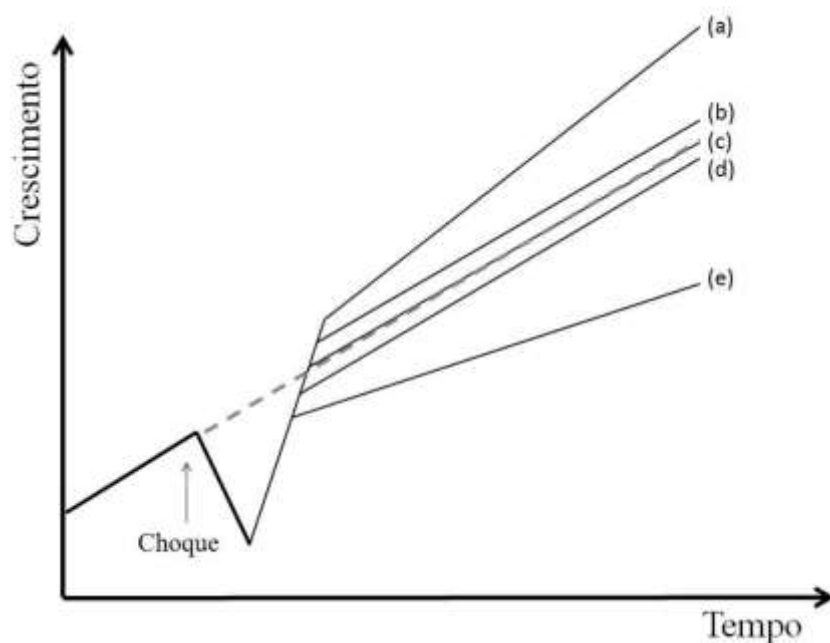
A resiliência evolucionária é, então, o conceito a ser adotado, de modo a que o estado de equilíbrio do sistema seja representado por um caminho de adaptação que permita pontuar quando o sistema retornou do choque. No entanto, a qualidade do retorno deverá ser incluída na compreensão da resiliência, pois conforme Pinto & Santos (2014), a dependência de trajetória do passado pode não justificar as incertezas do futuro. Assim, o sentido de um estado anterior poderia ser considerado como um bloqueio à evolução futura do sistema.

Conforme Pinto (2018), Pinto & Baycan (2018), os aspetos determinantes assentam nas estruturas institucionais que constituem o tecido económico e a especialização inteligente, enquanto que a história e a dependência de trajetória influenciam o comportamento do sistema num determinado período, bem como as redes de conhecimento, clusters e sistemas de inovação.

As determinantes do sistema são aspetos que constituem a análise de sistemas territoriais, pois quando se afirma que os sistemas se recuperam de algum choque (ver

Figura 2.1), quer dizer-se que a capacidade de absorção do choque e do *stress* por parte de um sistema é o conjunto das variáveis determinantes num sistema regional. Sendo assim, o retorno ao equilíbrio subentende não só a recuperação do crescimento pós depressão, mas a identificação dos caminhos alternativos após o choque<sup>1</sup>.

**Figura 2.1:** As Trajetórias de Resiliência. Fonte: Pinto & Santos (2014: p. 6), inspirados em Simmie & Martin (2010).



Conforme Figueiredo & Schumann (2018), sistemas que retornam para o estado anterior podem não ser considerados como resilientes. Em outras palavras, é necessário retirar lições e aprender, tendo em conta as diferenças da incidência dos eventos que causam as novas circunstâncias. Afinal, a investigação dos caminhos enraíza os aspetos determinantes que certificam que o sistema retorne do choque com qualidade.

Para analisar a resiliência regional, Pinto & Santos (2014) recorreu aos quatro caminhos representados na figura anterior, que foram interpretados segundo Simmie & Martin (2010) e estão descritos adiante, a fim de que o sistema seja identificado num ponto de equilíbrio a retirar lições sobre o grau em que o sistema é capaz de ter absorvido as mudanças provocadas pelo evento externo.

---

<sup>1</sup> A Figura 1.1. do Anexo I busca transferir uma nova interpretação sobre a evolução dos caminhos de adaptação para a economia e compreende os caminhos apresentados por Pinto & Santos (2014) e Pinto (2018). A linha da “reorientação\*” nesta figura é, a longo prazo, a aprendizagem coletiva que ilustra o crescimento socioeconómico pela formação do conhecimento de especialidades e da diversificação das propriedades essenciais do sistema, enquanto que a renovação é o caminho que se deseja atingir.

Os caminhos são os seguintes: (i) resistência é a capacidade de um sistema manter a sua estrutura contra choques externos; (ii) recuperação é a explicação sistémica esperada de qualquer sistema após um choque; (iii) reorientação é a adaptação às novas ordens de comando do sistema; e (iv) renovação é a geração de novos caminhos para a adaptação.

Os aspetos determinantes formam características essenciais num sistema e a finalidade da análise prática da resiliência sob os caminhos de adaptação é, pela inovação, uma determinante capaz de colocar o sistema num caminho de renovação (Pinto, 2018). De acordo com Cruz et al. (2012) a inovação é um processo interativo, transformador no ambiente organizacional, e, por fim, uma das diversas formas que contribuem para a aprendizagem coletiva.

Para Simmie (2014) a capacidade de aprendizagem de um sistema é a forma como este poderá adaptar-se às mudanças de circunstâncias, evoluindo através de novas orientações e diferenciando-se por mecanismos de transferência do conhecimento a longo prazo. Conforme Simmie (2014) & Martin (2012, p. 5), o modelo “*plucking*” projeta a recessão como um choque e um período transitório, um efeito não permanente na economia a longo prazo e que não necessariamente compromete a tendência futura do crescimento (cf. Anexo I).

Segundo a noção do Gunderson & Holling (2002), a magnitude de que um sistema pode absorver a choques é de integrar a descrição quanto a vulnerabilidade que apresentado pelo estado de exposição com abertura e sensibilidade aos novos choques externos ao sistema que resultam na capacidade de resposta a perturbações e do entendimento da resiliência quanto a capacidade de adaptação (Adger 2000; Gallopin, 2006).

A exposição do sistema pode ser então um facto potencializador de efeitos negativos, tornando-o mais vulnerável a alterações do estado normal. Entretanto, o que se pretende alcançar é a transferência do sentido da adaptação, enquanto ocorre a afetação ou competição dos recursos, sendo que, por vezes, os sistemas se encontram presos às escolhas do passado ou ao que foi possível retirar como aprendizagem.

Conforme Carpenter et al. (2005), a resiliência evolucionária é o domínio das características de retorno de sistemas socioecológicos, não sendo normal e de habilidade complexa de mudar, adaptar e transformar as respostas a situações de *stress* e choques. A abordagem evolucionária utiliza o estudo de casos das economias de aglomeração

(Boschma, 2005), a fim de reforçar que a dificuldade da transferência do conhecimento é essencialmente a intangibilidade de se estimar valor a esta transferência (Krugman, 1991).

### **Caixa 1: A recorrência dos Incêndios em Monchique**

O incêndio decorrido em outubro de 1997 perdurou dez dias e destruiu 83% da flora da área natural de Monchique, no Algarve, região de Portugal. Em 2003 novamente aconteceu e, em 2018, queimou mais de 24000 hectares (Sillence, 2018). Os efeitos negativos, quanto à elevação da temperatura, provam que os indivíduos estão sendo submetidos às mudanças climáticas. As áreas de preservação ambiental (que necessariamente precisam ser preservadas de forma a manter a temperatura média), próximas a centros urbanos e locais também frequentados por não residentes, são rudemente devastadas por incêndios de difícil controle. Primordialmente, o risco foi estimado pela possibilidade de ocorrer a cada vinte anos, contudo ocorre agora com o prazo estimado de dez anos, contrariando assim as previsões estimadas no passado. À medida que autoridades anunciam alterações de previsões no tempo e no espaço, ocorre, *ipso facto*, a preocupação e a insegurança de quem vive e visita as áreas próximas, sem esquecer que os incêndios ameaçam a preservação das espécies, que são geradoras de outros ciclos de vida. Desta maneira, é necessário manter áreas preservadas da ação humana, a fim que o ambiente possa garantir maior integração económica, social, ambiental e política; essa escolha é assim uma razão para a existência do coletivo e que futuras gerações não sejam comprometidas. No entanto, para mover essas ações coletivas é necessário o envolvimento e participação de todos, principalmente dos atores locais, de forma perceber a proporção em que essas alterações impactam no conjunto e agir por mecanismos de políticas públicas, que poderão beneficiar a rotina da população.

### **2.3. Resiliência e Diferentes Níveis de Análise**

Áreas estrategicamente programadas para receber determinado tipo de atividade, sofrerão impactos por uma variedade de aspetos e atividades dos quais são dependentes. Conforme Cruz et al. (2012) o significado de resiliência económica regional resulta da combinação histórica de cada aglomeração económica e, conforme Saviotti (1996), os sistemas mais resilientes dependerão da sua habilidade em criar o crescimento económico através de novos caminhos, de maneira a evitar a estagnação que pode ser, também, subentendida como declínio.

O conjunto é o todo das influências das partes num determinado espaço, mas que poderá apresentar distinções das escalas a nível global, nacional e local, conforme Figueiredo & Schumann (2018). Para tanto, segundo Pinto (2018) a perspectiva económica evolucionária sobre resiliência vem sendo popular nos estudos de escala regional, quanto

ao significado da resiliência como capacidade regional do sistema sustentar o desenvolvimento a longo prazo, em sintonia com a capacidade das regiões em responder positivamente aos choques, a curto prazo.

Temos, então, que as ferramentas abaixo, descritas na Tabela 2.2, são alguns dos instrumentos políticos identificáveis, que têm por finalidade – especificamente, a nível regional –, atribuir enfoque à resiliência. O objetivo é identificar os instrumentos que definem as tarefas em escalas utilizadas no controlo e tomada de decisão dos governantes públicos.

**Tabela 2.2:** Tabela com Alguns dos Instrumentos Comuns de Domínio Político e Utilizado em Diferentes Níveis Territoriais. Fonte: extraído de COM (2017) e adaptado a esta pesquisa.

<b>União Europeia</b>	<b>Estados Membro</b>	<b>Regional</b>	<b>Local</b>
Orçamento europeu (tais como EFSI, ESIF, GAF, Horizon)	Políticas de mercado de trabalho ativas e instrumentos de apoio aos trabalhadores	Uso efetivo de fundos regionais (EFSI, por exemplo)	Soluções de cidades inteligentes
Promoção dos critérios globais regulatórios relevantes	Equidade social através da tributação	Políticas de grupos económicos e especialização inteligente	Integração de imigrantes
Planos de Investimentos Externo	Planos de investimento nacional	Modernização das infraestruturas	Núcleos de inovação e incubadoras de empresas
Desenvolvimento de assistência	Desenvolvimento de assistência	Redes de logística terrestre e marítimas	
Segurança de produtos e alimentos	Pesquisa e Desenvolvimento	Oferta de educação e treinamento	

A exemplo da escala regional, o nível mais próximo para a análise da resiliência económica é pelas políticas de grupos económicos específicos e a implementação das políticas de inovação e de especialização inteligente de acordo com a organização promovida pela União Europeia. Neste contexto, o Sistema Regional de Inovação (SRI) é um modelo fundamental para a compreensão das regiões. Pinto & Cruz (2011: 12) compreendem o SRI como:

“um conceito complexo, que não se limita a medir a inovação no território regional, mas sim o dinamismo, capacidade de adaptação e de aprendizagem de uma região, de forma a utilizar

ativos, tangíveis e intangíveis, internos ou externos, para o fortalecimento das atividades inovadoras”.

Pois, para Doloreaux e Dionne (2007), descrito por Cruz et al. (2012), o conceito de SRI é sublinhar:

“a importância dos processos de inovação e das interações entre diferentes atores, o seu ambiente e as externalidades que afetam a produção nos territórios”.

Segundo Feio e Chorincas (2009) o conceito de sistema regional de inovação é, por meio de um exemplo, o resultado das políticas públicas e palpites para uma gestão que visa o desenvolvimento. O SRI, conforme Foray (2016), é a definição da especialização inteligente num processo virtuoso e que concentra recursos e capacidade num número de domínios limite. Sendo assim, é um instrumento de política de inovação para saída da crise, pois envolve a qualidade dos resultados quantitativos.

Os sistemas de inovação são apresentados nas estratégias de especialização inteligente e, através deste instrumento, é possível realizar a identificação dos atores e suas atuações nas aglomerações que se formam na geografia espacial. Com base neste tipo de atuação será possível construir um sistema administrativamente apoiado na relação política de coesão das estruturas produtivas de uma região (Pinto & Santos, 2014: p.13):

“(...) neste aspeto, é crucial compreender que um sistema (ou estrutura económica) (...) não deve ser visto como uma ilha isolada de outros subsistemas relacionados pelo que as conexões externas dos sistemas e as diferentes sobreposições são elementos relevantes da análise”.

De acordo com Pinto (2018), os sistemas ao nível regional são cidades e comunidades, enquanto que para Cruz et al. (2012), o contexto macrossocial é a produção e a transferência de conhecimento, pois são admitidas organizações como centros tecnológicos, organismos de apoio à investigação, agências de desenvolvimento, entidades de ensino e formação, entre outros, e tendo papel importante, porque colaboram para moldar a capacidade de absorção, por parte do tecido económico do sistema, de choques e para proporcionar a diversidade dos recursos necessários ao contínuo funcionamento estratégico do território.

Segundo Braczyk et al. (1998) e Cooke (2001) a escala regional de investigação e a performance dos domínios económicos são, pelos estudos de casos, uma ferramenta

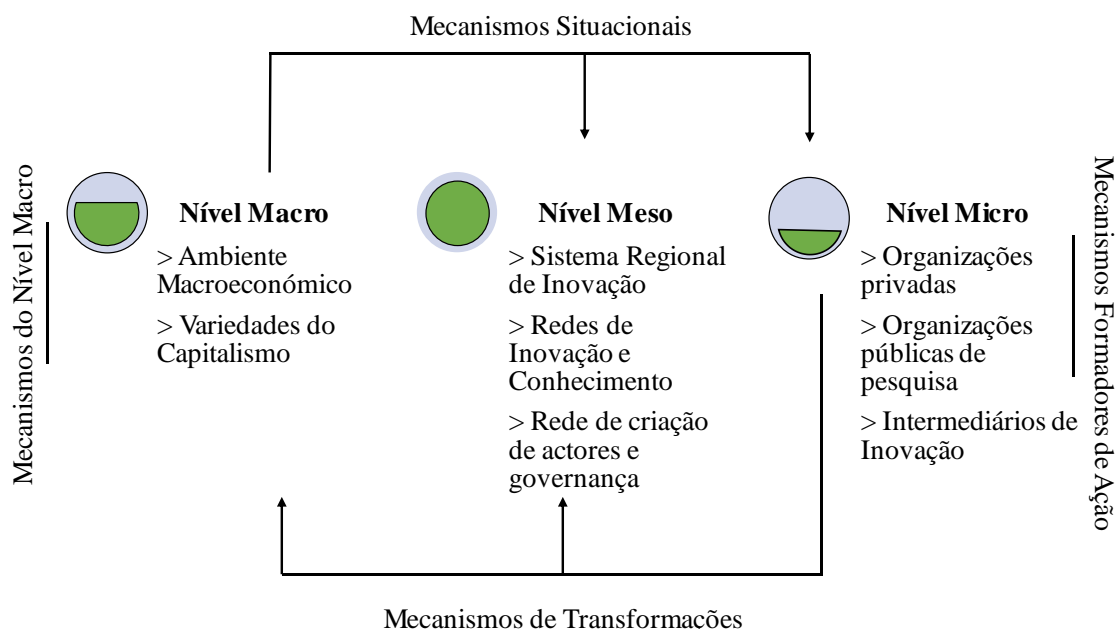
útil e apreciativa da teoria do que poderá ser tratado como uma ponte para proposições teóricas, através da variedade e abertura metodológica.

Através da relação com as políticas, ou de como se administra o todo numa área delimitada, conforme Boschma (2005), um sistema de nível regional tem de ser referenciado pelo envolvimento dos sectores no sistema de inovação da região. Segundo este autor, citando Plummer & Sheppard (2000), Markusen (2003) e Scott (2004), evolucionistas reconhecidos pelo seu pluralismo metodológico, é importante a criação de um pensamento crítico sobre as abordagens estáticas.

Segundo Yiheyis (2010), regiões são como sistemas pois possuem um sentido complexo ao tratar das interações humanas e ambientais. As regiões apresentam-se como estruturas delimitadas por seus recursos biofísicos e sociais. Segundo, Berkes & Folkes (1998), tais delimitações são arbitrárias e artificiais e não impedem que os territórios delimitem as suas ações de impacto e interação, pois as regiões englobam valores e todas as possibilidades de combinação desses valores (Yiheyis, 2010).

Neste sentido, e segundo Pinto (2018), os sistemas são geralmente referenciados pela perspectiva multinível, onde os três níveis de análise estão descritos na Figura 2.2.

**Figura 2.2:** Mecanismos de Interação Multiníveis. Fonte: extraído de Pinto (2018) e adaptada pela autora.



A leitura do esquema explora a perspectiva do nível micro ao nível macro, ao considerar relevante a proximidade com que a gestão do nível local se faz presente. A

interação dos elementos da região, através dos mecanismos de transformação, revela os assuntos que são críticos e que influenciam certos atores para uma mudança de comportamento (Pinto, 2018).

Os mecanismos situacionais, pela movimentação do nível macro ao micro, expressam como as arquiteturas políticas transferem os objetivos de aplicação dos recursos financeiros que, no entanto, poderão restringir ou fortalecer as propriedades do sistema, assim como as ações dos indivíduos no desenvolvimento de projetos (Pinto, 2018).

Por fim, a interação entre os diferentes níveis é o estudo da resiliência (Pinto, 2018), onde as explorações dos mecanismos de reflexão colaboram para a formulação das políticas públicas. A partir da variedade de atores que estão dispostos a englobar as ações dos indivíduos no reforço da capacidade de adaptação de uma região (Boschma, 2015) poder-se-á reproduzir na rotina dos atores mecanismos de transformação.

### **2.3.1. O Modelo de Gestão e o Sistema Regional de Inovação**

Conforme a OCDE (2014) a gestão de risco deve assumir etapas de responsabilidade, de forma a esclarecer a forma como as medidas deverão ser tomadas, ao relacionar o planeamento com a coordenação dos riscos críticos. Segundo Figueiredo & Schumann (2018), a demonstração do planeamento de uma visão à gestão regional é o destaque do envolvimento de atores-chave regionais e nacionais.

#### **Caixa 2: A Recuperação da Economia de Portugal**

Conforme a OCDE (2017), sobre a economia de Portugal, o país “está a passar por um processo de recuperação” perante uma recessão profunda pós crise económica global de 2008. A gestão foi reforçada pelas reformas estruturais, visíveis no desempenho positivo e notável quanto à queda do desemprego e no crescimento das exportações e da produção a nível nacional.

Em 2019, novamente a OCDE publicou que a recuperação da economia de Portugal, agora, se justifica pelas reformas estruturais e pela recente melhoria das condições globais em contribuir para a retoma da economia. Ratifica-se, desta maneira, a “recuperação económica” do país. Porém, conforme Figueiredo & Schumann (2018, p. 20), para se compreender os riscos à gestão, como desastres e choques, há de se proceder a investigações estratégicas e participativas dos multiníveis.

Por seu turno, Neto et al. (2018) observa que, em fases avançadas do processo cíclico estratégico, algumas regiões de Portugal já estão a pautar-se por uma implementação de sistemas de gestão de risco. Mesmo assim, sem olvidar o envolvimento de organizações e da sociedade (Figueiredo & Schumann, 2018), a proposição de reavaliações é uma etapa na fase cíclica estratégica a decorrer por meio da elaboração de um modelo de governança e interacionismo.

Para Neves (1996), o modelo de gestão tradicional *versus* o modelo de interacionismo, prova-se que o interacionismo é um modelo mais flexível por as ações transferirem-se em oportunidades de mudança. A organização em etapas estrutura o desempenho dos fatores, sendo, assim, o Novo Modelo, presente na Figura 2.4 do Anexo II, integrará também a fase de reavaliações.

Portanto, a partir do modelo de gestão, a etapa da reavaliação será a fase apropriada para o acompanhamento de correções, de forma a que o sistema seja flexível, capaz de absorver os resultados negativos provocados pela crise e transformá-los em positivos.

Visto que o envolvimento da massa crítica é o reforço necessário para a aplicação do instrumento que viabiliza a reflexão sob os assuntos críticos no desenvolvimento regional, a reavaliação deverá ser sistemática. Sendo assim, dado o processo de construção da especialização inteligente em Portugal, por Ramos & Rosa (2018: 59), assume-se que:

“...um instrumento chave para o desenvolvimento de base local, representando a mais compreensiva experiência política na implementação do progresso do vetor de inovação na Europa.” (...) devem ser definidas através de estratégias nacionais e regionais “...agendas de transformação económica integradas e de base local que [...]: focam a política de apoio e os investimentos, nas prioridades nacionais/regionais, nos desafios e nas necessidades fundamentais de desenvolvimento de conhecimento... e estimulam o investimento do sector privado, envolve as partes interessadas e encoraja a inovação e a experimentação.” Neto et al. (2018: p.58).

## **CAPÍTULO 3. Abordagem Científica e Métodos de Investigação**

### **3.1. A Abordagem e o Processo da Pesquisa**

Esta é uma pesquisa exploratória onde, através da abordagem qualitativa, será feita a construção de indicadores que evidenciam o desempenho da resiliência regional. Alguns atores da região do Algarve foram chamados a participar com o seu testemunho e opinião, sendo que o modelo utilizado é “de baixo para cima”, trazendo a perspectiva desses atores sobre a crise e analisando a forma como a região recuperou após a crise financeira global.

Seguindo a perspectiva destes atores, avalia-se o instrumento estratégico, a RIS3 do Algarve, como eficaz quanto à forma como os sectores da economia do Algarve foram estrategicamente estruturados e como os fundos estruturais europeus foram e são relevantes no desenvolvimento da região.

O processo para a construção da abordagem qualitativa toma em consideração a estrutura sugerida pela plataforma de reforço à aprendizagem, promovida pela Comissão Europeia<sup>2</sup>, abaixo trata-se da aplicação do método construtivo da pesquisa:

1. Diagnóstico – é possível entender a situação;
2. Prognóstico – fazer uma previsão do que poderá acontecer;
3. Prescrição – tomar decisão do que deverá ser feito.

Nesta pesquisa, o propósito será de:

- Explicar as razões da crise no Algarve.
- Os fatores que permitiram a recuperação da crise económica.
- O que os representantes da região aprenderam com a crise.
- Quais as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças na economia regional do Algarve.
- Como o Algarve absorveu os impactos da crise, na perspectiva dos representantes.

Conforme o guia técnico de Bardin (1977), a construção da análise prática teve por base o ponto que refere que “tudo deveria poder ser escrito, decifrado, pois tudo que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a análise”. Por fim, a informação resultante do inquérito, com o escopo de perguntas e respostas abertas, estrutura a análise da literatura,

---

<sup>2</sup> A informação de desenvolvimento do método ‘Foresight’, ou de previsão publicado pela Comissão Europeia pode ser acessado pelo endereço: <http://forlearn.jrc.ec.europa.eu/guide/>. Último acesso: 07.05.2019.

ou seja, segue os seguintes níveis: contexto, sistema e nicho (Pinto, 2018) - ver Tabela 3.1.

**Tabela 3.1:** Quadro Síntese Sobre Níveis de Análise. Fonte: Elaboração da autora, inspirado no conceito descrito por Pinto (2018) sobre a análise multinível para esta pesquisa, a aplicação das fontes sendo a partir da análise qualitativa.

<b>Fases da Análise</b>	<b>Descrição das Fases da Análise</b>	<b>Autores para Referência na Construção das Fases da Análise</b>
<b>O Contexto</b>	Uma configuração sociotécnica com dados coletados a partir de tendências demográficas, ideologias políticas, valores sociais e padrões macroeconómicos (Pinto, 2018). Esta demonstra “o cenário não apenas técnico, mas material da sociedade” (Pinto, 2018).	Yin (1984, p. 20) – trouxe a generalidade da abordagem proposta no design de estudos de caso que permitem ao investigador ser questionado por pelo menos quatro problemas de investigação iniciais: Quais são as questões do estudo, quais são os dados relevantes, quais dados devem ser coletados, e como analisar os resultados.
<b>O Sistema</b>	É o entendimento da mudança. Alteração da visão para (COM) é através da alocação de recursos (financeiros e habilidades) o que permite a integração dos resultados: Como a identificação da capacidade do sistema, que para Pinto (2018) é a fase que a estrutura do sistema explicará a estabilidade, perante o alinhamento com outros subsistemas.	Bardin (1977) é a aplicação da análise de conteúdo, a técnica que inclui a análise de entrevistas presenciais e escritas. Enquanto que, Neves (1996) é a aplicação do modelo de governança através do ciclo interacionismo. E assim, Laws (1995) pela apresentação geral da governança de Destinos Turísticos.
<b>O Nicho</b>	“Refere-se ao nível micro” (Pinto, 2018), segundo o autor são áreas protegidas, tais como “laboratórios de Pesquisa & Desenvolvimento, projetos de demonstração ou empresas inovadoras específicas, onde os usuários têm necessidades especiais e estão dispostos a apoiar inovações emergentes.”	Por Bardin (1977) a aplicação da análise de conteúdo transparece os resultados comuns do grupo focal. E por Freire (2008) a utilização ilustrativa de quadros e tabelas, demonstra como as questões relevantes as reflexões podem ser extraídas e aplicadas a construção dos resultados de um grupo investigado.

### 3.2. Arquitetura do Guião

A estratégia para envolver os participantes e seduzi-los para a importância desta pesquisa, desenvolveu-se através do contacto pessoal da entrevistadora, a fim de cativar a confiança dos entrevistados para expressarem as suas perspetivas sobre o tema da resiliência económica do Algarve à crise global. A arquitetura do inquérito foi pensada em quatro blocos:

- O primeiro indaga sobre a organização e o respondente.
- O segundo, sobre o problema da crise.

- O terceiro, sobre a capacidade adaptativa do Algarve à crise.
- O quarto, sobre o momento atual, com várias perguntas sobre a eficiência dos instrumentos dos mecanismos de transformação.

O inquérito presente no Apêndice I é seguido por um quadro síntese do propósito da análise, onde cada um dos enunciados é apresentado na Tabela 3.2 do Anexo III.

### **3.3. Amostra da Pesquisa**

A amostra é constituída por oito entrevistados. Este número não foi considerado inválido, pela orientação da pesquisa, pois não afetou a formação de um grupo para análise, mesmo que o objetivo inicial correspondesse à formação de um grupo de 10-15 indivíduos. Foram contactados ao todo 19 potenciais participantes para esta pesquisa. A entrevistadora conseguiu estabelecer contacto por email com três participantes; com os restantes, a entrevistadora teve que se deslocar presencialmente às organizações, na tentativa de agendar uma entrevista a tempo do prazo de entrega da pesquisa. Como procedimento comum de muitas pesquisas, o primeiro contacto foi estabelecido por email, em paralelo com o contacto telefónico; porém, nalguns casos, diante de não obtenção de retorno no período de uma semana, a deslocação ao local tornou-se necessária. Presencialmente, foi necessário esclarecer o motivo da pesquisa e explicar o interesse no uso dos dados coletados para análise. Muitos dos entrevistados se mostraram interessados, quando a finalidade da pesquisa foi pessoalmente esclarecida, sendo assim possível coletar conhecimentos, experiências, habilidades dos recursos humanos nas organizações na região do Algarve.

O inquérito sobre Resiliência Regional foi aplicado durante os meses de fevereiro e março de 2019, tendo este tempo sido delimitado para a realização das entrevistas, de forma a atender à primeira data de submissão dos trabalhos de final do curso de mestrado em Turismo Económico e Desenvolvimento Regional, em 30/04/2019.

Realizou-se, então, a transcrição e análise dos resultados. O público-alvo foi centrado na comunidade académica, através de centros de investigação e divisão de empreendedorismo e transferência de tecnologia da UAlg, tendo em vista a proximidade do local e a atuação simbiótica da Universidade perante a comunidade e a sua importância para a inovação na região. A Universidade possui redes de contacto e parcerias internacionais que correspondem à maioria dos especialistas presentes no grupo. Nos

resultados, pode aferir-se que o objetivo deste estudo é fortalecer o interesse em transferir conhecimento sobre o desenvolvimento da região e as aprendizagens desenvolvidas desde que houve a crise, através do posicionamento dos atores.

### **3.5. Como Proceder à Análise de Conteúdo**

A avaliação semântica é uma lógica delimitadora do raciocínio, que foi aplicada às respostas apresentadas pelos entrevistados, que neste inquérito, a opção de recorrer a perguntas abertas possibilitou o tratamento dos resultados, o teste de hipóteses, a partir da semelhança (origem) e a diferença (estranheza) do enunciado das perguntas, como etapa da avaliação das respostas dos entrevistados.

Segundo Bardin (1977), a construção da avaliação semântica compreende um processo de organização padrão da aplicação do método, que, por sua vez, deve seguir critérios condicionantes ao conjunto das respostas em análise. Neste sentido, a partir das perguntas, as principais citações das respostas serão codificadas em chaves ao obedecerem os seguintes critérios:

- Critério 1: O objeto da pergunta pelo sentido direto de interesse em se discutir.
- Critério 2: Separação das respostas por cada dimensão chave.

Conforme Bardin (1977), “a análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. O Anexo III apresenta as Figuras 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5, que ilustram a organização das informações no sistema MAXQDA.

#### **3.5.1. O Teste das Hipóteses**

O tratamento de dados é uma correlação das hipóteses provisórias da pesquisa, ao confrontar-se com as respostas dos respetivos enunciados. Segundo Bardin (1977) “o grau de origem” e “a estranheza” são as medidas atribuídas; se a correlação for positiva, quer dizer que o entrevistado respondeu objetivamente às hipóteses da pesquisa. Pelo contrário, se a resposta do entrevistado apresentar um forte grau de estranheza ao objeto do enunciado, a resposta não obterá um núcleo de sentido, assim como não fará parte da análise transversal.

À resposta de cada um irá ser atribuído um núcleo de sentido e, posteriormente, será identificado o sentido transversal comum do grupo.

O teste das hipóteses é uma etapa estratégica do tratamento de dados que, ao proceder ao controlo-avaliação, indica a sinergia do grupo entrevistado. Porém, deverão ocorrer perguntas sistemáticas, que previamente respondem a afirmações provisórias. Segundo Bardin (1977), as respostas às questões provisórias irão definir a classificação das categorias, tais como as perguntas-chave:

- O que conduziu a determinado enunciado?
- Quais os aspetos que coincidem com as causas ou antecedentes da mensagem?
- Quais as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar?

As respostas referem-se aos possíveis efeitos da mensagem/questão respondida pelos atores.

Nesta pesquisa, os enunciados foram divididos em blocos pelo inquirido; as categorias obedeceram à organização destes blocos. A investigação sobre o impacto da crise no Algarve é sobretudo uma radiografia da crise económica global e de como a região se encontra no momento atual após ter sofrido a crise. Desta forma, as categorias terão a presença dos fatores que provocaram a crise na região, assim como pretendem definir que estruturas endógenas do Algarve foram resilientes a este choque.

### **3.5.2. As Categorias da Análise de Conteúdo**

#### **Categoria 1: A origem dos factos - as causas da crise**

CAUSAS – O interesse deve ser verificar se os factos históricos e a dependência de trajetória (Pinto, 2018) descrevem como foi o período da crise. Assim, esta análise compreende a distribuição em hierarquia ou em unidades de tratamento dos dados. Neste caso, as unidades são espaciais, conforme o estudo da literatura, a saber: da crise global, em Portugal, no Algarve, na organização e no papel do turismo no Algarve, onde na Dimensão I compreende que a história como criadora do sentido da investigação, de seguida, a codificação aplicada durante o tratamento dos dados:

- Porquê? Pelo motivo ou facto (afdor-aftdo).
- Como? Com os tipos de relações da origem (i-i).
- Quanto? Com a intensidade das causas como consequências da mudança (grze).

## **Categoria 2: A capacidade adaptativa da região à crise – o indexador**

CAMINHOS ADAPTATIVOS – conforme Pinto & Santos (2014) e Pinto (2018), os caminhos de adaptação são os indicadores que designam o estado do sistema após o choque. A Dimensão II tem o objetivo de prover os caminhos que desbloqueiam a dependência histórica, a fim de que a pesquisa possa fundamentar uma descoberta empreendedora. Desta forma, ocorreu o levantamento de questões iniciais necessárias à compreensão da adoção de caminhos de adaptação:

- O que são os caminhos de adaptação? (aceitação ou não da definição proposta).
- Quais os fatores que explicam cada caminho? (os entrevistados descrevem as suas respostas pela maioria dos caminhos e escolhem por qual caminho).
- Quais são os fatores positivos e os negativos em relação à definição de cada caminho? (possível grau de estranheza entre as respostas dos entrevistados, ou concordância semântica e descrita no enunciado).

Entretanto, para analisar o caminho pretendido pelo conjunto do grupo entrevistado, houve a compreensão das seguintes questões de análise de conteúdo:

- Porquê? Pelo motivo ou facto (afdor-aftdo).
- Como? Com os tipos de relações da origem (i-i).
- Quanto? Com a intensidade das causas como consequências da mudança (grze).

## **Categoria 3: O momento atual – estratégias e medidas**

VARIANTES – Segundo Pinto (2018) a inovação é essencial para responder aos desafios com que a sociedade é confrontada nos tempos atuais. De acordo com este autor, as pesquisas que incluem a abordagem quantitativa e qualitativa, no geral, compreendem processos de inovação que estimulam o estudo sobre resiliência regional e ajudam os decisores políticos a desenvolverem ações que possam contribuir para a capacidade adaptativa dos territórios e para a capacidade de resistência, ao adaptar-se aos distúrbios ou eventos externos. A aplicação do método de “baixo para cima” é, neste bloco, representada por diferentes formas de análise das respostas aos enunciados. Na Categoria III, é essencialmente o propósito estratégico de reunir diferentes métodos no tratamento dos dados.

O primeiro passo foi a construção de uma análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), a fim de reunir todos os pontos abordados por cada um dos entrevistados.

A análise do quadro estratégico SWOT fará o cruzamento das fraquezas com as oportunidades, a fim de indicar o impacto dos recursos internos e o espaço do território, onde pode estar construído um bloqueio e/ou apresentar forte abertura a ameaças. Paralelamente, as forças citadas poderão fortalecer as oportunidades relevantes ao desenvolvimento do território, no momento atual.

O segundo passo foi a construção da matriz de inter-relação, com a finalidade de desenvolver uma análise transversal dos núcleos das respostas. Assim, o alinhamento estratégico das respostas dos entrevistados mostra como ocorreu o processo de análise global. Assim, apresenta a qualidade transferida das medidas levantadas pelo grupo entrevistado para o suporte do desenvolvimento da região:

- Quando?
- Para quem?
- Quem está envolvido?

No Anexo IV, a Tabela 4.1 apresenta uma síntese da orientação da análise, da arquitetura do guião sobre Resiliência e da finalidade de cada uma das perguntas sob o conjunto das respostas a ser analisado. O investigador, durante a análise destes dados, deverá conferir a frequência e a transversalidade dos pontos mencionados pelos entrevistados.

### **3.6. A Dinâmica das Entrevistas**

As entrevistas presenciais duraram, em média, 40 minutos. Os entrevistados foram informados sobre a necessidade de gravação em aparelho telemóvel e sobre a posterior transcrição dos dados. O consentimento sobre a participação dos entrevistados na pesquisa foi registado em email e enviado pela autora aos participantes, após as entrevistas, tendo-se, ainda, agradecido a participação e disponibilizado o acesso à dissertação. Como dois dos participantes entrevistados foram alcançados apenas por email, foi aplicado o tratamento de dados das informações qualitativas escritas (Bardin, 1977).

A apresentação do inquérito foi realizada no início das entrevistas presenciais. Somente após a apresentação dos objetivos e objeto da pesquisa e da leitura total do inquérito foi iniciado o registo áudio. As entrevistas funcionaram como um exercício de reflexão feito pelos entrevistados, sobre o evento da crise. O modelo da gestão partilhada foi unânime nas reflexões apresentadas pelos entrevistados, bem como a transferência do

conhecimento, como forma de dar suporte aos decisores políticos sobre o desenvolvimento dos diferentes componentes do sistema.

## **CAPÍTULO 4. O Estudo de Caso do Algarve**

### **4.1. O Algarve: um Destino Turístico**

A publicação de referência *The Tourism Highlights 2018* mostra que as receitas internacionais geradas pelo turismo somam a terceira maior na categoria de exportação mundial (ver UNWTO, 2018, p. 6). O turismo, como atividade global, vem demonstrando resultados económicos crescentes e positivos.

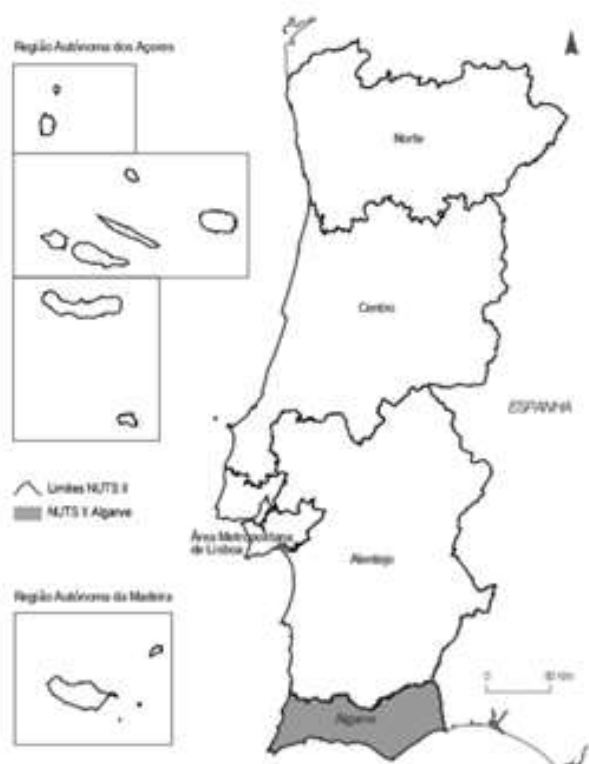
Historicamente, o desenvolvimento do turismo em Portugal (não só na região do Algarve, mas também nas restantes regiões do território) foi tratado como objetivo prioritário do plano de desenvolvimento económico do país. Tal definição pode ser encontrada nos planos de ordenamento estratégico territorial e em discursos políticos de representantes do governo, responsáveis pela administração das regiões de Portugal no passado. Não obstante, os investimentos para o desenvolvimento da região do Algarve, nos últimos anos, têm vindo a basear-se na exploração da oferta dos recursos naturais para as atividades-fim do turismo. Todavia, estes investimentos representam um certo risco, por serem temporários.

O Algarve é uma pequena região no sul de Portugal, com extensão territorial de cerca de 5000 km<sup>2</sup>, não homogéneo e fragmentado em dezasseis municípios. Esta extensão territorial foi definida em 1989 a partir da data de criação do conceito de NUTS (unidades territoriais para fins estatísticos). Assim, a delimitação do espaço é a unidade que classifica a análise e viabiliza o estudo sobre a evolução das regiões europeias perante a crise. Neste sentido, o Algarve é uma unidade territorial delimitada pelo NUTS e que coincide com os limites do nível distrital classificado pela área de influência da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional, da Associação de Municípios e outros órgãos, tais como delegações ou representações descentralizadas dos ministérios e entidades do turismo regional (CCDR Alg, 2015, p. 30), conferir a Figura 4.1.

Historicamente, os decisores políticos que administraram e monitorizaram os recursos endógenos do território sul de Portugal concluíram que a principal condição para promoção da região do Algarve seria a aposta nesta enquanto destino turístico e, conseqüentemente, deveria investir na implementação de projetos que articulassem o desenvolvimento de produtos turísticos, como Sol e Mar, Golfe, Turismo Náutico, Resorts Integrados e o Turismo Residencial. No entanto, o planeamento que objetivou o desenvolvimento da região sul de Portugal não é exclusivo desta, encontrando-se, igualmente, em todo o território português: o Plano Estratégico Nacional do Turismo

(PENT)<sup>3</sup> é a organização de medidas políticas para transformar Portugal num destino turístico de excelência. Nesse plano, são ratificadas ações que colaboram na implementação de medidas de gestão política, de forma a serem tomadas decisões que são relevantes, em particular, para o desenvolvimento do Algarve.

**Figura 4. 1:** Mapa de Portugal. Fonte: Imagem extraída do anuário INE (2019), disponível da webpage: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=357462347&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=357462347&PUBLICACOESmodo=2)



Por seu turno, tendo em conta que o controlo dos projetos a serem implementados pelo PENT se baseia no plano de requalificação do turismo no Algarve, nos últimos dez anos tem vindo a ser estimulada a diversificação, sublinhada nos níveis de prioridade deste plano. São, assim, priorizados os projetos que reforçam a requalificação da região pela qualidade dos produtos turísticos que são oferecidos diretamente aos novos turistas da região, além das atividades turísticas previamente

<sup>3</sup> Documento produzido pelo Ministério da Economia e Inovação. O PENT é uma iniciativa do governo de Portugal, proposta em meados de 2006 sob a responsabilidade do Ministério da Economia e Inovação, afim de projectar o crescimento do turismo em Portugal. Disponível através do link: [www.observatorio.pt/download.php?id=685](http://www.observatorio.pt/download.php?id=685). Último acesso em: 28.05.2019.

fornecidas na costa algarvia. Desta forma, tornou-se uma prioridade promover a oferta de outras atividades turísticas, para além dos produtos sol e mar, praia e golfe<sup>4</sup>.

#### **4.2. A Crise Económica em Portugal**

O evento da crise global levou, em junho de 2010, a que os membros do G20 se reunissem em Toronto, no Canadá, para debater as medidas a serem adotadas pelos governos e promover a recuperação dos mercados diante do cenário de recessão económica global (Blyth, 2013).

A resposta de Portugal à crise económica, a partir dessa reunião, foi dada por membros do governo português, juntamente com José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia à altura, e que também foi Primeiro Ministro de Portugal entre 2002 e 2004.

A tentativa de superar a recessão económica, refletida nas medidas adotada por Portugal, baseou-se numa leitura “ortodoxa”, foi denominada por políticas de austeridade. A austeridade, enquanto política, foi fundamentada em duas vertentes: uma, social, com impactos diretos sobre o poder de demanda da população (enquanto o poder de compra da população se reduziu, devido aos cortes nos salários); a outra, pelo decréscimo do Estado através da contração dos gastos públicos.

Desta forma, conforme Blyth (2013), essa dinâmica resultou no estabelecimento de um marco no calendário da economia de Portugal, quando foi feita, em 2011, a solicitação de apoio financeiro à União Europeia (UE), através do Banco Central Europeu (BCE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Não obstante, essa decisão gerou muitos debates e movimentou a comunidade científica para a análise dos efeitos do descontrolo dos gastos públicos e das decisões que seriam tomadas diante os impactos que estavam a afetar o país e as regiões.

As instituições financeiras internacionais acompanharam, ano a ano, a evolução de Portugal na sua resposta à crise, no período entre 2007 e 2014 (período que compreende o calendário de desenvolvimento económico e social europeu). Neste período, a partir do estudo interno dos impactos, as medidas restritivas influenciaram as

---

<sup>4</sup> Segundo Silva et al. (2010) o turismo, como estrutura de sector, exprime uma diversidade de aspetos que definem a escolha do turista; assim, nos produtos descritos para a atração turística são centrais o sol, a praia, o património histórico, os eventos, entre outros, enquanto que a localização é um atrativo desses recursos no espaço urbano, rural ou de costa.

organizações e indivíduos, tendo, assim, sido considerado como a segunda crise em Portugal.

Por outro lado, o Acordo de Parceria de Portugal, divulgado em 2014, que resultou na elaboração de um documento político, de Portugal para a Comissão Europeia, que estabelecia uma programação estratégica que viabilizasse a consagração política de outras medidas que pudessem estimular o crescimento e a criação de emprego nas diferentes regiões do país, minimizando os efeitos negativos provocados pela crise em Portugal. Surge, assim, o programa Portugal 2020, através da identificação das debilidades e potencialidades do tecido económico e social (nos domínios do programa).

#### **4.3. A Recuperação Económica de Portugal e do Algarve**

Conforme Arnold (2015) e em documento publicado pela OCDE, a recuperação económica de Portugal – consubstanciada em progresso e estabilidade –, deveu-se à execução das reformas estruturais que respondiam aos seguintes fatores:

“Melhoria na performance de resultados de exportação; melhoria na alocação dos investimentos; aumento da participação no mercado internacional, reforçada pelas atividades relacionadas com produtos químicos, alimentícios, agrícolas e metalúrgicos, todos esses sectores nos quais o crescimento mundial tem sido acima da média.”

A desigualdade na distribuição de investimentos teve origem no acesso ao crédito dos grandes empreendimentos, em comparação aos pequenos: enquanto os primeiros obtinham facilidade de acesso, os segundos obtinham condições extremas e restritas à concessão do crédito. É, no entanto, contraditório, já que as pequenas organizações foram expressivamente relevantes no retorno económico de Portugal (Arnold, 2015). Tendo, assim, em conta esta desigualdade no acesso ao crédito, esta distribuição de investimento caracteriza o contexto da realidade económica de Portugal e representa um desafio.

No âmbito dos processos de inovação, a política de crédito poderia apresentar certa flexibilidade, como a possibilidade de permitir o reembolso dos créditos fiscais a estruturas de Investigação & Desenvolvimento que apresentam *deficit*, ou no prolongamento do prazo para apresentação de resultados. Segundo Arnold (2015), isto fortaleceria a tomada de decisão diante das atividades de inovação, assim como reduziria

as ameaças relacionadas com mudanças de cenário externo. Conforme a OCDE (2017) e através das recomendações-chave, essas atividades são capazes de direcionar a economia de Portugal para o progresso económico, reforçadas pela persistência do Governo em dar prioridade à colmatação das seguintes fragilidades:

“O investimento muito reduzido por conta da consequência do crédito malparado das instituições financeiras; da necessidade de elevar a eficiência judicial em resolver casos de insolvência; da necessidade de abrir novas fontes de financiamento.”

Isto, tendo presente que a recuperação de Portugal por dado macroeconómico se deve ao aumento da performance da exportação e do crescimento da balança comercial do país. Para que as políticas de inclusão social do governo de Portugal e as reformas estruturais sejam eficientes, a gestão poderá sublinhar o direcionamento da prioridade através do nível de qualificação dos profissionais das regiões (OCDE, 2017).

Entre os diversos programas de desenvolvimento económico e estrutural, o programa Portugal 2020 é, a nível regional, um exemplo no âmbito da ‘Competitividade’ e da ‘Internacionalização’<sup>5</sup>. No Programa Portugal 2020, estabelecido pelo Acordo de Parceria com a Comissão Europeia, a atuação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEL) tem-se em conta a coesão do desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, entre 2014 e 2020<sup>6</sup>, já que foram salientados os fortes impactos da crise na economia do Algarve. Relevante o grau de impacto que não esteve muito distante da qualidade dos fatores socioeconómicos em que a crise afetou a economia de Portugal como um todo.

De acordo com os resultados do Instituto do Emprego e Formação Profissional do Algarve, a taxa de desemprego mais elevada ocorreu em 2012. Até 2017 baixou, sendo este o ano com menor quantidade de desempregados desde o estabelecimento da crise económica. Não obstante, a variação percentual demonstrada na Tabela 4.1 apresenta uma queda do total de desempregados, em 2018, de aproximadamente 45% (dados do fim de

---

<sup>5</sup> A matriz de domínios transversais, nos quais as operações temáticas são tratadas pelo Portugal 2020, podem ser consultadas no documento de Acordo de Parceria Portugal 2020, através do acesso [https://algarve2020.pt/info/sites/algarve2020.eu/files/documentacao/Doc\\_Referencia/acordodeparceria\\_ju\\_lho2014.pdf](https://algarve2020.pt/info/sites/algarve2020.eu/files/documentacao/Doc_Referencia/acordodeparceria_ju_lho2014.pdf). Ver especificamente pág. 91.

<sup>6</sup> O que é o Programa Portugal 2020? Quais são os domínios de prioridade do Programa? Quais são os subníveis do Programa Portugal 2020 ao nível Operacional nas Regiões? O resumo destas questões podem ser encontradas pelo acesso ao link: [https://algarve2020.pt/info/sites/algarve2020.eu/files/documentacao/Doc\\_Referencia/acordodeparceria\\_ju\\_lho2014.pdf](https://algarve2020.pt/info/sites/algarve2020.eu/files/documentacao/Doc_Referencia/acordodeparceria_ju_lho2014.pdf)

2018, onde se realizou a recolha mais recente) comparativamente ao final de 2012). A Figura 5.1, presente no Anexo V, ilustra a curva do desemprego e o ponto de máxima, em 2012.

De notar que as atividades ligadas ao turismo representam um peso muito significativo na região do Algarve, por isso o sector de alojamento, restauração e similares manteve uma variação de queda do desemprego inferior a 50%. Este tipo de análise específica destaca a oscilação do desemprego em cada atividade económica. Se procedermos a uma análise focada em cada atividade económica, veremos que a queda do desemprego foi superior a 50% em atividades económicas como: indústria extrativa, indústria alimentar, bebidas, tabaco, fabricação de têxteis, indústria do vestuário, indústria da madeira e da cortiça, construção, comércio por grosso e a retalho, atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares. Mas qual o motivo para a expressiva queda do número de desempregados nessas atividades?

**Tabela 4.1:** Número Total ao Ano do Desemprego Registrado no Algarve (Fonte: IEFP).

DESEMPREGO REGISTRADO (PROCURA DE NOVO EMPREGO), POR ATIVIDADE ECONÓMICA DE ORIGEM DO DESEMPREGO (CAEV3) - ALGARVE	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2018 vs 2012
Total	15779	24602	27176	30384	34180	30531	25501	24783	23146	17443	18827	-44,92%

As tabelas apresentadas no Anexo VI são um reforço ilustrativo do motivo da queda, com exemplo dos indicadores que medem a quantidade das atividades económicas não financeiras na região. O Total por Sector de Atividade Económica e o Valor Acrescentado Bruto indicam que a disponibilidade ou a oferta de empresas não financeiras a serviço do mercado apresentaram queda, enquanto que as atividades provedoras de alojamento, restauração e similares não foram tão afetadas. Sendo assim, pode ser observado o potencial histórico de empregabilidade e de investimento nestas atividades do sector do turismo.

Porém, os resultados macroeconómicos do Produto Interno Bruto (ver Figura 5.2 do Anexo V) e do Desemprego, que são indicadores na análise socioeconómica da recuperação da crise na região do Algarve, indicam que o constante crescimento da economia reúne as demais atividades dos sectores na região e permite salientar o crescimento da produção num território. No que diz respeito ao controlo e desenvolvimento das atividades na região através do PIB, salientamos que este indicador, quando apresenta queda, refere-se à queda do valor produzido pelo total das atividades

na região, sendo que a oferta de produtos e serviços e/ou disponibilidade das mesmas podem estar a desaparecer, assim como as atividades que são transversais ao turismo.

Entretanto, o indicador de desemprego representa a disponibilidade de mão de obra no sector do turismo no Algarve e pode ser reforçado por outros indicadores, tal como, e segundo o INE (2017, p.16), os dados que indicam que o turismo na Europa representa 50,7% das preferências dos turistas internacionais, quando comparado com outros continentes do mundo (por exemplo a Ásia e Pacífico, Américas, África e Médio Oriente). Mais especificamente, esta preferência representa um aumento da chegada de turistas internacionais às regiões do sul da Europa e do Mediterrâneo, entre 2017/2016, numa variação positiva entre esses anos, com aumento de 12,3%.

Logo, a diferença da produção num determinado período (neste caso, ao ano) sinaliza que a recuperação da crise por parte da economia algarvia pode ser representada num contexto de evolução económica recente. A exploração da qualidade de resposta aos desafios socioeconómicos no período do Programa Portugal 2020 (face aos resultados de desempenho a partir de 2012, ano em que a crise foi endereçada por este programa), tem por finalidade estimular, nesta investigação, uma abordagem qualitativa, orientando-se para a busca de resultados que melhor expliquem a recuperação da crise por parte do Algarve.

#### **4.4. A Especialização Inteligente do Algarve**

No que diz respeito às assimetrias e potencialidades entre as regiões de Portugal, e tendo em conta a RIS3 do Algarve, é possível, através da exploração dos pontos estratégicos da especialização inteligente, inverter o quadro de enfoque extremo que se atribui às atividades do turismo na região algarvia. Porém, isto representa um contexto de risco, ao ter em vista a extrema dependência desta economia de recursos financeiros exógenos. Além disso, é um sector que exige baixa sofisticação do conhecimento em termos de inovação.

A escassa dotação de recursos financeiros para a região do Algarve<sup>7</sup> é revelada através dos fundos estruturais europeus de investimento na região. Considerou-se o Algarve como uma região em transição e, devido ao forte impacto da crise na região, a

---

<sup>7</sup> Acordo de Parceria Portugal 2014-2020 - ver especificamente página 77-81 através do acesso ao link: [https://algarve2020.pt/info/sites/algarve2020.eu/files/documentacao/Doc\\_Referencia/acordodeparceria\\_ju\\_lho2014.pdf](https://algarve2020.pt/info/sites/algarve2020.eu/files/documentacao/Doc_Referencia/acordodeparceria_ju_lho2014.pdf). Último acesso 27.05.2019

especialização inteligente (que é um *mix* de políticas com o fim de acelerar a dinâmica territorial) pôde ser aplicada em níveis mais decisivos, no que diz respeito às soluções para o elevado nível de desemprego resultante do período de recessão.

A especialização inteligente corrobora a perspectiva de especialistas da região, do ponto de vista das políticas públicas ao nível regional, onde se advoga que o desenvolvimento regional é mais sustentável e resiliente, quanto mais estiver “ancorado no conhecimento” (CCDR Alg, 2015).

A organização dos trabalhos realizados pela equipa que desenvolveu a RIS3 Algarve começou em 2014, através do levantamento dos principais domínios e constrangimentos da região. A condução do levantamento dos dados foi realizada através de reuniões entre a equipa de trabalho da RIS3 e diversas organizações da região. Estas organizações incluíram, por exemplo, associações empresariais, empresas da região e centros de investigação. O objetivo era formar uma hélice quádrupla, ou de grupos com diversificadas ramificações do conhecimento, envolvendo-os, desta forma, na discussão sobre os pontos necessários ao desenvolvimento da região.

Foi traçada, a partir destes encontros, uma visão estratégica para a região até 2025, tendo-se estabelecido prioridades, alinhadas em duas dimensões-chave. Assim, os resultados reforçaram o plano de desenvolvimento do Algarve (conferir uma síntese na Tabela 7.1 do Anexo VII) e destacam:

- Os constrangimentos recentes.
- As oportunidades, ou potencialidades da região, sublinhadas em termos de estratégia de desenvolvimento regional (“Algarve mais dinâmico e inovador”).

Estas dimensões-chave contribuem amplamente para o desenvolvimento regional do Algarve, estimulando a reflexão sobre o ciclo estratégico da região e identificando as medidas sustentáveis que apresentam maior potencial de resiliência através de uma visão de longo prazo.

O diagnóstico do estudo sobre a Resiliência Regional reforça a finalidade da reflexão, que deve ser baseada numa estratégia de especialização inteligente efetiva, pois mostra que é revelante levantar as prioridades apontadas na RIS3, a fim de buscar e envolver os atores ou representantes da região, de forma contínua, na revisão dos planos de ação, assim como otimizar a eficiência, ao aplicar o modelo de baixo para cima<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Essa metodologia foi aplicada pela consultoria externa da Sigma Team Consulting no seu projeto de trabalho preliminar “*Estudo de Diagnóstico e Estratégia 2014-2020*”. Informação presente através do acesso ao link: [https://issuu.com/ccdralgarve/docs/ris3\\_20-06/1](https://issuu.com/ccdralgarve/docs/ris3_20-06/1) CCDR (2015). Último acesso 27.05.2019.

Logo, as técnicas utilizadas apresentam-se num conjunto de conceitos e procedimentos dos projetos, para os quais a abordagem qualitativa constrói indicadores. A possibilidade de consulta pública dos objetivos comuns em melhorar as estruturas organizativas (Sposito, 1993), a partir de um modelo de gestão partilhada, confere uma nomeação única que serve para representar a perspetiva dos resultados da região. Sendo assim, as causas de uma crise não devem estar desligadas da cadeia hierárquica dos seus processos históricos, mas sim basear-se numa orientação que permita avaliar os efeitos das políticas públicas ao colaborar na gestão de risco, pois passam a ser úteis para monitorizar os impactos dos recursos internos, de forma estratégica.

#### **4.5. A Perspetiva dos Atores Regionais sobre a Resiliência do Algarve**

Como o objetivo da pesquisa é apresentar a perspetiva dos representantes regionais numa orientação útil à governança partilhada, esta poderá suportar a tomada de decisão no desenvolvimento da região do Algarve.

O inquérito foi realizado através de entrevista presencial, com captação áudio e posterior transcrição das respostas. O problema central da pesquisa foi consubstanciado através de uma questão base, permitindo aos inquiridos refletir livremente sobre os enunciados propostos:

- Quais foram os impactos negativos da crise, no Algarve?
- Que lições foram apreendidas pelos atores locais, durante esse período?

Foram 8 entrevistados: 6 provenientes de centros de investigação e do Centro Regional para a Inovação, Divisão de Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo da Universidade do Algarve; a estes, juntaram-se 1 representante da Região de Turismo do Algarve e 1 representante de uma Associação Empresarial da Região (NERA).

Dos inquiridos, 87,5% descreveram a sua função e experiência como ligadas a atividades de organização, afirmando exercer funções de direção, coordenação, representação e investigação. Acompanhe-se, abaixo, o descritivo dos resultados a partir de dados nominais de cada inquirido e o breve enquadramento da sua organização no espaço da região.

“Sou licenciado em Economia, tenho pós-graduação em Economia da Inovação e Empreendedorismo, atualmente mestrando e doutorando em Gestão do Território de Inovação”.

Sobre a organização: “O CRIA, inicialmente, começou como o Centro Regional para a Inovação do Algarve e manteve a marca CRIA, pelo peso que tem na região.” Atualmente, é uma divisão formal da universidade, com a missão de “agir na transferência do conhecimento da universidade para as empresas”. Saliente-se, no entanto, que “a ótica do CRIA não é universitária. O CRIA trabalha para a região do Algarve, utilizando os recursos da universidade, fazendo a ligação entre as necessidades requeridas junto das empresas e os núcleos de investigação e conhecimento da universidade, suportando toda a relação de contrato e financiamento, empreendedorismo e investimento”.

#### *Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano - ICArEHB*

“A minha experiência na área da Arqueologia já vem de antes, em termos alargados de projetos. Fui vice-diretor de um outro centro em Lisboa e criador de um pequeno centro de investigação, na área do património, na Universidade do Algarve”. Sobre a sua organização, refere: “o centro nasceu em 2013, no último período de avaliação da FCT para centros de investigação. A ideia era criar um centro radicalmente diferente do que eram os outros da área da arqueologia no país, e foi isso que foi feito”.

#### *Centro de Investigação em Arte e Comunicação - CIAC*

“Sou professora associada na Universidade do Algarve, leciono aulas desde 2002 e coordeno o centro hoje, e nos últimos dez anos.” O propósito deste centro foi “juntar pessoas do campo das artes, comunicação e cultura, que estavam dispersas em vários outros centros, e fazer uma ponte com a comunidade. Temos um protocolo com a Galeria Trem, que pertence à Câmara de Faro.” No fundo, “a nossa visão é produzir um pensamento cultural e artístico”.

#### *Centro de Eletrónica, Optoelectrónica e Telecomunicações - CEOT*

“Sou coordenador e representante geral do CEOT. Além disso, sou representante do centro no CIRA - CCDR.” Sobre as atividades realizadas no centro: “é feito tudo que está relacionado com redes de computadores e aplicações tecnológicas. O CEOT tem algum financiamento privado e desenvolve, através da prestação de serviços, projetos a

nível tecnológico para empresas, como a Calibrafruta”. Porém, “relativamente ao tamanho da universidade e do centro, temos uma capacidade de produção reduzida. Em 2011, ocorreu uma cisão no CEOT e, como a Universidade do Algarve foi uma das últimas a ser constituída, muitos investigadores que foram chegando já tinham ligação com outros centros, outras universidades”.

#### *Centro de Ciências do Mar - CCMAR*

“Sou técnico de inspeção, prospeção e angariação de financiamentos, relações públicas e representação do centro. Além disso, dou apoio aos investigadores em candidaturas e patrocínios para as nossas atividades, visto que o Centro de Ciências do Mar do Algarve tem, como principal atividade, a investigação na área das ciências marinhas. Organizamos cursos técnicos avançados, desenhados para cientistas. Mas não trabalhamos, necessariamente, só para cientistas, temos a parte da sociedade, a comunicação da ciência, a literacia dos oceanos, a escola com campanhas ambientais, a parte de ligação com a indústria e o apoio ao empreendedorismo”.

#### *Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações - CIEO*

“Sou investigador associado do CIEO. Este é um centro de investigação com uma abrangência ampla, de carácter geral e que não se circunscreve à região do Algarve. O CEFAGE abrange mais a parte económica, enquanto que a visão do centro é a de acolher uma diversidade de pesquisas orientadas para empresas na região e abranger a importância do território como instrumento base para o desenvolvimento regional”.

#### *A Região de Turismo do Algarve - RTA*

“A Região de Turismo do Algarve tem por missão a valorização e o desenvolvimento das potencialidades turísticas da respetiva área regional de turismo, bem como a gestão integrada dos destinos no quadro do desenvolvimento turístico regional. A nossa função é assegurar a realização da promoção da região, enquanto destino turístico, e dos seus produtos estratégicos, no mercado interno alargado, compreendido pelo território nacional e transfronteiriço com Espanha”.

#### *Associação Empresarial da Região do Algarve – NERA*

“Sou presidente do Conselho de Administração da Empresa Teófilo Fontainhas Neto, S.A.”.

Sobre a organização: “O NERA é a principal associação intersectorial do Algarve, reunindo empresas de comércio, indústria, agricultura, serviços, turismo, transportes, construção civil, imobiliária, entre vários outros sectores. Os associados são micro, pequenas, médias e grandes empresas, sociedades anónimas e sociedades em nome individual, que pagam as suas quotas, em função da sua dimensão e volume de negócios. O NERA é associado da AIP (Associação Industrial Portuguesa) e o seu Presidente é Vice-Presidente, eleito, da AIP-CCI”.

Não foi possível realizar entrevista presencial com os representantes da RTA e do NERA, por motivos de agenda. O inquérito foi, assim, enviado por email e os inquiridos procederam à sua resposta por escrito, não tendo, lamentavelmente, apresentado respostas completas. Sendo assim, os resultados dos inquéritos enviados pela RTA e o NERA tiveram um peso reduzido, no que diz respeito à cobertura das informações obtidas. Pela relevância das respostas fornecidas e considerando o guia prático de Bardin, optámos por incluí-las nesta pesquisa.

#### 4.5.1. As Razões da Crise Global

##### *A perspetiva dos representantes regionais sobre as causas da crise*

Na Tabela 4.2, a seguir, podemos observar os elementos que representam as causas da recessão, identificados pelos inquiridos e distribuídos em cinco unidades: Global, Portugal, Algarve, a sua própria Organização e o Papel do Turismo.

#### 4.5.2. Unidade de Contexto 1: As Causas da Crise Global

A nível geral na gestão dos recursos financeiros dos mercados de capitais deu origem á crise no final de 2007, esta foi global e explorada por economistas, além de muitas pessoas, que a denominaram como uma das “bolhas económicas”. Um exemplo do estouro dessas bolhas foi a perda de eficiência e eficácia da economia, onde os resultados da recessão económica mundial foram reforçados pela especulação do crédito bancário. Isto imprimiu uma imagem de ‘artificial’ à estrutura da economia capitalista e muitos perderam a confiança no sistema bancário. Como causa global, observa-se a inter-relação do mercado de capitais com o sector imobiliário.

Como descrito pelo entrevistado do CIEO “a crise dos produtos financeiros *subprime*, mascarada na especulação financeira e imobiliária, foi a ponta do iceberg onde o boom ocorreu nos anos 2007/8, pois tinham alicerces frágeis atrelados às políticas de

crédito”. A representante do CIAC afirma, ainda, que “a crise transferiu justamente a ideia do capitalismo financeiro, de que vivemos em bolhas económicas”. Essas bolhas, segundo o representante do CCMAR, “residem, sobretudo, na especulação financeira e imobiliária” por essas estarem muito interligadas.

Por fim, foi uma crise que, segundo o representante do NERA, “pôs a nu as debilidades estruturais e financeiras dos países mais frágeis”, visto que as políticas de crédito foram expostas à fragilidade das economias, já que “o crédito que se concedia às grandes empresas era através de empréstimos especulativos e o crédito que se concedia às famílias era restrito” (CIEO).

#### 4.5.3. Unidade de Contexto 2: As Causas da Crise em Portugal

No final de 2008, Portugal começou a sentir os primeiros efeitos da crise global, onde se pode destacar os investimentos de infraestrutura como despesas do Estado.

Do ponto de vista das consequências da crise, as razões ou os pilares que remontam o período da crise pela gestão do governo, são pelas avaliações e instruções do levantamento dos factos agravantes da gestão dos recursos financeiros.

O motivo de Portugal ser uma economia pequena e jovem e que em meados de 2010-2011 refletiu-se na perspetiva dos representantes sob esse período da “crise que gerou a própria crise”, onde os impactos na estrutura social e económica, advém da especulação dos créditos bancários na concessão e execução de empréstimos às grandes propostas de empreendimentos e que foram absorvidos pelos estado-nações.

Segundo o representante do CIEO, “a história da crise é objeto de estudo dos partidos políticos”, isto é, “o modelo keynesiano relativo ao aumento dos gastos do Estado” resultou no próprio endividamento da gestão pública e, como consequência, o grau de afetação dos recursos financeiros levou o governo Português a “pedir o socorro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu, a fim de fazer as reformas estruturais”. “Neste período, para além das já existentes fragilidades estruturais da economia portuguesa, assistia-se ainda a uma redução no investimento, a uma maior dificuldade no acesso ao crédito, a uma forte retração do consumo interno e a uma acentuada quebra nos indicadores de confiança” (RTA).

**Tabela 4.2:** O Modelo Teórico Tipológico Operacionalizador da Análise. Fonte: inspirado em Freire (2008) adaptado pela autora.

Exemplos Das Causas da Crise - Perspetiva-	Dimensão 1: As Causas da Crise				
	A – Global (período da crise)	B – Portugal (período da crise)	C – Algarve (período da crise)	D – Organizacional (período da crise)	E – Estrutura do Turismo no Algarve (o papel na crise)
– Porquê a crise alterou o existente? (O motivo ou o ato da mudança) (afdor-aftdo)	Mercado de Capitais Sector imobiliário Bolhas económicas	Instruções keynesianas de Gestão Avaliação da Gestão Imparidades bancárias	Centralidade da atividade económica Imparidades bancárias	Diversificação do negócio Surgimento de novas capacidades investigativas Reavaliação dos centros de investigação	O Motor Económico da Região Concentração do emprego Fenómeno cíclico
– Como a crise potenciou os tipos de relações da origem? (i-i)	Especulação do crédito Sistema Bancário global	Aumento dos gastos do estado Sistemas Bancários	Relação crescimento do mercado interno x dependência externa Crise do Mercado Britânico Experiências vivenciadas Flexibilização para reorganização Especialização de mercados	Processos de destruição criativa Empreendedorismo Priorização de algumas estruturas económicas	Produtos de importação Criatividade Criação de empresas intermediárias de contratação – trabalho temporário Empreendedorismo da atividade turística
III – Quanto a crise impactou na produção das referências. (o grau das razões) (grze)	Políticas de crédito Debilidades Estruturais	Endividamento das obras Reformas Estruturais Redução dos Investimentos Redução do consumo interno Dificuldades do acesso ao crédito	Redução dos gastos dos turistas Redução da procura Desvio da demanda de outros destinos para o Algarve Fechamento de empresas Aumento do desemprego	Promoção de produtos alternativos aos turistas Incentivo a novas ligações aéreas Surgimento de novos centros de investigação Qualificação do tipo de empreendedor Estratégias de recuperação	Peso da atividade turística nas atividades da região Mudança da demanda turística Redução dos gastos dos turistas Competição de outros destinos turísticos

Como o representante do ICareHB acentuou que “diante da deceção geral relativa ao sistema bancário” e com as imparidades bancárias, “em Portugal que foi por um lado a parte da imobiliária”, o volume de gastos pelo estado que sob as falências bancárias originou o endividamento do estado. Adicionalmente “as grandes imparidades que os bancos não conseguiram pagar ocorreram pelo endividamento gerado pelas grandes empresas na obtenção de empréstimos” (CIEO).

#### 4.5.4. Unidade de Contexto 3: As Causas da Crise no Algarve

O modelo de análise proposto para avaliação dos contextos global e nacional foi também aplicado ao contexto regional, desencadeando as respostas à pergunta central, relativa às causas da crise. Notando-se assim a semelhança dos recursos, no que diz respeito aos fatores da crise e aos elementos classificados como resilientes, por exemplo: “Quando o país (Portugal) está bem, o Algarve cresce acima do país; quando o país está mal, no Algarve a crise é muito mais acentuada” (CRIA).

Do ponto de vista do representante do CEOT, uma das razões para o impacto da crise económica na economia algarvia “é a dependência excessiva do turismo”. Segundo o representante do ICareHB “a construção é um dos sistemas mais produtivos do Algarve”. Ambas as afirmações podem ser reforçadas pela contribuição do representante do NERA, quando diz que “na região, o turismo e as atividades ligadas ao turismo, representam um peso muito forte”. De facto, “os efeitos da crise são evidentes na quebra da presença e dos gastos dos turistas estrangeiros” (CCMAR).

“Assistiu-se a um fraco crescimento da economia, fruto da conjuntura internacional que ao somar-se às questões estruturantes do mercado interno, trouxe resultados evidentemente negativos para o sector do turismo, pela redução da procura e na maior restrição do acesso ao crédito”, salientando que “numa pequena economia aberta, onde o sector do turismo está fortemente dependente do desempenho dos mercados emissores, quaisquer flutuações nos seus índices têm consequências diretas e imediatas no grau de produtividade do turismo” (RTA).

Segundo o representante do CIEO, referindo-se à crise do mercado britânico, esta “começou por alguns empreendimentos que tiveram problemas durante a crise”, e destaca que, durante a crise, “a influência acentuada de projetos de larga escala nos bancos provocou a maior dificuldade durante a crise, pois as imparidades são os créditos que não se pagaram”. Por outro lado, a especialização portuguesa representou um aspeto positivo da resposta algarvia perante a crise, já que, por exemplo, “grupos portugueses,

como o Vila Galé e o Grupo Pestana, tiveram dificuldade de crédito, mas isto não afetou a contingência de sua operação”, pois “por serem muito diversificados a nível de especialização, conseguiram cavalgar a crise sem serem muito afetados”.

O aspeto positivo/negativo da especialização económica da região foi, pelo grau de afetação negativa, a procura da região algarvia por mercados emissores como a França, a Alemanha, o Reino Unido e a Irlanda, já que os reflexos da crise nesses países impactaram a reorganização da região do Algarve. No entanto, a desconstrução criativa parte dos efeitos provocados por uma recessão económica e ilustrada pela diversificação das estruturas de turismo com o intuito de receber outros tipos de demanda turística, de diferentes mercados emissores.

#### 4.5.5. Unidade de Contexto 4: As Causas da Crise na Organização

No que diz respeito às estruturas organizacionais durante a crise global não foram identificados fortes impactos financeiros diretos, mas houve uma afetação indireta. Por exemplo: nos centros de investigações, onde decorreu um processo de reavaliação do conceito de centros, assim como uma reavaliação dos benefícios concedidos pelo Estado.

Nesse sentido, a representante do CIAC descreveu o impacto da crise na organização como “muito próximo, pois foram feitas novas avaliações aos centros de investigação do país inteiro e o nosso centro, que estava classificado como Excelente, passou para Bom. Isso significou um corte bastante forte nos fundos que recebíamos de apoio financeiro do Estado e isso não foi só o CIAC que sentiu, mas todos os centros”. O representante do CEOT confirma afirmando que “o financiamento para a Ciência e Tecnologia foi bastante reduzido e, portanto, os centros sentiram um pouco”.

No entanto, para o representante do ICArEHB, foi, precisamente, durante a crise que surgiu a oportunidade de implementação do centro, já que “a alteração proposta pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), em 2013, permitiu uma nova maneira de pensar uma estrutura, numa tentativa de recuperação da crise.”

A maioria dos centros de investigações depende dos recursos financeiros externos e internos. No que diz respeito aos apoios comunitários, o representante do CRIA destacou que “os financiamentos europeus não foram muito afetados, pois não houve impactos nos quadros comunitários”.

“No período da crise, as empresas que começaram a surgir foram muito mais bem pensadas. Diante das restrições das atividades das empresas da região, as atividades do CRIA tiveram um financiamento mais faseado, fazendo com que corresse bem. O

período da crise fez-nos focar na inovação, pois o espírito de competitividade e também de inovação dos empreendedores nesse período aumentou a relação da oportunidade e da cooperação” (CRIA).

Já conforme o representante do NERA, “a organização, ligada sobretudo ao comércio e distribuição, conheceu uma quebra de vendas, que exigiu também a aceleração do seu processo de reestruturação, que já estava em curso e que tinha como objetivo a adequação às novas dinâmicas da economia da região”.

Por fim, a RTA afirmou que, durante o período da crise, foi adotado o guião estratégico das atividades da instituição, bem como o aprofundamento do “trabalho de Alinhamento da Estratégia Regional com o Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), pois a turbulência nos mercados financeiros internacionais colocou à RTA enormes desafios, os quais exigiram soluções criativas e eficazes”. Desta maneira, a RTA “desenvolveu um conjunto de ações muito significativas numa aposta forte de promoção em manter a perspetiva da quebra da sazonalidade, o incentivo a novas ligações aéreas e a promoção de produtos alternativos, como a observação de aves, a gastronomia aliada à enologia, a cultura e a natureza e ainda a excelência no atendimento e no serviço e a promoção da qualidade da região do Algarve”.

#### 4.5.6. Unidade de Contexto 5: As Causas da Crise no Papel do Turismo

Neste contexto, todos os representantes regionais mencionaram a importância e o peso do turismo, pois, pela relevância no crescimento da economia da região do Algarve, o turismo é considerado como um sector. Não obstante, o impacto da crise global, que afetou os mercados emissores da região, representou, segundo os entrevistados, uma ameaça ao consumo dos produtos turísticos, o que poderá ser um fenómeno cíclico na região. Entretanto, conforme a RTA, para que o turismo se desenvolva de forma diversificada na região, e assim mitigar a ameaça da hegemonia do modelo económico, “é necessária uma nova dinâmica e uma estratégia concertada entre os vários atores”.

Segundo CIEO e o CRIA, justifica-se o impacto nas atividades turísticas da região que não sofreram graves consequências em virtude do posicionamento estável do governo nacional português. Pois a oportunidade de diversificação da demanda assenta “na mudança do tipo de oferta turística” (RTA), o que se configura num “turismo permanente, ou de residentes” (CIAC).

Assim, ao considerar que “o turismo não é uma atividade muito específica” e que “se ressentiu, ao nível dos países emissores, quanto à liquidez ou poder de compra dos turistas” (CRIA), o “setor terciário, como restauração e similares, foi o que mais se ressentiu”, devido à contração da demanda turística. De facto, “muitos empreendimentos destinados a atividades turísticas demonstraram, notoriamente, no período da crise, impactos negativos no quadro de pessoal dos hotéis” (CIEO). Decidiu-se, então, “controlar o excesso de gastos em períodos de baixa temporada, ao passar a contratar serviços de atividade profissional intermediária (trabalho temporário), uma solução da gestão a fim de reduzir os custos de encargos com trabalhadores durante o período de baixa e de possíveis outras crises”. Em paralelo, segundo sublinha o representante do NERA “a crise teve impacto em toda a região e em todos os seus sectores económicos, não só nos ligados ao turismo”.

O papel do turismo, durante a crise, refletiu-se como negativo, diante dos investimentos que se despenderam, até então, no desenvolvimento das infraestruturas da região do Algarve. Por outro lado, um aspeto positivo foi o desenvolvimento da criatividade na reconstrução de atividades de empreendedorismo, que ajudou a rentabilizar os negócios familiares.

Sendo assim, o sector conseguiu responder aos impactos dos mercados emissores tendo em conta que a diversificação e flexibilidade da estrutura económica regional do turismo influenciou outros sectores. Saliente-se que o impacto negativo no turismo tem relação direta com as atividades de construção, imobiliária, restauração e similares, destacando que o peso da atividade do sector na região alerta ao risco de assumir tendências de competição a responder por mais investimentos. No entanto, conforme citado pelo ICArEHB, “não se deve pensar na concorrência primeiramente, pois, para produzir resultados económicos é melhor que se pense na diversificação das atividades”.

#### **4.6. Variedades de Resiliência da Região face à Crise**

De acordo com Schipper e Langston (2015), o tema da resiliência é o objeto de estudo dos assuntos da economia e planeamento, mas foi a resiliência socio-ecológica que dominou os resultados de integração em duas dimensões deste estudo. Por definição de coesão dos termos em descrever a resiliência ao nível dos indivíduos, organizações e sistemas, na Tabela 4.3 a seguir estão presentes os caminhos de adaptação explorados na

revisão de literatura, os dados apresentados representam lições a retirar sobre a crise na região do Algarve.

#### 4.6.1. Sobre a Resistência do Algarve à Crise

Poucos atores expressaram a adaptação como manifestação de resistência do Algarve, visto que a maioria não identificou a região nesse caminho de evolução das atividades. Tendo em vista a permanente debilidade da região em investir em recursos de atração turística, este obedece ao velho modelo de planeamento do ‘sol e mar’.

Combinada a determinante da resistência com o tecido económico, a história e o caminho dependente, podemos resumi-los na seguinte citação: “O permanente foco e investimento dos recursos financeiros no produto sol e mar do turismo e a diminuição da atividade do sector” (CCMAR).

O resultado da expressão dos atores que parafrasearam o caminho de resistência do Algarve, teve em comum a opinião que sugere que as atividades turísticas fortalecem a proposição para uma nova crise. Segundo o representante do NERA, tal perspetiva pode ser representada por números, onde “o sector de serviços que inclui o turismo representa 85% do VAB da Região”.

O Algarve está a “trabalhar melhor, mas dentro do velho modelo, o que é perigoso”, visto que a resistência é a capacidade de manter uma economia sem grandes impactos negativos. A “diminuição da atividade” (CCMAR) da oferta da atração turística e os resultados da produção e emprego indiciam a situação de crise no Algarve e sugerem que “ainda não conseguiu sair desse *lock-in*” (CRIA).

Sendo assim, o Algarve conseguiu resistir à crise, visto que a principal atração turística se manteve – o clima – permitindo, assim, que a região não sofresse grandes impactos da recessão, já que o emprego e a produção do Algarve se concentram nas atividades de turismo costeiro.

**Tabela 4.3:** Escala Regional de Análise do Detalhamento Socio-Ecológico. Fonte: elaborado pela autora.

Tipo dos caminhos da resiliência	Exemplo de Definição dos caminhos	Escala da Análise	Conceito Adotado	Categorias (diferenças dos caminhos em níveis)
<b>Resistência à crise</b>	A região foi capaz de <b>manter a sua economia sem grandes impactos negativos</b> , por exemplo, na produção ou no emprego.	Regional	Choques – Crises – externo	Permanente foco e investimento dos recursos financeiros no produto ‘sol e mar’ do turismo. Diminuição da atividade principal do sector.
<b>Recuperação à crise</b>	A região foi capaz de <b>recuperar dos impactos negativos</b> , por exemplo, na produção ou no emprego, sem grandes problemas para o seu desenvolvimento de longo prazo.			Especialização da atividade. Disponibilidade de mão de obra qualificada do principal sector. Diversificação das atividades focadas no principal sector. Dinamismo potencial de outros sectores (Agroalimentar, Saúde e Tecnologias de Informação e Comunicação). Colaboração das esferas do pública e privada.
<b>Reorientação à crise</b>	A região foi capaz de <b>alterar alguns dos aspetos</b> que a tornavam vulnerável à crise.			Dinamismo potencial de outros sectores (Agroalimentar, Saúde e Tecnologias de Informação e Comunicação). Diversificação das atividades focadas no principal sector.
<b>Renovação à crise</b>	A região foi capaz de <b>criar novas possibilidades de desenvolvimento</b> , com novos atores ou atividades económicas mais competitivas e resistentes a novas crises.			Colaboração entre as esferas pública e privada. Diversificação das atividades focadas no principal sector.

#### 4.6.2. Sobre a Recuperação do Algarve após a Crise

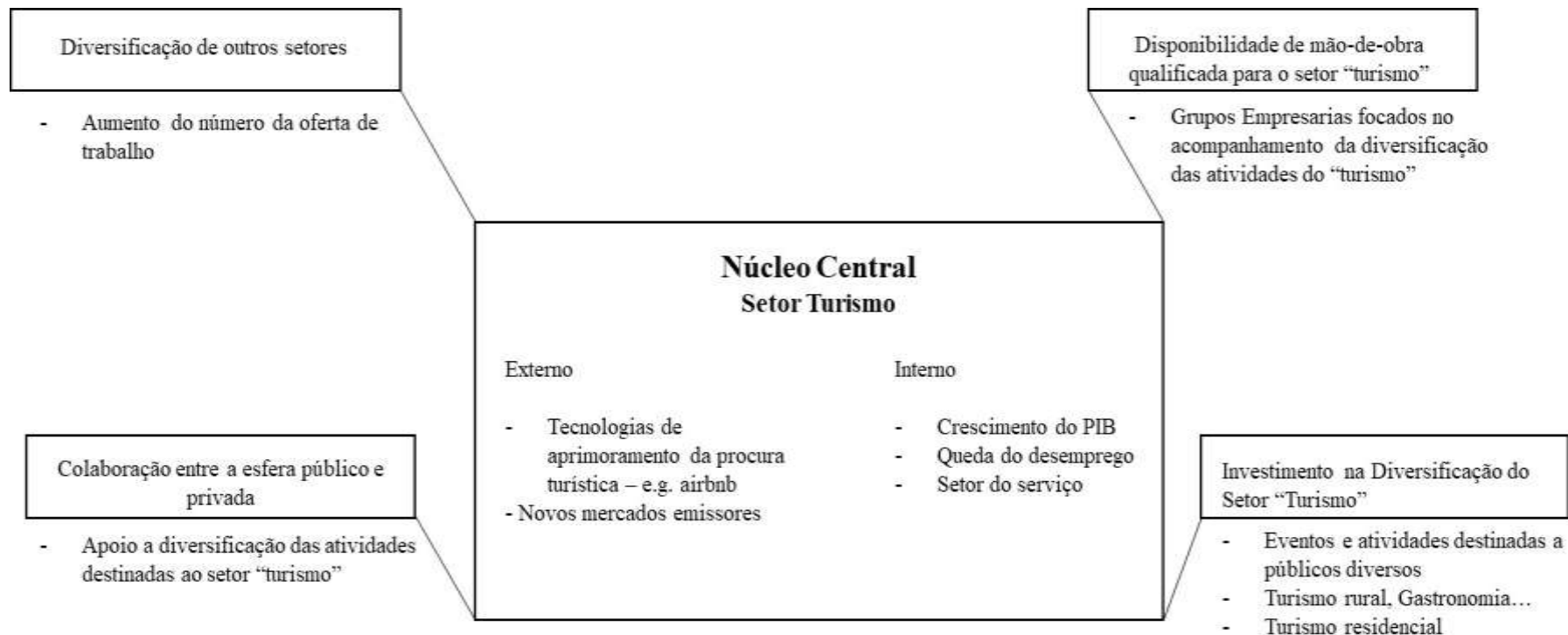
Este ponto responde à questão: “Quais os fatores que permitiram a recuperação económica da produção e do desemprego no Algarve?”. Acompanhe a Figura 4.4, em esquema teórico interpretativo das perceções.

Sobre os fatores diretos e indiretos do sector do turismo, o representante do NERA afirmou que “apesar de alguma recuperação, devida sobretudo ao turismo, mantém-se um forte desequilíbrio estrutural, um elevado peso das atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo e um peso fraco dos outros sectores, nomeadamente agricultura, pescas e indústria, apesar de alguns progressos interessantes, nomeadamente, na agricultura e na indústria”. Segundo o representante da RTA, “essa recuperação está diretamente ligada ao sector dos serviços, particularmente os associados ao turismo, que continua a ser o principal motor da economia regional”.

A qualificação da mão-de-obra nas atividades a fim do sector do turismo e o investimento na diversificação do sector representam, conforme o representante do CIEO, uma recuperação, consubstanciada “na diminuição da sazonalidade e no surgimento de novos mercados a que não estávamos acostumados e que agora estamos expandindo, como o turismo residencial de franceses, italianos e nórdicos, que vêm para o Algarve. Os grupos económicos em expansão, como o Tivoli, o Pestana e o Vila Galé, e os grupos espanhóis, apresentaram produtos alternativos de turismo, como o surf na costa vicentina e a observação de aves, ou seja, complementares ao produto sol e mar “.

A diversificação de outros sectores, segundo o representante do CEOT, expressou-se “numa certa adaptação do tecido económico do Algarve e numa certa abertura do sistema industrial e económico”, veiculando “a impressão de que está a passar um pouco pela parte agrícola”, a ressaltar a “parte florestal”. Além disso, “começam a aparecer investimentos e alguns projetos relacionados com o mar, por exemplo, projetos de aquacultura e produção de sal, muito ligadas ao *boom* ambiental”.

**Figura 4.4:** Esquema Teórico Interpretativo. Fonte: diagrama inspirado em Freire (2008), elaborado pela autora.



Conforme o representante do CRIA “é preciso reforçar a inter-setorialidade entre os atores regionais, porque há movimentação e houve a reorientação das suas prioridades”, a fim de se reforçarem “as atividades complementares, como a agricultura, o turismo, as tecnologias, os sectores da TICs, Mar e Agroalimentar, que são reconhecidos como sectores”.

A relevância da colaboração da esfera pública e privada pode ser representada, segundo o representante do CRIA, no facto de “o Algarve ter sido capaz de recuperar da crise”. Por exemplo, “quando Portugal está a melhorar, o Algarve é capaz de recuperar mais rápido”. “Nos últimos anos, têm vindo a ser criadas formas alternativas de turismo. Os recursos da região já não têm a ver apenas com o turismo de sol e mar, mas estão também ligados à preservação da própria cultura”. Esta é uma oportunidade, tendo em vista que “a riqueza cultural tem aumentado na região, através das autarquias e das associações, e também através de festivais e audiências especializados” (CIAC).

Sendo assim, a diversificação colabora no processo de desconstrução criativa, que funciona como uma consolidação reflexiva de reconhecimento do histórico da região e abre uma janela de oportunidades para as atividades e eventos que estreitam as sinergias a fim de resultar numa imagem de envolvimento, conhecimento e criação da cultura local. Conclui-se, assim, que o sector do turismo foi o principal responsável pela recuperação económica algarvia após a recessão.

#### 4.6.3. Sobre a Reorientação do Algarve após a Crise

“O Algarve não foi capaz de se reorientar após a crise” (NERA), isto é, não foi capaz de alterar alguns dos aspetos que o tornavam vulnerável à recessão, pois ainda há “um forte desequilíbrio estrutural: um elevado peso das atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo, e um peso fraco dos outros sectores”. Essa relação é, então, um risco para o futuro, se os outros sectores não começarem a ser percebidos e melhor dinamizados quanto aos recursos.

Sobre a diversificação do mercado: “a chamada Economia do Mar poderá ser outra das áreas que, para além da componente “turismo”, possui grande potencial para a diversificação da atividade económica” (RTA). Por outro lado, “o *boom* da procura turística aumentou a competição e permitiu uma exploração com valores mais baratos e com certa qualidade” (CIEO).

Apesar disso, a reorientação territorial (através da alteração dos aspetos que tornavam a região frágil perante a crise), ainda não é representativa, quando comparada

com as atividades estruturadas para o turismo, pois o desenvolvimento regional está concentrado na exploração da diversificação turística e não dos outros sectores. No entanto, as ressalvas e análise de conteúdo indicam tendências futuras para o caminho de prospeção da região.

Apesar da procura por novos caminhos e pela diversificação de alguns sectores, os representantes, no geral, comentaram que a tendência dos avanços noutros sectores não é, no atual momento de reorientação, expressiva, pois não pode ser observado através do emprego e da produção verificados na região.

#### 4.6.4. Sobre a Renovação do Algarve após a Crise

A diversificação do sector do turismo tem vindo a manifestar-se na influência externa e no empreendedorismo de micro negócios, que começam a ser reorganizados com expressividade no guarda-chuva da oferta turística. Segundo o representante do ICarEHB, “apesar de haver novos atores, começa também a haver uma perspetiva diferente na restauração”, ou mesmo “na produtividade a nível vinícola, pois eram estruturas que já existiam e que de certa maneira se alargaram e que se renovaram ligeiramente”.

Segundo o representante do CRIA, “a estratégia regional e a RIS3 estão bem pensadas e estruturadas para a renovação, visto que a região continuará a desfrutar dos benefícios quando é reconhecido o reforço de atividades complementares como a agricultura e os sectores da TICs, Mar e Agroalimentar”.

Por fim, os entrevistados consideram que não se adaptaram suficientemente ao mercado internacional, pois não se renovou o tecido económico.

### **4.7. O Momento Atual**

#### 4.7.1. Uma Visão Geral

O panorama traçado a partir das debilidades e oportunidades da região, nesta investigação, corresponde a uma ligação propositada dos temas e das estruturas económicas traçadas pelos sectores da RIS3 Algarve.

A Figura 4.2 é o quadro estratégico ou análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), onde ocorreu a anotação dos fatores indicados pelos entrevistados. No entanto, as respostas enviadas por email apresentaram certa diferença positiva, em quantidade, em relação aos entrevistados presenciais. O valor ordinal do

quadro indica a quantidade de vezes que o mesmo ponto foi mencionado por mais de um entrevistado.

O representante da RTA apresentou um número superior e completo das questões de força, fraqueza, oportunidades e ameaças, por isso foram adotados os seguintes critérios de organização e análise das respostas:

- Os inquéritos da RTA e do NERA tiveram peso reduzido. Isto quer dizer que nem todos os pontos de força, fraqueza, oportunidade e ameaça foram expostos no quadro. O motivo: o tempo de resposta que tiveram para enviar.

- Todos os pontos expostos durante as entrevistas presenciais foram mencionados.

E, por fim, a exploração do momento atual compreende pela Tabela 4.4 a seguir refere-se a concordância dos sectores e o grau de conhecimento dos sectores da RIS3 Algarve pelos atores participantes, poderá correlacionar-se na importância dos fundos estruturais europeus no desenvolvimento da região do Algarve. A matriz de inter-relação na Figura 4.3 apresenta-se através de duas medidas a fim de garantir mais resiliência ou o dinamismo económico regional no Algarve no longo prazo.

**Figura 4.2:** Matriz SWOT da Inovação no Algarve. Fonte: adaptado da SWOT em [https://issuu.com/ccdralgarve/docs/ris3\\_20-06/1](https://issuu.com/ccdralgarve/docs/ris3_20-06/1) CCDR (2015) / UAAlg Algarve 2014-2020

<p><b>FORÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade paisagística; 3</li> <li>• Diversidade ambiental alinhada com as estratégias dos setores regionais ;1</li> <li>• Diversidade concentrada; Hospitalidade/simpatia; 2</li> <li>• Situação geográfica; 3</li> <li>• Diversidade da oferta ao nível do entretenimento/restauração/bebidas; 2</li> <li>• Capacidade de iniciativa; 2</li> <li>• Competência dos setores quanto a implementação dos setpres RIS3; 1</li> <li>• Condições climáticas; 4</li> <li>• Região com potencial do turismo residencial europeu; 2</li> <li>• Dieta Mediterrânica – inscrita na lista representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO; 1</li> <li>• Universidade Local com potencial internacional; 2</li> <li>• Aeroporto Internacional com potencial inovador; 1</li> <li>• Especialização económica do Turismo; 1</li> <li>• Definição espacial consolidada; 1</li> <li>• Estrutura organizacional interna da região com reconhecimento bem definido; 1</li> </ul>	<p><b>FRAQUEZAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dispersidade de interesses entre os municípios da região; 2</li> <li>• Alinhamento do potencial científico com as estratégias de desenvolvimento regional e exportação do conhecimento sob a capacidade de cientistas/ especialistas; 3</li> <li>• Descentralização das decisões estratégicas da região; 1</li> <li>• Déficit de investimentos comparativos as regiões de Portugal; 2</li> <li>• Articulação da mobilidade pública da região intermunicipal e terminais de acesso internacional; 4</li> <li>• A quantidade de micro empresas com baixo potencial de empregabilidade; 2</li> <li>• Fraca atuação da universidade no desenvolvimento de empresas da região; 1</li> <li>• Burocratização e pouco interesse em desenvolver projetos de aquacultura na região; 1</li> <li>• Centralidade/ Foco das atividades para o Turismo; 3</li> <li>• Grande interesse em investir no turismo residencial; 1</li> <li>• Inexistência de sinergias entre players do sector; 1</li> <li>• Objetivos de curto prazo; 1</li> <li>• Falta de planeamento de outros produtos de exportação; 2</li> <li>• Existencial de massa crítica da região; 2</li> <li>• Falta de interesse em desenvolver os locais de interior da região; 1</li> <li>• Práticas de marketing (de relação, marketing intelligence...); 1</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento das atividades relacionadas com o turismo de nicho; 2</li> <li>• Reconhecimento político da importância económica do setor do turismo; 2</li> <li>• Diversidade de recursos endógenos com possibilidade de valorização; 2</li> <li>• Potencialidade da diversificação agrícola da região; 1</li> <li>• Reconhecimento através da formação científica e tecnológica da economia marítima; 2</li> <li>• Possibilidade de articulação com outros setores de atividade; 3</li> <li>• Expansão das rotas aéreas aos países por exemplo do norte da África, etc.; 2</li> <li>• Explorar o potencial da transferência do conhecimento pela UAAlg; 2</li> <li>• Qualificação dos recursos financeiros disponíveis; 2</li> <li>• O território como ambiente para a expansão de recursos; 1</li> <li>• A existência de recursos humanos especializados do CRIA ; 1</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vulnerabilidade do setor turístico a fatores externos; 3</li> <li>• Falta de Instrumento políticos nas decisões sobre a região; 2</li> <li>• Terrorismo; 1</li> <li>• Permanente concorrência com os destinos do Mediterrâneo; 2</li> <li>• Rotas de Navios de carregamento com risco de derramamento e poluição marítima; 1</li> <li>• Dependência dos acontecimentos de mudança externa; 1</li> <li>• Alterações Climáticas; 1</li> <li>• Permanência da imagem da região diante dos produtos 'sol e mar' do Turismo; 2</li> <li>• Implementação de novas economias sem formçõ especializada local; 1</li> <li>• Falta de investimentos das novas dinâmicas do mercado empreendedor; 1</li> <li>• O Algarve ser considerado em <i>phasing out</i> na distribuição dos fundos comunitários; 1</li> <li>• Forte incremento, sobretudo, dos produtos 'sol e mar' e golfe, em destinos concorrentes; 1</li> </ul>

#### 4.7.2. RIS3 Algarve, Fundos Estruturais Europeus e as Medidas para Favorecer a Resiliência e o Dinamismo Regional

A leitura da Tabela 4.4 é apresentada através das categorias, da avaliação percentual e o conhecimento dos atores sobre os sectores da RIS3 Algarve e se o grau de conhecimento desses corresponde à importância dos Fundos Estruturais Europeus aplicados no desenvolvimento da região. A coluna “sugestões comuns” foi criada a fim de colher os resultados a nível da importância pessoal associados ao enunciado do inquérito.

As subclassificações “conhecimento forte” e “conhecimento moderado”, em concordância com sectores estruturados pela RIS3 Algarve, e “importância alta” e “importância não atribuída” aos fundos estruturais europeus, indicam as diferenças que não podem ser transversalmente absorvidas pelo grupo de maneira geral.

Neste sentido, a quantidade de entrevistados deste grupo que conhecem ou não conhecem o desenvolvimento da especialização inteligente, assim como a consideração que esses atores atribuem aos fundos estruturais europeus de investimento para a região apresenta-se através da tabela anteriormente indicada.

Conforme o representante do CIEO sugeriu, o desenvolvimento da RIS3 “está a combinar coisas que têm ciclos de desenvolvimento diferentes”. No desenvolvimento de sectores em específico na RIS3, e segundo o representante do ICArEHB, estes apresentam-se como “restritivos, particularmente, por exemplo, na arqueologia e no património”.

Já o representante do CEOT destaca a importância dos fundos como “fatalmente óbvia, pois há muitos planos e projetos que não seriam possíveis sem estes fundos”.

Visto que a direção geral da análise de conteúdo foi, como se pode observar pela ilustração das respostas, de livre criação da autora, este exercício busca fundamentar, numa matriz de inter-relação, o sentido da análise.

**Tabela 4.4:** Percentagem de Respostas ‘sim’ do Total de Entrevistados na Pesquisa. Fonte: inspirado na representação de Freire (2008:94), elaborado pela autora.

<b>Categorias</b>	<b>% de ‘sim’ aos Sectores &amp; ‘Importância’ dos Fundos</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Sugestões comuns aos entrevistados</b>
<b>Concordância com os Sectores de acordo com o conhecimento</b>	<b>100%</b>	“Sectores de especialização propostos (Turismo e Lazer; Mar, Pescas e Aquacultura; Agroalimentar; Energias Renováveis; Ciências da Saúde e da Vida; TIC, Indústrias Culturais e Criativas).”	“Não há capacidade de desenvolvimento sem liderança...Ou se tem um organismo forte que desenvolve a liderança, ou se constrói um grupo de liderança coletiva, ou nunca iremos resolver o problema de estratégia.”
- <i>Conhecimento forte da RIS3</i>	75%	“Tem como finalidade o desenvolvimento económico da região com base em investimentos nos seus sectores distintivos e explorando oportunidades e tendências emergentes com medidas potenciadoras da inovação e da competitividade.”	“A realidade estrutural da região dificulta a utilização da RIS3.”
- <i>Conhecimento moderado da RIS3</i>	25%	“Conheço, mas deveria conhecer mais.”	“Deveria haver um equilíbrio e não um foco num deles.”
<b>Importância dos Fundos Estruturais Europeus</b>	<b>75%</b>	“Seja na agricultura, serviços, aeroporto, autoestradas, ou projetos de investigação, são importantes para o desenvolvimento.”	“Os sectores são os prioritários na região, mas, por exemplo, a ciência ficou muito compartimentada.”
- <i>Importância atribuída como alta</i>	75%	“Os Fundos Comunitários são, sem dúvida, importantes para o Algarve.”	“O Algarve é a região continental portuguesa que recebe menos financiamento e tudo aponta para que no futuro seja necessário equacionar outras fontes de financiamento.”
- <i>Importância não atribuída</i>	25%	“Confesso ter dificuldade para responder a essa pergunta, porque eu não estou por dentro do assunto...E por não os conhecer profundamente, não posso discorrer sobre o assunto.”	

**Figura 4.3:** Matriz da Inter-Relação das Respostas dos Representantes do Algarve. Fonte: inspirado na matriz de nicho presente no documento da RIS3, disponível em [https://issuu.com/ccdralgarve/docs/ris3\\_20-06/1](https://issuu.com/ccdralgarve/docs/ris3_20-06/1) CCDD (2015)/ UAIG Algarve 2014-2020, elaborada pela autora.

	CCDR	CRJA	CRJG	CCMRJ	CRJG	CRJA	NERJA	RJA	
<b>CCDR</b>	<p>1 O modelo de atuação do setor Turismo, através da atuação do turismo, base como uma intervenção restrita nas debilidades e problemas estruturais</p> <p>2 Aplicação do desenvolvimento das estratégias inovadoras</p>								
<b>CRJA</b>	<p>1 Estratégias regionais e desenvolvimento das estratégias inovadoras</p>	<p>1 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve.</p> <p>2 Criação avaliação da estratégia regional, incluindo a sua implementação</p>							
<b>CRJG</b>	<p>2 Foco em projetos mais abrangentes e inovadores e desenvolvimento das estratégias inovadoras</p>	<p>1/2 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve. Enfatizado o controlo avaliação em projetos, com foco mais abrangente</p>	<p>1 Uma medida política: aproximação das atores regionais em decidir o desenvolvimento estratégico da região na base do planeamento e não após o facto ser tomado.</p> <p>2 Foco em projetos mais abrangentes e inovadores</p>						
<b>CCMRJ</b>	<p>3 A prioridade atribuída aos setores, orientada pela capacidade produtiva de cada um no desenvolvimento das estratégias inovadoras</p>	<p>1/2 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve, que cria uma nova estrutura de gestão, avaliação as prioridades atribuídas nos setores, orientada, pela capacidade de cada um.</p>	<p>1/2 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve. Com foco na avaliação de prioridade setores, além de definir projetos mais abrangentes e inovadores, se com maior impacto regional.</p>	<p>1 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve.</p> <p>2 A avaliação dos setores e prioridades atribuídas aos setores, orientadas pela capacidade produtiva de cada um no desenvolvimento regional</p>					
<b>CRJG</b>	<p>3 Plano para o desenvolvimento de mobilidade nas estratégias inovadoras</p>	<p>1/2 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve. Através da avaliação dos planos de desenvolvimento de mobilidade</p>	<p>1/2 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve. Através de uma medida económica que visa promover projetos mais abrangentes, sobre o desenvolvimento de mobilidade</p>	<p>1/2 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve. Através de medidas as prioridades atribuídas no desenvolvimento inovador de cada setor e impacto no acesso através da mobilidade</p>	<p>1 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve.</p> <p>2 Uma medida económica: no Plano para o desenvolvimento da mobilidade territorial, das prioridades territoriais do Algarve e a conectividade e acesso a custo</p>				
<b>CRJA</b>	<p>2 Uma medida económica da infraestrutura dos transportes baseada nas estratégias inovadoras.</p>	<p>1/2 Uma medida política que controla as decisões estratégicas nos municípios, através de agendas.</p> <p>3 que controla através do controlo avaliação métodos económicos de infraestrutura de transportes</p>	<p>1/2 Uma medida política que controla as decisões estratégicas nos municípios, através de agendas.</p> <p>3 Através de uma medida económica que visa promover projetos mais abrangentes, sobre o desenvolvimento de mobilidade.</p>	<p>1/2 Uma medida política que controla as decisões estratégicas nos municípios, através de agendas.</p> <p>3 Através de medidas as prioridades atribuídas no desenvolvimento inovador de cada setor e impacto no acesso através da mobilidade.</p>	<p>1/2 Uma medida política que controla as decisões estratégicas nos municípios, através de agendas.</p> <p>3 Através de medidas as prioridades atribuídas no desenvolvimento inovador de cada setor e impacto no acesso através da mobilidade.</p>	<p>1 A reestruturação das decisões estratégicas dos municípios por exemplo através de uma agenda cultural única, centralizada na região.</p> <p>2 Uma medida económica da infraestrutura de transportes, intermunicipal.</p>			
<b>NERJA</b>	<p>2 Uma medida económica orientada para o desenvolvimento das estratégias inovadoras</p>	<p>1/2 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve. Através de uma medida económica de avaliação métodos económicos sob a implementação.</p>	<p>1/2 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve. Através do foco em projetos mais abrangentes e inovadores que visam promover economicamente o desenvolvimento estratégico de região.</p>	<p>1/2 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve. Através de uma medida económica de avaliação métodos económicos que visa promover projetos mais abrangentes e inovadores, sobre o desenvolvimento estratégico de cada setor.</p>	<p>1/2 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve através da implementação estratégica e planeamento de transportes</p>	<p>1/2 Uma medida política que controla as decisões estratégicas nos municípios, através de agendas.</p> <p>3 Uma vez que por planeamento estratégico se desenvolve a infraestrutura de transportes.</p>	<p>1 Uma medida política: a implementação da Região Administrativa do Algarve.</p> <p>2 Uma medida económica: no Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico e Social da Região.</p>		
<b>RJA</b>	<p>1/2 Uma intervenção sistémica nas debilidades e problemas estruturais do setor Turismo, que promova o desenvolvimento da oferta baseada na atuação de estratégias inovadoras</p>	<p>1/2 Uma medida política que atua nos problemas estruturais regionais e parte do controlo avaliação na intervenção das estratégias económicas regionais (RJA), além de responder a qualidade da oferta regional.</p>	<p>1/2 Uma medida política que atua na intervenção estrutural dos problemas estruturais, além que projetos sobre mais inovadores e impactantes para o desenvolvimento da oferta e qualidade de serviços.</p>	<p>1/2 Uma medida política que atua a intervenção estrutural dos problemas estruturais, além que projetos de intervenção de cada setor para responder a oferta e qualidade de serviços, sob o aspeto associado a geração e comunicação</p>	<p>1/2 Uma medida política que atua a intervenção estrutural dos problemas estruturais, além de planeamento estratégico nacional e participação da oferta e qualidade de serviços, associados a qualidade urbana e social.</p>	<p>1/2 Uma medida política que controla as decisões estratégicas nos municípios, através de agendas.</p> <p>3 que atua a intervenção estrutural dos problemas estruturais, através de agendas.</p> <p>3 que atua a intervenção estrutural dos problemas estruturais, através de agendas.</p>	<p>1/2 Uma medida política que controla as decisões estratégicas nos municípios, através de agendas.</p> <p>3 que atua a intervenção estrutural dos problemas estruturais, através de agendas.</p> <p>3 que atua a intervenção estrutural dos problemas estruturais, através de agendas.</p>	<p>1 O modelo de atuação do setor Turismo, através da atuação do turismo, base como uma intervenção restrita nas debilidades e problemas estruturais.</p> <p>2 que promova o desenvolvimento da oferta baseada na atuação de estratégias inovadoras, qualidade de serviços, participação do desenvolvimento urbano, regional e de serviços turísticos, promoção e comunicação.</p>	

Desta maneira, a representação das respostas foi realizada através códigos: ‘1, 1/2 e 2’, os quais expressam a transversalidade das respostas:

- 1- As respostas dos entrevistados apresentaram uma medida política.
- 2 - As respostas dos entrevistados apresentaram uma medida económica.
- 1/2 - A resposta dos entrevistados corresponde a uma reflexão, a partir de ambas as medidas citadas pelos entrevistados.

Uma medida política para a região poderia ocorrer através da “concretização de uma estratégia regional, a fim de a manter, assegurar e disseminar” (CRIA), pela “implementação da Região Administrativa do Algarve” (NERA), que “trará maior capacidade de tomada de decisão regional”. Afinal, “as decisões de fundo da região devem ser avaliadas na região” (CRIA). Enquanto que uma medida económica transversal aos sectores da região passará, obrigatoriamente, pelos planos de mobilidade urbana na região.

## **CAPÍTULO 5. Conclusão: Discussão, Implicações e Limitações**

### **5.1. Discussão dos Resultados**

Esta pesquisa tentou identificar as causas que deram origem ao evento da crise, o grau de influência no destino da região do Algarve e aspetos de resiliência regional construídos a partir da perspectiva de um grupo de atores especializados. O objetivo central foi, então, relacionar o conhecimento individual de cada entrevistado numa orientação comum transversal do grupo e desvendar aspetos comuns sobre a origem e o impacto que a crise gerou em Portugal, principalmente na forma como afetou a estrutura socioeconómica no Algarve.

Na perspectiva da maior parte dos entrevistados, os Estados Unidos da América e o mercado de capitais foram considerados como a origem da crise global, pois é onde ocorre grande parte do volume de trocas entre diversos países: bolsas de valores, sociedades corretoras e instituições financeiras, que são entidades responsáveis por assegurar as relações económicas globais.

A economia de Portugal, no que diz respeito à educação, pesquisa e inovação apresenta-se num sistema público historicamente com baixa performance. Sendo assim, se o impacto da crise for demasiado negativo, um indicativo será a diminuição do potencial da região em absorver os impactos de novas crises e está visto que as estruturas económicas não estão estrategicamente integradas num sistema de gestão de risco. Porém, a diversidade do tecido económico da região algarvia é o caminho que reflete a capacidade desta região em reorientar-se, ao criar possibilidades de desenvolvimento com novos atores ou atividades económicas mais competitivos e resilientes a possíveis novas crises.

A crise em Portugal foi, também no Algarve, o resultado da imparidade bancária. A existência de grandes empreendimentos estrangeiros, em particular britânicos (que não estão relacionados com recursos financeiros advindos do governo de Portugal) na região algarvia, que está muito sustentada em atividades imobiliárias e de construção civil, fez com que a região fosse mais impactada pelas alterações provocadas pela crise externa do que Portugal como um todo.

Os aspetos negativos a destacar encontram-se a partir da dependência de mercados emissores específicos, ao qual o sector do turismo no Algarve é especificamente direcionado. Afinal, a quantidade de serviços dependente dos turistas advindos do Reino

Unido e da Irlanda apresentam grande destaque. Observou-se uma forte redução dos gastos dos turistas desses mercados emissores e o conseqüente aumento do desemprego das atividades do sector do turismo, tendo em vista a também redução da quantidade de organizações que costumavam servir esses mercados.

Em Portugal, a política de austeridade ou política intervencionista do Estado afetou a produção e o desemprego. No entanto, o impacto da crise no Algarve trouxe à consideração os aspetos positivos de uma recessão, pois gerou uma redução dos produtos importados e fez com que o empreendedorismo das organizações portuguesas conseguisse emergir, através de produtos endógenos ao turismo. Além disso, a estabilidade de governação do país, quando comparada, por exemplo, com outros destinos concorrentes (como a Turquia ou a Tunísia) possibilitou um abrandamento do período da crise no Algarve, já que as ameaças terroristas e a instabilidade política nesses destinos durante este período despoletaram o desvio de turistas para o Algarve.

O desenvolvimento regional do Algarve foi estimulado através dos benefícios gerados pela intervenção dos fundos estruturais europeus. Apesar disto, os entrevistados alertaram para o perigo de, a longo prazo, a região não conseguir manter a qualidade dos investimentos proporcionados pelos fundos, assim como reforçaram a necessidade de se investir na formação dos recursos humanos da região.

A história mostra-nos que o desenvolvimento económico da região é estratégico e baseado no desenvolvimento das atividades do turismo, já que este sector se apresenta com hegemonia histórica no que se refere aos investimentos em atividades fins deste sector, sem esquecer que a maior disponibilidade de mão de obra advém de investimentos feitos no passado. Neste seguimento, a distribuição dos recursos para o desenvolvimento da região, no momento atual, continua a apresentar bloqueios de recursos atribuídos a outros sectores.

O valor acrescentado de outras estruturas económicas não foi impactante nos resultados da economia do Algarve, mas estas foram consideradas como estruturas diferenciadoras na escala produtiva da região, já que sectores como o Agroalimentar, as Ciências da Saúde e Bem-estar e as TICs, foram sectores que permitiram à região adaptar-se durante o período da crise.

Tendo o núcleo central da recuperação do Algarve sido baseado no sector do turismo, que permitiu a região absorver uma nova demanda de turistas durante o período da crise e recuperar-se dela no momento atual, as características desta região possuem atributos de um sistema resiliente. Baseando-nos na história dos investimentos nos demais

sectores podemos afirmar que a região se encontra no caminho da resistência. Mas, se o principal produto que se quer exportar da região é a cultura, a experiência dos turistas com o clima e a fruição da paisagem de costa, há que ser observada uma certa tendência para a redundância dos investimentos no sector do turismo e que afeta de forma direta o desenvolvimento dos demais sectores.

As instituições da região apresentaram-se num sistema de modularidade, ou seja, através da colaboração das esferas pública e privada, onde as atividades destinadas ao sector do turismo não foram alteradas. Em outras palavras, os serviços destinados ao turismo estiveram em sintonia com o propósito da governação e dos objetivos para o desenvolvimento da região.

Foi relatado por 75% dos entrevistados que há uma debilidade no alinhamento do potencial científico com as estratégias de desenvolvimento económico da região. Isso quer dizer que o existencial da massa crítica, ou especialistas na região, se apresenta como um grande obstáculo. Assim sendo, isto representa um alerta à gestão de risco da região e reforça que a qualidade da oferta, a longo prazo, deverá investigar e mitigar os seguintes pontos:

- 1) A quantidade de microempresas com baixo potencial de empregabilidade;
- 2) A falta de planeamento de outros produtos de exportação;
- 3) O *deficit* de investimentos no Algarve, em comparação com outras regiões de Portugal;
- 4) A falta de articulação, em termos de mobilidade pública, entre a região intermunicipal e os terminais de acesso internacional;
- 5) A centralidade e foco das atividades para o turismo;
- 6) A dispersão de interesse dos municípios;
- 7) O baixo existencial de massa crítica da região.

O objetivo que se pretende alcançar, diante da vulnerabilidade da região, prende-se com a exposição da região a crises externas. O elevado número de empregos sazonais apresenta-se como um obstáculo no desenvolvimento sustentável de longo prazo. Logo, as medidas políticas e económicas a definir passam pela implementação da Região Administrativa do Algarve, a fim de que as prioridades da região possam ser estruturadas a nível regional.

Visto que, o objetivo é promover o Algarve como um destino turístico sustentável global, a integração dos municípios da região poderá trazer como resultado a captação de investimentos externos, através de programas para desenvolvimento sustentável global, como o UNDP<sup>9</sup>.

Sendo assim, a implementação de uma medida socioeconómica que aposte num sector transversal será mais eficaz para o desenvolvimento da região a longo prazo. O sector das Energias Renováveis, seria, desta forma, o mais indicado, pois gerariam maior impacto político, social, ambiental e económico na região, envolvendo entidades públicas e privadas e comunidade civil em geral.

## **5.2. Implicações Práticas**

No que diz respeito à avaliação da performance da gestão de risco na região, este estudo considerou a perspectiva de um grupo de entrevistados. A Universidade do Algarve foi uma estrutura extremamente relevante para a sondagem de alguns especialistas interessados em discutir o desenvolvimento da região.

O grupo apresentou elementos estratégicos que estão alinhados com os objetivos do desenvolvimento do sistema regional, ou seja, houve a concordância sobre as estruturas económicas nomeadas pelo documento da RIS3 Algarve e os níveis que possibilitaram que as estruturas absorvessem o impacto negativo da crise.

O uso da ferramenta de especialização inteligente RIS3 poderá fortalecer num modelo de baixo para cima a aplicação de instrumentos eficazes que controlam a implementação de políticas públicas. A participação dos atores poderá certificar-se pelas diferentes fases de reavaliações, bem como que uma etapa relevante na apresentação dos resultados estatísticos, com argumentos verídicos, aos quais os entrevistados apresentam.

O Algarve é uma região onde os recursos internos se apresentam como flexíveis a transformações externas, sendo, no entanto, que a perspectiva conservadora tende a ser mantida por grupos minoritários. No geral, estes representantes foram consensuais em afirmar que o Algarve absorveu os impactos da crise.

---

<sup>9</sup> UNDP é o Programa Global de Desenvolvimento das Nações Unidas. Apoia os governos através de planos estratégicos que integram o objetivo da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030. Acesse o site da UNDP para mais informações e visite os objetivos da Agenda 2030: <https://www.undp.org/>.

### **5.3. Implicações da Literatura**

A resiliência na literatura evolucionária permitiu, durante a investigação, identificar os sectores mais dinâmicos para a região. A partir de artigos que abordam a especialização inteligente, foi possível compreender que a comum adoção do modelo *'bottom-up'* deve incluir as agências locais, organizações não governamentais, populações de alto risco e minorias que possuem conhecimentos significativos sobre o processo de formulação política (Figueiredo & Schumann, 2018).

O principal objetivo ao aplicar métodos e técnicas de entrevista, propostas por Bardin, foi o de utilizar uma ferramenta estratégica de trabalho capaz de fundamentar pesquisas exploratórias numa metodologia qualitativa. Além disso, o desenvolvimento prático através da literatura da economia evolucionária, assentou no esforço de transferir o conhecimento através de uma visão alargada sobre a evolução económica, onde o crescimento socioeconómico está atrelado a uma gestão partilhada.

O estudo científico do turismo apresenta-se como benéfico para este domínio, pois esta é uma atividade económica que impulsiona o crescimento económico de países e regiões de todo o mundo, podendo, assim, ser considerada como a principal responsável pela expansão e acessibilidade dos indivíduos a diferentes sítios do globo.

### **5.4. Limitações e Sugestão de Novas Pesquisas**

Esta dissertação tem claramente muitas limitações. A principal refere-se ao tamanho da amostra, que nesta pesquisa foi negativamente influenciado pelos *timings* para agendamento das entrevistas e para entrega do trabalho do curso de mestrado, já que, quanto maior e mais diverso for o grupo, mais cenários e pontos de oportunidade e ameaça, força e fraqueza poderão ser considerados. As opções do trabalho poderiam ter sido outras, em particular em termos metodológicos, de organização do trabalho empírico e até da revisão e sistematização da literatura. No entanto, uma dissertação é um caminho, que neste caso permitiu o aprofundamento do tema e a aquisição de um pensamento mais analítico à autora.

Um interesse de investigação futura remete para a uma importante ameaça à produção e ao mercado laboral: o uso de tecnologias que substituam a figura humana, como a digitalização, os robôs, a inteligência artificial, as aplicações na internet, etc., que prometem transformar a virtualidade de todos os sectores, conforme o movimento, o consumo e a produção do trabalho (COM, 2017). Ao nível do destino turístico, será interessante investigar o grau das especializações das atividades económicas para atrair

investidores e empreendedores que aumentem o potencial regional. Futuras pesquisas poderão aprofundar quais as iniciativas que foram bem-sucedidas a partir do apoio dos fundos estruturais europeus de investimento, como, por exemplo, os projetos que, no conjunto das regiões do sudoeste peninsular, permitem que (especificamente no caso do Algarve) se possam encontrar outros tipos de atores com capacidade empreendedora (ver quadro de articulação das prioridades inseridas na RIS3 Algarve, Alentejo e Andaluzia (CCDR Alg, 2015). A autora foi confrontada com o estudo de caso publicado em Dotti et al. (2018) sobre a implementação da especialização inteligente na região de Lombardia no norte da Itália, ficando com o interesse de compreender melhor as relações multinível entre os governos regionais e as autoridades locais na gestão de uma ferramenta como uma RIS3. A investigação sobre resiliência económica regional pode demonstrar como as diferentes regiões são impactadas pelas crises e na formação de grupos e parcerias entre os atores numa região. Deste modo, este trabalho permite sublinhar o interesse de aprofundar o conhecimento sobre a definição e a implementação de uma estratégia de especialização inteligente e a resiliência dessa região.

## Referências

- Adger, W.N. 2000. "Social and Ecological Resilience: Are They Related? Progress in Human Geography." 24: 347–64.
- Adger, W.N. 2003. "Building Resilience to Promote Sustainability." *IHDP Update 2*: 1–3.
- Arnold, J. 2015. "Boosting Export Performance in Portugal." *Economics Department Working Papers* No. 1257(OECD Publishing, Paris).
- Bardin, Laurence. 1977. *Análise de Conteúdo*. Capa Ed.70. eds. Reta e Tradução Antero and Augusto Pinheiro. EDIÇÕES 70, LDA. Rua Luciano Cordeiro, 123 - 2." Esq.o-I 069-157 LISBOA I Portugal Telef.: 213 190 240 Fax: 213 190 249 E-mail: edi.70@mail.telepac.pl www.edicoes70.pt: © Presses Univcrsitaires de France.
- Berkes, F. & Folke, C. 1998. "Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience." *Cambridge, Cambridge University Press*.
- Blyth, M. 2013. *Austeridade – A História de Uma Ideia Perigosa*. Lisboa: Quetzal.
- Boschma, R. A., Wenting, R. 2005. "The Spatial Evolution of the British Automobile Industry." *Papers in Evolutionary Economic Geography*#05.04. <http://econ.geog.uu.nl>.
- Boschma, Ron. 2015. "Towards an Evolutionary Perspective on Regional Resilience." *Regional Studies* 49(Taylor & Francis): 733-751.
- Braczyk, H.-J., Cooke, P. and Heidenreich, M. 1998. "Regional Innovation Systems; The Role of Governances in a Globalized World." *London: UCL Press*.
- Butler, R.W. 1980. "The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources." *Canadian Geographer* (University of Western Ontario).
- Carpenter, Stephen R, Frances Westley, and Monica G Turner. 2005. "Surrogates for Resilience of Social--Ecological Systems." *Ecosystems* 8(Springer): 941--944.
- Carpenter, S., Folke, C., Walker, B., Scheffer, M., Chapin, T. & Rockstrom, J. 2005. "Resilience Thinking: Integrating Resilience, Adaptability and Transformability, Ecology and Society." 15(4): 20–28.
- Christopherson, S.; Michie, J.; Tyler, P. 2010. "Regional Resilience: Theoretical and Empirical Perspectives." *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* 3(1): 3–10.
- CCDR Alg. 2015. *Estratégia Regional de Investigação e Inovação Para a Especialização Inteligente*. [https://issuu.com/ccdralgarve/docs/ris3\\_20-06](https://issuu.com/ccdralgarve/docs/ris3_20-06).

- COM 2017. *European Commission*. 2017. "Reflection Paper on Harnessing Globalisation": 2–24.
- Cooke, P. 2001. "Technopoles to Regional Innovation Systems: The Evolution of Localised Technology Development Policy." *Canadian Journal of Regional Science/Revue Canadienne des Sciences Régionales* XXIV (1): 21–40.
- Cross, R., Allan, A. 1988. "On the History of Hysteresis." R. Cross (ed.) *Unemployment, Hysteresis and the Natural Rate Hypothesis*. Oxford: Blackwell.
- Cruz, Ana Rita, Hugo Pinto, and Porter Julie. 2012. "Economic Resilience and Tourism Destinations: Eco and Cultural Responses to Turbulence Contexts in Coastal Areas." *Revista de Turismo e Desenvolvimento*, nº17/18: 1728–36.
- Hall D., P. A. and Soskice. 2001. "Varieties of Capitalism. The Institutional Foundations of Comparative Advantage." *Oxford University Press, New York, NY*.
- Davoudi, S. et al. 2012. "Resilience: A Bridging Concept or a Dead End? 'Reframing' Resilience: Challenges for Planning Theory and Practice Interacting Traps: Resilience Assessment of a Pasture Management System in Northern Afghanistan Urban Resilience: What Does It Mean in Plannin." *lanning theory & practice* 13(Taylor & Francis): 299--333.
- Desmet, K. and E. Rossi-Hansberg. 2009. "Spatial Growth and Industry Age." *Journal of Economic Theory* Vol. 144/6: 2 477-2 502. [www.princeton.edu/~erossi/SGIA.pdf](http://www.princeton.edu/~erossi/SGIA.pdf).
- Doloreux, D., Dionne S. 2007. "Evolution d'Un Système d'Innovation En Région Rurale: Le Cas de LaPocatière Dans Une Perspective Historique (1987-2005)." *Université du Québec, Rimouski*.
- Dotti, N. F., Lazzeri, G., and Bramanti, A. 2018. Smart timing and specialised spaces: Reflections on the implementation of smart specialisation strategies in Milan and Brussels. *Public Policy Portuguese Journal*, 3(1), 44-56.
- Elster, J. 1976. "A Note on Hysteresis in the Social Sciences." *Synthese* 33: 371–91.
- Feio, P.A., Chorincas, J. 2009. "Governação Territorial e Inovação Das Políticas Públicas." *Prospectiva e Planeamento* 16: 137–57.
- Figueiredo, L., T. Honiden, and A. Schumann. 2018. *Indicators for Resilient Cities*. OECD Publishing, Paris.
- Foray, D. "On the Policy Space of Smart Specialization Strategies." 2016. *European Planning Studies* 24(8): 1428–1437. <http://doi.org/10.1080/09654313.2016.1176126>.
- Freire, João. 2008. *Economia e Sociedade: Contributos Para Uma Sociologia Da Vida Económica Em Portugal Na Viragem Do Século*. Celta Editora, Av. de Berna, 11, 3º, 1050-036, Lisboa, Portugal. Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal.

- Friedman, M. 1993. "The Plucking Model of Business Fluctuations Revisited." *Economic Enquiry* 31: 171–177.
- Gallopín, G.C. 2006. "Linkages between Vulnerability, Resilience, and Adaptive Capacity." *Global Environmental Change* 16: 293–303.
- Georgescu-Roegen, N. 1967. "Analytical Economics: Issues and Problems." *Cambridge, MA: Harvard University Press*.
- Göcke, M. 2002. "Various Concepts of Hysteresis Applied in Economics." *Journal of Economic Surveys* 16: 167–88.
- Gunderson, L. H. 2002. "Panarchy: Understanding Transformations in Human and Natural Systems." *Washington: Island Press*.  
<http://books.google.com/books?id=DHcjtSM5TogC&pgis=1>.
- Holling, C. S. 1973. "Resilience and Stability of Ecological Systems." *Annual Review of Ecology and Systematics* 4/1: 1–23.
- Holling, C. S. & B. Walker. 2003. "Resilience Defined, Entry Prepared for the Internet Encyclopaedia of Ecological Economics." <http://isecoeco.org/pdf/resilience.pdf>.
- Holling, C.S. 1986. "The Resilience of Terrestrial Ecosystems: Local Surprise and Global Change, in: W.C. Clark & R.E. Munn (Eds)." *Sustainable Development of the Biosphere* (London, Cambridge University Press): 292–317.
- Holling, C.S. 1996. "Engineering Resilience versus Ecological Resilience." *P.C. Schulze (Ed.)* ((Washington, DC, National Academy Press): 31–44.
- INE. 2019. "Algarve Region in Figures - 2017." [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=357462347&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=357462347&PUBLICACOESmodo=2).
- INE. 2017. "Anuário Estatístico Da Região Do Algarve." In *Statistical Yearbook of Algarve Region*, ed. I.P. Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa Portugal Telephone: 218 426 100 Fax: 218 454 0 84 Instituto Nacional de Estatística. INE. [www.ine.pt](http://www.ine.pt).
- INE 2017. "Estatísticas Do Turismo 2017." *Estatísticas do Turismo* Edição(2018).
- Kim, C.-J., Nelson, C. R. 1999. "Friedman's Plucking Model of Business Fluctuations: Tests and Estimates of Permanent and Transitory Components." *Journal of Money, Credit, and Banking* (33): 317–334.
- Krugman, P. R. 1991. "Increasing Returns and Economic Geography." *Journal of Political Economy* 99(3): 483–499.
- Laws, Eric. 1995. *Tourist Destination Management: Issues, Analysis and Policies*. Routledge.

- Markusen, A. 2003. "On Conceptualization, Evidence and Impact: A Response to Hudson, Legendijk and Peck." 37(6-7): 747-751.
- Martin, R.L and Sunley, P.J. 2007. "Complexity Thinking and Evolutionary Economic Geography." *Journal of Economic Geography* 7: 573-602.
- Martin, R.L. 2012. "Regional Economic Resilience, Hysteresis and Recessary Shocks." *Journal of Economic Geography* 12: 1-32.
- Miller, G, Twining-Ward, L., Simpson, M. 2013. "European Tourism Indicator System. LIST OF SUGGESTED STAKEHOLDERS – For Sustainable Destinations". DG Enterprise and Industry. European Union. February 2013.
- Neto, P., Serrano, M.M., and Santos, A. 2018. "Renewed challenges for public policies in post-2020 Cohesion Policy: From RIS3 to RIS4 and a new social dimension for smart specialisation". *Public Policy Portuguese Journal* 3(1): 8-26.
- Neves, A. O. 1996. *Planeamento Estratégico e Ciclo de Vida Das Grandes Cidades: Os Exemplos de Lisboa e de Barcelona*. CELTA EDITORA/ OEIRAS 1996.
- Nijkamp, P. 2009. *Entrepreneurship, Development, and the Spatial Context*.
- Niosi, Jorge. 2011. "Complexity and Path Dependence in Biotechnology Innovation Systems." *Industrial and Corporate Change* 20(6): 1795-1826.
- OCDE. 2014. "Recommendation of the Council on the Governance of Critical Risks." [www.oecd.org/gov/risk/Critical-Risks-Recommendation.pdf](http://www.oecd.org/gov/risk/Critical-Risks-Recommendation.pdf).
- OCDE. 2017. "Portugal: Reformas Bem-Sucedidas Apoiaram a Recuperação Económica." 6/2/2017. *Relatórios Económicos Da OCDE*. [www.oecd.org/eo/surveys/economic-survey-portugal.htm](http://www.oecd.org/eo/surveys/economic-survey-portugal.htm).
- Pavard, B. & Dugdale, J. 2000. "An Introduction to Complexity in Social Science." *GRIC-IRIT, Toulouse*. <http://www.irit.fr/COSI/training/complexity-tutorial/complexitytutorial.htm>.
- Pinto, Hugo & Cruz, Ana Rita. 2011. "Sistemas de Inovação e de Turismo: Complementariedades na Região do Algarve". *Revista Turismo & Desenvolvimento* n°15 (09-24).
- Pinto, H., & Santos T. P. 2014. "Resiliência Dos Sistemas de Inovação Face à Turbulência Económica." *OFICINA DO CES* n°418(Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais Praça D. Dinis Colégio de S. Jerónimo, Coimbra): 1-29.
- Pinto, H. 2018. "Innovation Dynamics and Resilience: A Crucial Agenda for the Future of Regional Studies and Policy." *Regional Studies Association*. [https://regions.regionalstudies.org/ezine/article/innovation-dynamics-and-resilience-a-crucial-agenda-for-the-future-of-regional-studies-and-policy/?fbclid=IwAR1Gip3b5vDMUAobrT9X0Ur\\_ud6FdWEEeZYOM5co-3wFCmOoqqtpb7dWbA](https://regions.regionalstudies.org/ezine/article/innovation-dynamics-and-resilience-a-crucial-agenda-for-the-future-of-regional-studies-and-policy/?fbclid=IwAR1Gip3b5vDMUAobrT9X0Ur_ud6FdWEEeZYOM5co-3wFCmOoqqtpb7dWbA).

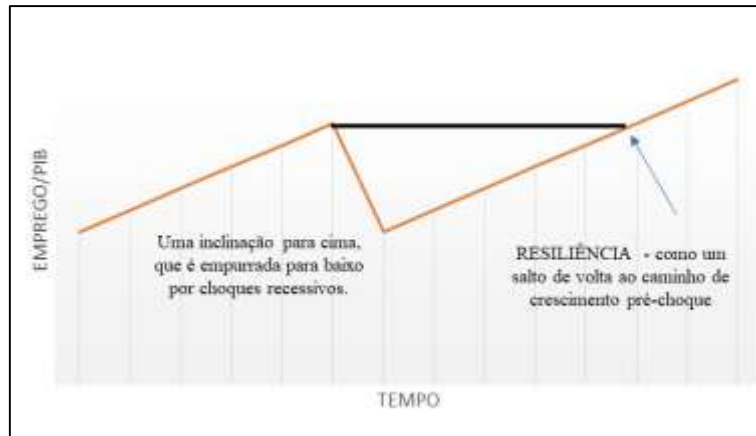
- Pinto, H. & Baycan, T. 2018. “Resilience, Crisis and Innovation Dynamics”. *Cheltenham, Uk and Northampton, MA, USA: Edward Elgar*.
- Pinto, H., Healy A., & Cruz A. R. 2019. “Varieties of Capitalism and Resilience Clusters: An Exploratory Approach to European Regions.” *Reg Sci Policy Pract.* 2019;1-21: 1–21. <https://doi.org/10.1111/rsp3.12183>.
- Plummer, P., Sheppard, E. 2000. “Must Emancipatory Economic Geography Be Qualitative? A Response to Amin and Thrift.” In *Paper Presented at the Global Conference on Economic Geography*, National University of Singapore, 5–9.
- Ramos, A. and Rosa, F. 2018. Empreendendo descoberta inteligente: Uma abordagem aos modelos de implementação da especialização regional em Portugal, *Public Policy Portuguese Journal* 3(1): 58-74.
- Saviotti, P. P. 1996. “Technological Evolution, Variety and the Economy.” *Cheltenham and Brookfield: Edward Elgar*.
- Scheffer, M. 2009. “Critical Transitions in Nature and Society.” *Princeton N* (Princeton University Press).
- Schipper, E.L.F; L. Langston. 2015. A Comparative Overview of Resilience Measurement Frameworks. Londres. <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9754.pdf>.
- Scott, A. J. 2004. “A Perspective of Economic Geography.” *Journal of Economic Geography* 4: 479–99.
- Setterfield, M. 2010. *Hysteresis*. Department of Economics. Trinity College, Hartford. Connecticut.
- Sillence, G. 2018. “Monchique Natura 2000 Fire 2018 – An Extreme WeatherVane for Sustainable Development.” *Tourism 2030 News*. <https://destinet.eu/News/monchique-natura-2000-fire-2018-an-extreme-weather-vane-for-sustainable-1>.
- Silva, J. A., J. Jafari, and N. Scott. 2010. *Tourism Development and Management: Challenges and Opportunities for Algarve*. Portugal. Algarve: University of Algarve.
- Simmie, James. 2014. “Regional Economic Resilience: A Schumpeterian Perspective.” *Raumforsch Raumordnung*, 72: 103–16.
- Sposito, V. A. 1993. “Strategic Planning for Metropolis.” In *A Guide to Strategic Association of the Major Metropolises*, 52.
- UNWTO. 2018. “Tourism Highlights, 2018 Edition.” In *World Tourism Organization*, Madrid. <https://doi.org/10.18111/9789284419876>.

- Vale, L.J. & Campanella, T.J. 2005. "The Resilient City: How Modern Cities Recover from Disaster." *New York, Oxford University Press*.
- Yiheyis, T. Maru. 2010. "Resilient Regions: Clarity of Concepts and Challenges to Systemic Measurement." *Socio Economics and The Environment in Discussion* 2010-04(CSIRO Working Paper Series).

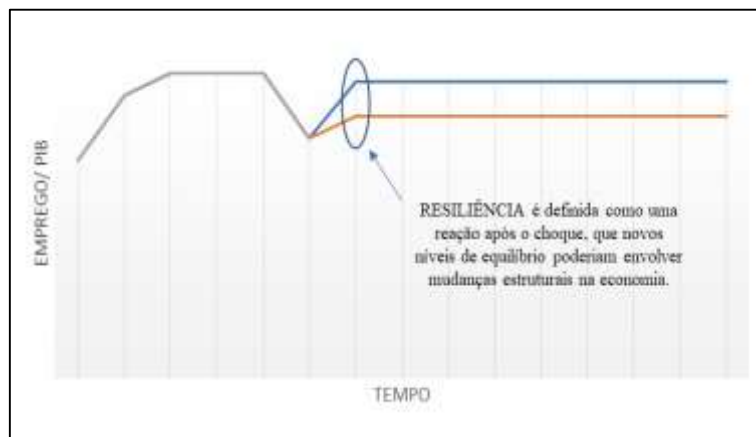
## Anexo I - Teorias Económicas da Resiliência

**Figura 1.1:** Entendimento das Teorias Económicas da Resiliência. Fonte: Baseado nas teorias apresentadas por Simmie (2014). Fruto da interpretação da autora.

Modelo “*Plucking*”: adaptado pela autora inspirado em Simmie, 2014; Friedman, 1993; Kim & Nelson, 1999, Martin, 2012



“*Hysteresis*” - Georgescu-Rogen (1967), Elster (1976), Cross & Allen (1988), Cross (1993), Göcke (2002), & Setterfield (2010). Adaptado pela autora, inspirado em Simmie (2014), Setterfield (2010).

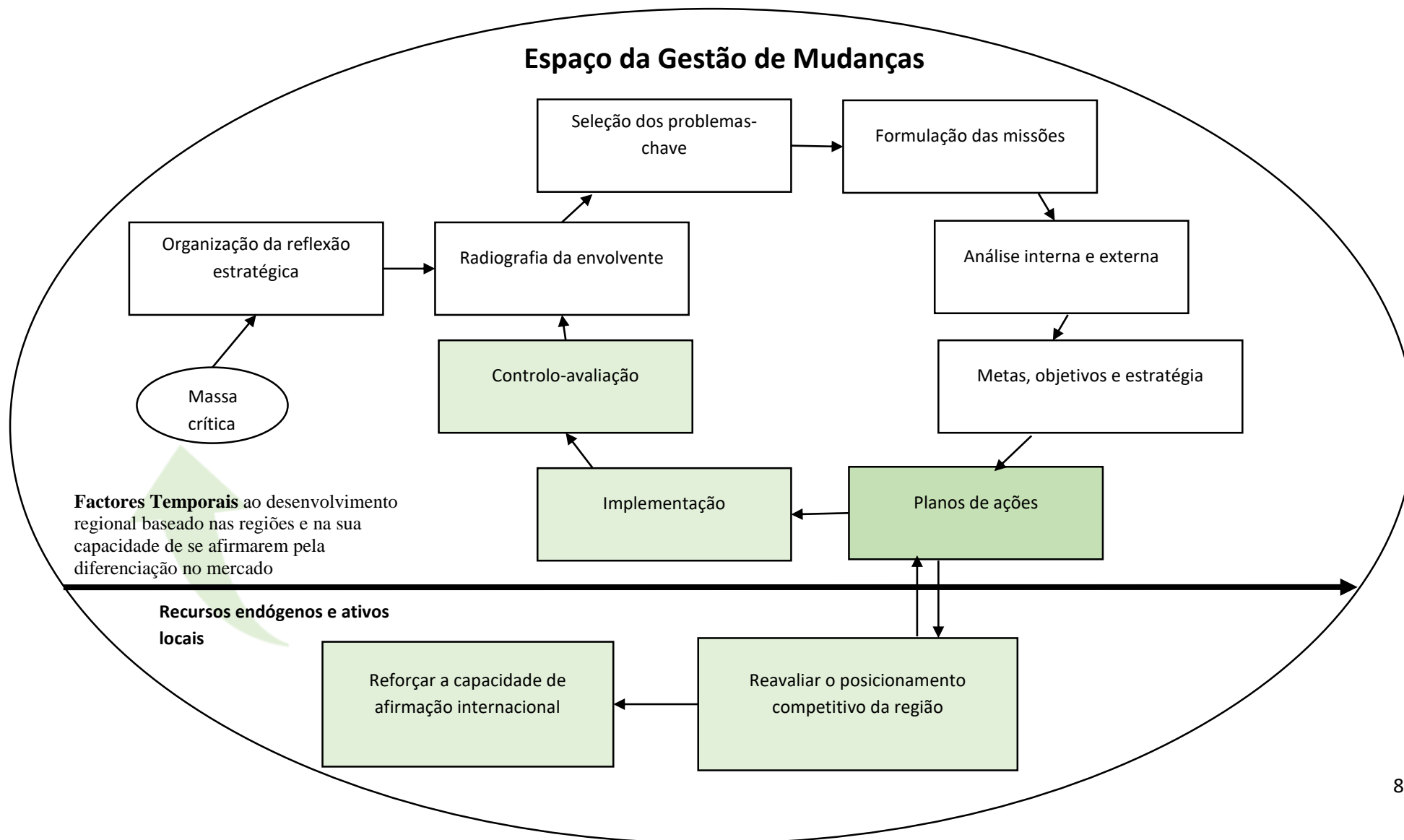


Resiliência Adaptativa (Simmie, 2014; Pavard & Dugdale, 2000 citados em Martin & Sunley, 2007 p. 577).



## Anexo II - O Modelo de Governança Interacionismo de Longo Prazo

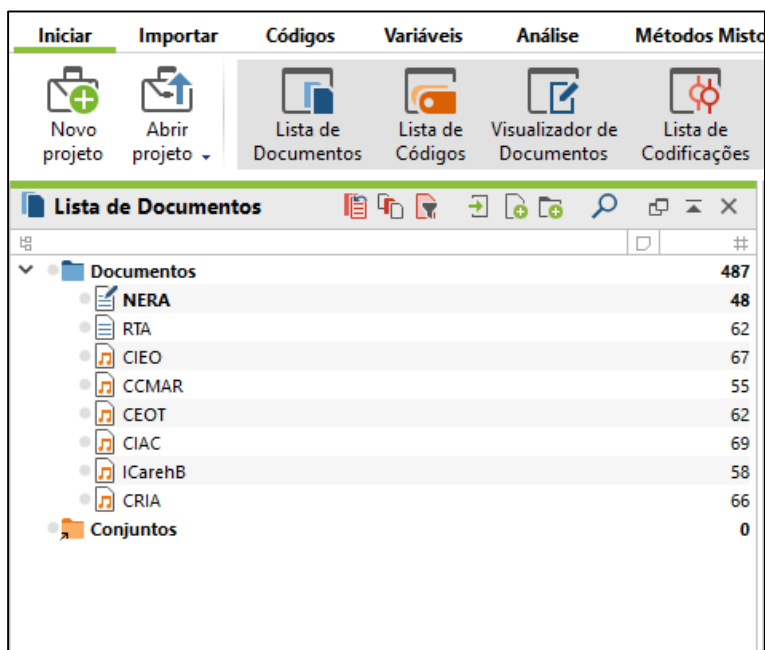
**Figura 2.1:** O Modelo de Governança Interacionismo de Longo Prazo. Fonte: elaborado pela autora, baseada em Neves, (1996:50), Complementar com as informações da apresentação <http://www.in-loco.pt/pt/agenda/20130320/conferencia-a-geografia-da-crise-em-portugal-e-no-algarve/> In Loco, 2013.



### Anexo III - O Sistema & A Organização da Análise dos Dados

Os dados coletados foram transcritos imediatamente após as entrevistas para um sistema, neste caso o MAXQDA. Por esse sistema foi possível utilizar funcionalidades de organização da operação durante o tratamento de dados e ainda identificar ferramentas mais específicas de codificações para análises qualitativas. Ao proceder pelo 'input' manual das informações foi possível adicionar os áudios feitos a partir das entrevistas presenciais, em cada uma das perguntas do inquérito. A Figura 3.1, corresponde o input de cada uma das entrevistas, e a primeira tela do sistema com a presença dos relatórios de cada um dos entrevistados da pesquisa.

**Figura 3. 1:** As Entrevistas Organizadas no Sistema MAXQDA



The screenshot displays the MAXQDA software interface. At the top, there is a menu bar with the following options: Iniciar, Importar, Códigos, Variáveis, Análise, and Métodos Misto. Below the menu bar, there are several icons and labels: 'Novo projeto' (with a folder icon), 'Abrir projeto' (with a folder icon and a dropdown arrow), 'Lista de Documentos' (with a folder icon), 'Lista de Códigos' (with a folder icon), 'Visualizador de Documentos' (with a document icon), and 'Lista de Codificações' (with a document icon). Below this is a toolbar with various icons for document management. The main area shows a table titled 'Lista de Documentos' with a tree view on the left and a list of documents on the right. The table has two columns: the document name and the number of documents (#). The data is as follows:

Documentos	#
Documentos	487
NERA	48
RTA	62
CIEO	67
CCMAR	55
CEOT	62
CIAC	69
ICarehB	58
CRIA	66
Conjuntos	0

Fonte: Elaboração da autora, utilizando MAXQDA

O sistema MAXQDA apresenta divisões de telas e organização de pastas, marcações e referências dinâmicas que o utilizador pode ter acesso às diversas funcionalidades, desde as mais básicas até as mais avançadas, a depender do interesse de apresentação dos resultados qualitativos da pesquisa. Para tanto, nesta pesquisa foi realizada a contratação do sistema

com licença para seis meses com custo de aproximadamente trinta e sete euros, um investimento único e pessoal da entrevistadora, de forma a organizar os dados, a fim de proceder a análise transversal de forma transparente. Sendo assim, a Figura 3.2 é a apresentação da lista de códigos organizada sob as três dimensões da análise de conteúdo, descritas anteriormente (Causas, Capacidade Adaptativa e o Momento atual) respetivamente.

**Figura 3.2:** Lista de Códigos das Dimensões ou Fases da Análise

Dimensão / Categoria	Conteúdo	Quantidade
Lista de Códigos		487
Momento Atual		80
Capacidade Adaptativa - Recuperação Económica		82
Causas do papel do turismo no Algarve		28
Causas da crise na Organização		29
Causas da crise no Algarve		31
Causas da crise em Portugal		30
Causas da crise Global		29
Citações		67
Resiliência		44
Causas		41

Fonte: Elaboração da autora, utilizando MAXQDA

Após transcrever cada uma das entrevistas e somar com as respostas em textos dos inquéritos respondidos por email, as informações foram organizadas pelas fases da análise e os testes das hipóteses da pesquisa comandadas pela nomeação em pastas ou das categorias da análise de conteúdo. As Dimensão I, II e III, estão representadas conforme a imagem das figuras adiante e apresentam as subdivisões, conforme orientação e referências de autores durante o tratamento dos dados. Sendo assim, a Figura 3.3 - Dimensão I, é apresentada pelas unidades de tratamento dos dados (Global, Portugal, Algarve, Organização e Papel do Turismo no Algarve). Em seguida a Figura 3.4 - dimensão II, trata-se da descrição da nomenclatura dos caminhos adaptativos. Tendo em vista que este é o ponto da descoberta empreendedora ou do desbloqueio do caminho dependente, que agrega a história de desenvolvimento da região. Por fim, a Figura 3.5 - dimensão III é a análise dos resultados e

a apresentação da última etapa da análise, o nicho. A prescrição da investigação pela investigação dos mecanismos de transformações é com a finalidade de garantir à região medidas mais resilientes à choques como a crise económica financeira global no longo prazo.

**Figura 3.3:** Lista dos Subcódigos da Dimensão I

Subcódigo	Ícone	Contagem
▼ Causas do papel do turismo no Algarve		9
Aspectos das razões do turismo no Algarve	🟦🟧	9
Aspectos dos efeitos do Turismo no Algarve	🟦	0
Para quais fins?	🟦	10
▼ Causas da crise na Organização		10
Aspectos das razões da crise na Organização	🟦	8
Aspectos dos efeitos da crise na Organização	🟦	4
Para quais fins?	🟦	7
▼ Causas da crise no Algarve		8
Aspectos dos efeitos da crise no Algarve	🟦	6
Aspectos das razões da crise no Algarve	🟦	8
Para quais fins?	🟦	9
▼ Causas da crise em Portugal		8
Aspectos das razões da crise em Portugal	🟦	7
Aspectos dos efeitos da crise em Portugal	🟦	5
Para quais fins?	🟦	10
▼ Causas da crise Global		7
Aspectos das razões da crise Global	🟦	7
Aspectos dos efeitos da crise Global	🟦	8
> Para quais fins?	🟦	7

Fonte: Elaboração da autora, utilizando MAXQDA

**Figura 3.4:** Lista de Subcódigos da Dimensão II

Subcódigo	Contagem
Lista de Códigos	487
Momento Atual	80
Capacidade Adaptativa - Recuperação Económica	9
Fatores da Recuperação	22
Reorientação	7
Recuperação	8
Resistência	3
Renovação	7
As lições dos representantes regionais	26
Causas do papel do turismo no Algarve	28
Causas da crise na Organização	29
Causas da crise no Algarve	31
Causas da crise em Portugal	30
Causas da crise Global	29
Citações	67
Resiliência	44
Causas	41
Efeitos	26
Conjuntos	205
Algarve	31
Papel do Turismo na crise do Algarve	28

Fonte: Elaboração da autora, utilizando MAXQDA

**Figura 3.5:** Lista de Subcódigos da Dimensão III

Subcódigo	Contagem
Lista de Códigos	487
Momento Atual	8
Tendências Futuras	8
RIS3	32
Ameaças	8
Oportunidades	8
Frquezas	8
Forças	8
Capacidade Adaptativa - Recuperação Económica	82
Causas do papel do turismo no Algarve	28
Causas da crise na Organização	29
Causas da crise no Algarve	31
Causas da crise em Portugal	30
Causas da crise Global	29
Citações	67
Resiliência	44
Causas	41
Efeitos	26
Conjuntos	205
Algarve	31
Papel do Turismo na crise do Algarve	28

Fonte: Elaboração da autora, utilizando MAXQDA

## Anexo IV - Síntese do Propósito de Análise dos Enunciados do Inquérito

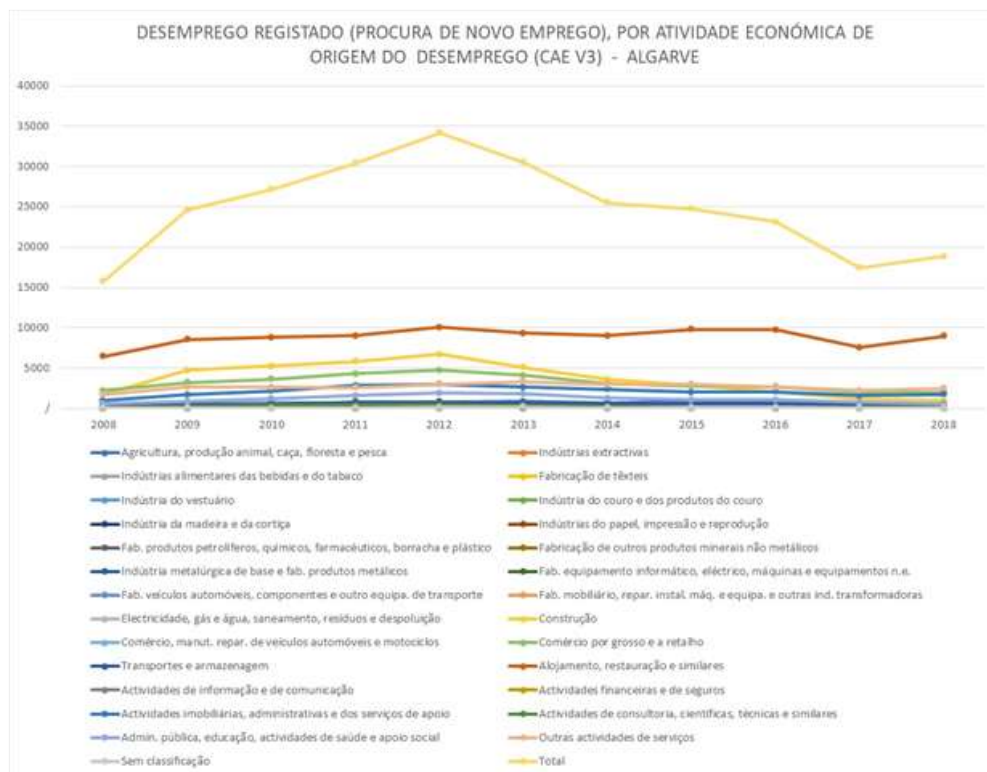
**Tabela 4.1:** Quadro Síntese do Propósito de Análise dos Enunciados do Inquérito Sobre Resiliência. Fonte: Elaboração da autora.

Nº Categorical	Forma de Análise	Os enunciados do Inquérito	Tipo dos Dados	Propósito da Análise
0	Frequencial	Explique a atividade da sua organização. (Enquadrando brevemente a sua função e a sua experiência, nesta atividade).	Nominal	Obter dos respondentes em termos de descrever a função organizacional de cada um.
0	Frequencial	Explique a atividade da sua organização. (Enquadrando brevemente a sua função e a sua experiência, nesta atividade).	Nominal	Obter dos respondentes em termos de descrever a experiência organizacional de cada um.
0	Frequencial	Explique a atividade da sua organização. (Enquadrando brevemente a sua função e a sua experiência, nesta atividade).	Nominal	Obter dos respondentes em termos de identificar a representação na organização.
1	Categorial/ Transversal	Considerando a crise que afetou a economia global, partilhe a sua opinião geral sobre as causas desta crise.	Nominal	Obter dos respondentes em termos da origem da crise, se as causas foram positivas ou negativas.
1	Categorial/ Transversal	Considerando esta crise, como descreve o período da crise em Portugal, e em particular do Algarve	Nominal	Obter dos respondentes em termos da origem da crise se o motivo e o grau dela decorrido em Portugal e no Algarve, se aplica a relação do impacto entre os contextos espaciais.
1	Categorial/ Transversal	Como foi sentida a crise na sua organização?	Nominal	Obter dos respondentes em termos da origem da crise o motivo, se afetou ou não e em qual grau de impacto na organização. Se há relação do impacto com a origem da crise.
1	Categorial/ Transversal	Qual o papel do turismo na forma como a crise foi sentida no Algarve?	Nominal	Obter dos respondentes a opinião a partir da experiência deles com o desenvolvimento estratégico do Turismo no Algarve, e se o impacto da crise foi positivo ou não ao desenvolvimento estratégico do Turismo na região.
2	Categorial/ Transversal	Considera que o Algarve foi capaz de resistir à crise? (Isto é manter a sua economia sem grandes impactos negativos, por exemplo na produção ou no desemprego)	Nominal	Obter dos respondentes em termos das reformas estruturais os impactos no vetor da governança das reformas na região (escolha pelo caminho).
2	Categorial/ Transversal	Considera que o Algarve foi capaz de recuperar da crise? (Isto é recuperar dos impactos negativos, por exemplo na produção ou no desemprego, sem grandes problemas para o seu desenvolvimento de longo prazo)	Nominal	Obter dos respondentes em termos das reformas estruturais os impactos no vetor da governança das reformas na região (escolha pelo caminho).
2	Categorial/ Transversal	Considera que o Algarve foi capaz de se reorientar após a crise? (Isto é alterar alguns dos aspetos que o tornavam frágeis à crise)	Nominal	Obter dos respondentes em termos das reformas estruturais os impactos no vetor da governança das reformas na região (escolha pelo caminho).
2	Categorial/ Transversal	Considera que o Algarve foi capaz de se renovar após a crise? (Isto é criar novas possibilidades de desenvolvimento, com novos actores ou atividades económicas mais competitivos e resistentes a novas crises)	Nominal	Obter dos respondentes em termos das reformas estruturais os impactos no vetor da governança das reformas na região (escolha pelo caminho).

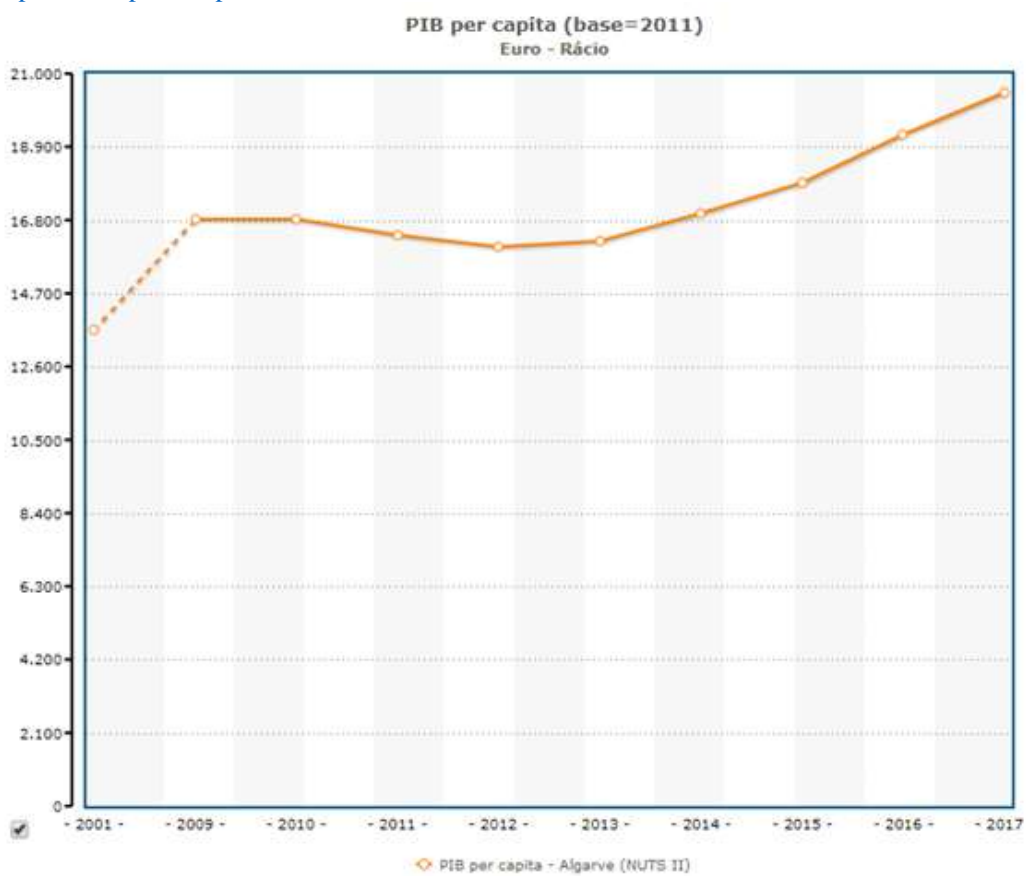
3	Frequencial/ Transversal	Identifique as 2-3 principais Forças e Fraquezas da região.	Nominal	Descobrir dos respondentes as fortalezas e debilidades da região do Algarve.
3	Frequencial/ Transversal	Identifique as 2-3 principais Oportunidades e Ameaças para a região.	Nominal	Descobrir dos respondentes as oportunidades e ameaças da região do Algarve.
3	Binómio	Conhece a Estratégia de Especialização Inteligente da região?	Nominal	Definir por significância estatística (percentagem) se a especialização inteligente da região tem efeito positivo ou negativo em atingir os objetivos estratégicos de desenvolvimento da região.
3	Frequencial/ Transversal	Concorda com os sectores considerados estratégicos?	Nominal	Descobrir pelos respondentes, se o desenvolvimento do plano de especialização inteligente gerou efeito positivo ou negativo na estratégia de desenvolvimento dos sectores no Algarve.
3	Frequencial/ Transversal	Qual a importância que atribui aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o desenvolvimento da região?	Nominal	Descobrir a opinião dos respondentes quanto o direcionamento estratégico dos fundos estruturais europeus no desenvolvimento da região do Algarve.
3	Frequencial/ Transversal	Que medidas deveriam ser tomadas para garantir uma maior resiliência/ dinamismo económico da região algarvia?	Nominal	Descobrir a opinião dos respondentes quanto a governança dos riscos, em como deve ser melhorada.

## Anexo V – Resultados Macroeconómicos do Algarve

Figura 5.1: Total de Desempregados registados no IEFP. Fonte: Elaboração da autora.



**Figura 5.2:** Produção Interna Bruta Per Capita do Algarve. Fonte: gráfico extraído do Portal online <https://www.pordata.pt/> PORDATA, última data de acesso: 20.03.2019.



## Anexo VI – Resultados das Empresas Não Financeiras no Algarve

**Tabela 6.1:** Empresas Não Financeiras: Total por Sector de Atividade Económica. Fonte: dado extraído do Portal online <https://www.pordata.pt/> PORDATA, última data de acesso: 20.03.2019. Fonte: Elaboração da autora.

Atividades Económicas - NUTS II & III	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2017 vs 2009
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3.883	3.765	3.757	3.625	4.368	5.807	6.469	6.151	6.483	67%
Indústrias extrativas	55	55	45	49	43	42	36	37	36	-35%
Indústrias transformadoras	2.153	2.000	1.894	1.791	1.782	1.765	1.780	1.787	1.845	-14%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	21	20	16	20	21	21	42	178	176	738%
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	45	47	51	54	56	58	54	53	57	27%
Construção	9.115	7.610	6.474	5.497	4.979	4.818	4.951	5.146	5.645	-38%
Comércio por grosso e a retalho (...)	13.60	12.73	12.12	11.38	11.09	10.97	10.92	10.87	10.85	-20%
Transporte e armazenagem	6	9	3	7	6	8	0	6	4	3%
Alojamento, restauração e similares	1.015	981	971	946	945	937	956	984	1.044	65%
Atividade de informação e comunicação	8.235	7.819	7.829	7.658	7.635	8.459	11.21	12.47	13.59	12%
Atividades imobiliárias	489	446	451	472	450	476	500	516	548	19%
Atividades de: consultoria, científicas, técnicas e similares	2.685	2.556	2.436	2.329	2.293	2.388	2.597	2.867	3.206	-1%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5.220	4.958	4.684	4.406	4.344	4.481	4.663	4.900	5.178	27%
Educação	10.26	8.098	7.685	7.176	6.858	6.996	7.662	8.392	9.211	10.26
Atividades de saúde humana e apoio social	2.711	2.567	2.380	2.156	2.137	2.164	2.228	2.312	2.340	-14%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3.244	3.301	3.283	3.229	3.153	3.252	3.383	3.487	3.612	11%
Outras atividades de serviços	1.832	1.720	1.642	1.497	1.500	1.613	1.732	1.875	2.087	14%
Total	3.484	3.293	3.044	2.827	2.847	2.896	3.068	3.250	3.553	2%
	65.89	61.56	58.25	54.80	54.64	57.81	62.98	66.10	70.52	7%
	1	2	6	1	5	7	1	6	1	

O cálculo da variação percentual =  $((V_2 - V_1) / V_1 \times 100)$

V2 = 2017

V1 = 2009

**Tabela 6.2:** Valor Acrescentado Bruto das Empresas Não Financeiras do Algarve. Fonte: Dados extraídos do Portal online <https://www.pordata.pt/> PORDATA, última data de acesso: 27.05.2019.

<b>Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras: total e por sector de atividade - Euro - Milhares</b> Onde se cria mais e menos riqueza nas empresas, na agricultura, indústria, comércio ou noutros serviços?	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016 vs 2009 (diferença)</b>
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	62.869	61.111	59.208	56.861	66.773	75.403	90.197	103.878	113.540.927	41.009
Indústrias extrativas	10.759	6.625	4.744	4.229	3.369	3.716	4.282	3.449	4.687.854	-7.310
Indústrias transformadoras	114.147	95.520	84.266	72.818	70.625	76.975	81.300	90.593	98.776.987	-23.554
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2.912	2.802	3.132	4.778	6.549	7.281	7.894	8.448	8.333.760	5.536
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	74.149	80.142	85.580	83.489	81.793	84.677	86.847	93.709	87.913.082	19.560
Construção	450.813	358.989	268.224	146.376	137.455	169.651	193.916	219.778	272.039.670	-231.035
Comércio por grosso e a retalho (...)	444.999	457.325	380.137	327.902	297.403	355.446	401.280	451.720	501.789.676	6.721
Transporte e armazenagem	81.432	74.434	73.410	64.048	64.695	66.996	75.675	85.257	92.980.254	3.825
Alojamento, restauração e similares	502.349	470.846	485.307	424.547	434.714	492.717	590.985	760.062	873.508.333	257.713
Atividade de Informação e comunicação	12.828	11.888	12.002	9.773	12.725	14.694	17.089	19.657	23.224.834	6.829
Atividades imobiliárias	168.441	113.423	75.635	66.893	58.213	70.113	98.073	92.362	167.861.472	-76.079
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	131.854	127.582	115.016	101.505	98.120	107.486	119.188	131.936	157.799.995	82
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	167.033	168.517	156.503	145.684	157.240	179.763	204.879	230.278	254.462.932	63.245
Educação	30.643	31.488	29.498	26.712	25.783	26.240	29.283	31.308	34.381.423	665
Atividades de saúde humana e apoio social	104.093	101.781	101.625	95.873	93.133	95.594	107.083	114.956	127.928.784	10.863
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	63.387	63.475	57.001	55.746	54.432	60.303	73.929	92.465	97.153.510	29.078
Outras atividades de serviços	31.275	29.471	23.990	20.376	21.286	21.228	23.058	26.573	31.134.813	-4.702
<b>Total</b>	<b>2.453.985</b>	<b>2.255.418</b>	<b>2.015.278</b>	<b>1.707.609</b>	<b>1.684.307</b>	<b>1.908.283</b>	<b>2.204.958</b>	<b>2.556.430</b>	<b>2.947.518.306</b>	<b>102.445</b>

## Anexo VII – O Algarve mais Dinâmico e Inovador

**Tabela 7.1:** Quadro Síntese dos Objetivos Prospetivos do Algarve. Fonte: presente na RIS3 do Algarve através do acesso [https://issuu.com/ccdralgarve/docs/ris3\\_20-06/1](https://issuu.com/ccdralgarve/docs/ris3_20-06/1) CCDR (2015) / UAAlg Algarve 2014-2020.

NÍVEL DE CAPACIDADE	PRINCIPAIS DEBILIDADES	POTENCIALIDADES
	Taxas de crescimento da população, decorrentes da migração interna e externa.	Aumentar a taxa de crescimento da população, a fim de atrair emprego com melhores condições de vida, com o estabelecimento de casais estrangeiros com qualificações, aumentando o poder de compra da população.
	A disposição de recursos hídricos, através dos investimentos em infraestrutura para gestão de água.	Aumentar a disposição dos recursos, a fim de improvisar os fins agrícolas, industriais e de uso turístico. Aumentar a capacidade de atrair investidores nacionais e estrangeiros.
	Dispersão espacial em número limitado de centros urbanos e áreas rurais.	Consolidar a integração espacial, a fim de desenvolver policêntricos, onde seja possível conceber a existência de âncoras que incorporam os serviços especializados, e baseados em tecnologia (energias agroalimentares, artesanato, indústrias criativas, etc.)
	As atividades do aeroporto.	Aumentar as atividades do aeroporto, a fim de conectar o interior algarvio com o exterior e aumentar o acesso para o mercado ibérico, além de outros mercados europeus, aumentando a atratividade turística e o desenvolvimento da cooperação territorial, com o intercâmbio cultural e técnico.
	A dificuldade de organizar uma cadeia de valor de produção primária	Numa base competitiva corrigir e contribuir para a redução da degradação das zonas rurais, estimulando o desenvolvimento de novas atividades como (frutas, vinho, jardinagem, etc.), através do desenvolvimento de componentes experimentais na inovação agroalimentar.
	Renovação urbana, através do esforço dos investimentos público.	Oferecer um conjunto de oportunidades económicas, através de intervenções de promoção cultural, social e económica, e colocar a universidade como um apoio relevante na modernização e cadeia de valor. Participação da elaboração de centros de produção de energia com base em energias de fontes renováveis, especialmente solar, eólica, das marés e biogás.
	A diversificação do produto turístico “sol e mar”	Expandir a oferta turística de SPAs e resorts, contribuindo no avanço significativo do valor acrescentado regional, através de um novo segmento turístico (golfe). Aumentando a promoção de emprego nas atividades complementares de lazer e agroalimentares.
	Oportunidades de trabalho estruturadas ao nível superior	Aumentar a capacidade de serviços de apoio à atividade económica, beneficiando a modernização das empresas existentes. Enquanto para a economia social, os serviços são reforçados através da criação de um cluster que

		sustentado nas ciências da vida com vínculo à Universidade do Algarve, possam gradualmente também sustentar uma escala crescente de benefícios sazonais trazidos pela comunidade estrangeira de visitantes e residentes.
	A exploração dos recursos marinhos	Promover as atividades relacionadas a exploração de recursos marinhos, e buscar, através da investigação aplicada, desenvolver uma possível valorização económica das atividades relacionadas com a aquacultura ao focar na diversificação de espécies para atrair investidores e empresas, a fim de fazer o reconhecimento da procura potencial através da exportação e do consumo de peixe. Aumentando as pesquisas e cooperação empresarial internacional quanto a assuntos como logística e diagnósticos de patologia.
	Capital humano	Desenvolver o capital humano, através da ênfase da aprendizagem e fluência em estudos linguísticos estrangeiros, no domínio e uso de novas tecnologias e educação nas artes e ‘design’, a fim de promover a modernização nas atividades existentes e contribuir para a afirmação do Algarve quanto uma região moderna, competitiva e cooperativa.
	Os centros de conhecimento da Universidade do Algarve	Estabelecer a cooperação entre os outros centros do conhecimento da Universidade, a fim de induzir o desenvolvimento do capital humano, pela criação básica de condições para a renovação económica existente e o surgimento de novas atividades mais intensivas em conhecimento e inovação.

## Apêndice 1 – Modelo do Inquérito da Resiliência – *email*

### Detalhes da Entrevista

Instituição: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ Tempo: \_\_\_\_\_  
Nome do Entrevistador: Fernanda Rosenberg Santos  
Título do Inquérito: Resiliência Regional Telefone do Entrevistador: 938 672 803  
Posição do Entrevistador: Estudante do mestrado de Turismo Económico e Desenvolvimento Regional  
Requisitos necessários ao entrevistado: O representante da instituição deverá ser capaz de responder as perguntas referentes à organização, tendo em vista sua experiência e função na organização. Ao passo que, ao responder as perguntas elaboradas de escopo aberto e macro-regional, o entrevistado deverá se atentar aos processos micro que impactaram a organização desde que houve a crise financeira global de 2007/8. Pois ao expor a sua percepção perante os caminhos de adaptação da região (Algarve), poderá comentar sobre os principais factores que permitem a análise de capacidade adaptativa regional. Por fim o interesse desta pesquisa será investigar pela percepção dos principais actores do Algarve (RIS3) a capacidade adaptativa da região à crise e os principais factores que permitiram a região responder à crise e quais medidas devem ser tomadas para tornar a região mais resiliente a próximos eventos disruptivos.

### Perguntas da Entrevista

#1: Explique a atividade da sua organização. (Enquadrando brevemente a sua função e a sua experiência, nesta atividade).

Notas: \_\_\_\_\_

**CRISE ECONÓMICA GLOBAL 2007/8** (Neste bloco buscamos entender as razões da crise no Algarve)

#2: Considerando a crise que afetou a economia global, partilhe a sua opinião geral sobre as causas desta crise.

Notas: \_\_\_\_\_

#3: Considerando esta crise, como descreve o período da crise **em Portugal**, e em particular **do Algarve**.

Notas: \_\_\_\_\_

---

#4: Como foi sentida a crise na sua organização?

Notas: \_\_\_\_\_

---

---

#5: Qual o papel do turismo na forma como a crise foi sentida no Algarve?

Notas: \_\_\_\_\_

**CAPACIDADE ADAPTATIVA DO ALGARVE À CRISE** (Neste bloco pedimos que o entrevistado **escolha uma ou mais de uma opção descrita abaixo**, que **melhor descreve(m)** o caminho que o Algarve foi capaz de responder à crise, adicionando ‘notas’ afim que o entrevistado possa explicar a(s) escolha(s). O objetivo, então será identificar os factores que permitiram a recuperação económica da região).

---

---

#6: Considera que o Algarve foi capaz de **resistir** à crise? (Isto é manter a sua economia sem grandes impactos negativos, por exemplo na produção ou no desemprego)

#7: Considera que o Algarve foi capaz de **recuperar** da crise? (Isto é recuperar dos impactos negativos, por exemplo na produção ou no desemprego, sem grandes problemas para o seu desenvolvimento de longo prazo)

#8: Considera que o Algarve foi capaz de se **reorientar** após a crise? (Isto é alterar alguns dos aspetos que o tornavam frágeis à crise)

#9: Considera que o Algarve foi capaz de se **renovar** após a crise? (Isto é criar novas possibilidades de desenvolvimento, com novos actores ou atividades económicas mais competitivos e resistentes a novas crises)

Notas: \_\_\_\_\_

**MOMENTO ATUAL** (Este bloco buscará o entendimento quanto as principais lições que os actores retiraram da crise. Através da matriz SWOT iremos representar os principais pontos de força, fraqueza, oportunidade e ameaça da região, identificados pelos actores).

---

#10: Identifique as 2-3 principais Forças e Fraquezas da região.

Notas: Forças-

Fraquezas-

#11: Identifique as 2-3 principais Oportunidades e Ameaças para a região.

Notas: Oportunidades-

Ameaças-

---

#12: Conhece a Estratégia de Especialização Inteligente da região?  
Concorda com os sectores considerados estratégicos?  
Qual a importância que atribui aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o desenvolvimento da região?

---

Notas:

---

---

---

#13: Que medidas deveriam ser tomadas para garantir uma maior resiliência/  
dinamismo económico da região algarvia?

---

Notas:

---

**Notas Adicionais**

(Por favor, neste espaço adicione notas que foram a si relevantes, ou quaisquer limitações que sentiu ao responder as perguntas deste inquérito).

## Apêndice 2 – Sinopse das Entrevistas

<p><i>Entrevista:</i></p> <p><i>Coordenador da Comissão Regional de Inovação do Algarve – 22 de Fevereiro/2019</i></p>	<p>O coordenador Hugo Barros é licenciado em Economia e possui pós-graduação em Economia da Inovação e Empreendedorismo, atualmente é mestrando e doutorando em gestão do território de inovação. É coordenador do CRIA e demonstra competência em articular os mecanismos de inovação de acordo com a administração da função de coordenação e organização entre as áreas da comissão, tais como: a gestão de planos de negócios, financiamento, incubação e investimento. O entrevistado demonstra ser ativamente participativo na busca de investidores, a fim de garantir a qualidade da transferência do conhecimento tecnológico no desenvolvimento da região. Para tanto o principal objetivo do coordenador é fortalecer a diversidade advinda do empreendedorismo de inovação como mecanismo de transformação, e reforça que esses devem ser transparentes e assegurados, por exemplo através de termos e patentes. Através da participação ativa do coordenador nas três áreas do CRIA: empreendedorismo, propriedade intelectual, transferência do conhecimento sua coordenação visa que a dimensão da organização seja capaz de desenvolver os recursos da região para o exterior. No entanto, o entrevistado ressaltou a dificuldade de massa empreendedora operacional na região, ao qual sob a mesma medida resalta a estratégia da organização em fortalecer a colaboração através da aproximação com outras universidades, por exemplo de outros países, e com as associações empresariais ao qual busca estabelecer relações de cooperação.</p> <p><b>Principais citações mencionadas durante os resultados da pesquisa.</b></p> <p>&lt;&lt;os financiamentos europeus, não nacionais também não&gt;&gt;&lt;&lt;afetou muito&gt;&gt;&lt;&lt;nos quadros comunitários não houve impacto&gt;&gt;&lt;&lt;no período de crise, as empresas que começaram a surgir foram muito mais bem pensadas, os financiamentos não haviam muita liquidez bancária, financiamentos mais faseados, fazendo com que corresse bem...&gt;&gt; &lt;&lt;o período da crise fez focar na inovação&gt;&gt;&lt;&lt;o espírito de competitividade, e também de inovação dos empreendedores nesse período aumentou a relação da oportunidade e da cooperação&gt;&gt;&lt;&lt;o turismo não é uma atividade muito específica&gt;&gt;&lt;&lt;ressentiu ao nível dos países emissores, quanto a liquidez ou poder de gasto dos turistas&gt;&gt;&lt;&lt;serviço terciário como restauração e similares, que mais ressentiu&gt;&gt;&lt;&lt;é preciso dar uma complementaridade e inter sectorialidade entre os actores regionais&gt;&gt;&lt;&lt;porque há movimentação e houve a reorientação das suas prioridades&gt;&gt;&lt;&lt;Algarve foi capaz de recuperar após a crise&gt;&gt;, &lt;&lt;quando Portugal está a melhorar o Algarve é capaz de recuperar mais rápido, e, portanto, acho que aqui estamos&gt;&gt;&lt;&lt;a estratégia regional e a RIS3...está bem pensada e estruturada para uma renovação&gt;&gt;&lt;&lt;a desfrutar dos benefícios&gt;&gt;&lt;&lt;mas também...deve haver alternativas&gt;&gt;&lt;&lt;o reforço das atividades complementares como a agricultura, o turismo, as tecnologias... os sectores da TICs, Mar e Agroalimentar, sendo reconhecidos como sectores&gt;&gt;&lt;&lt;concretização da estratégia regional, afim de manter, assegurá-la e disseminá-la... a regionalização&gt;&gt;&lt;&lt; implementação da Região Administrativa do Algarve&gt;&gt;&lt;&lt;as decisões do fundo da região devem ser avaliadas na região&gt;&gt;</p>
--	--

<p><i>Entrevista:</i></p> <p><i>Coordenadora do Centro de Investigação em Artes e Comunicação CIAC – 19 de Fevereiro de 2019</i></p>	<p>A entrevistada é coordenadora do centro de investigação em artes e comunicação e isso engloba a figura ativa da coordenadora no desenvolvimento e aprofundamento das descobertas advindas das ciências humanas no meio cultural e científico da região. Há mais de dez anos coordenando as atividades do CIAC, a entrevistada possui longa experiência e conhecimento dos constrangimentos e potenciais do centro e atuação na comunidade e foi a principal em transmitir a importância económica do sector do Turismo como o principal da estrutura económica que impacta diretamente os recursos do meio cultural na formação do senso artístico na comunidade. Seu principal interesse é juntamente com as artes visuais conseguir trazer grandes artistas contemporâneos para a região e estimular o intercâmbio cultural. Para tanto ela fala da importância da colaboração e apoio através das infraestruturas culturais presentes nos municípios, por exemplo as galerias de arte, para então em particular poder trabalhar a imagem do centro de investigação ao qual interfere na missão ativa do centro em transferir o conhecimento por entre a comunidade da região.</p> <p><b>Principais citações mencionadas durante os resultados da pesquisa.</b></p> <p>&lt;&lt;a crise transferiu justamente a ideia do capitalismo financeiro (...) que vivemos em bolhas económicas&gt;&gt;, &lt;&lt;foi muito próximo (...) foram feitas novas avaliações nos centros de investigação do país inteiro e o nosso centro que era excelente passou para bom (...) isso significou um corte, bastante forte nos fundos que recebíamos de apoio financeiro de estado e isso não foi só o CIAC que sentiu, mas todos os centros&gt;&gt; &lt;&lt;a mudança no tipo de oferta turística, configura-se para um turismo permanente, ou de residentes&gt;&gt; &lt;&lt;Nos últimos anos no país e sobretudo como tem sido vivenciado, ou criado novas formas de turismo...isso quer dizer, uma investigação sobre os recursos da região que não só tem haver com o turismo de 'sol e mar', mas estão ligados a preservação da própria cultura&gt;&gt; &lt;&lt;a riqueza cultural tem aumentado na região, através das câmaras e das associações...através de festivais: exemplo som riscado...festivais com jovens e ações diferentes, através de audiências especializadas&gt;&gt;</p>
<p><i>Entrevista:</i></p> <p><i>Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano – 7 de Março de 2019</i></p>	<p>O entrevistado é coordenador e fundador do recente centro de investigação interdisciplinar em arqueologia e evolução do comportamento humano na região do Algarve. O entrevistado atribui constante valor a capacidade de desenvolvimento e debate de jovens em fundamentar estudos que agregam valor no aprofundamento de outros estudos sobre a evolução do comportamento humano. Ele é recém-chegado de Lisboa, e possui experiência em coordenar, pois foi também vice-diretor de um centro de arqueologia de Lisboa e possui experiência na área a longo tempo.</p> <p><b>Principais citações mencionadas durante os resultados da pesquisa.</b></p> <p>&lt;&lt;da deceção geral relativa ao sistema bancário&gt;&gt; &lt;&lt;uma vez que um dos sistemas produtivos do Algarve era exatamente a construção&gt;&gt; &lt;&lt;a alteração proposta pela Fundação pra Ciência e Tecnologia em 2013, esta permitiu uma nova maneira de pensar em estrutura&gt;&gt;, isto é &lt;&lt; numa tentativa de recuperação da crise&gt;&gt; &lt;&lt;a construção dessa nova instituição que é exatamente virada com o objetivo claro científico&gt;&gt; &lt;&lt;se pense na concorrência&gt;&gt; &lt;&lt;apesar de haver novos actores, nessa perspectiva no turismo, começa haver uma perspectiva maior na restauração&gt;&gt; ou</p>

	<p>então &lt;&lt; uma produtividade a nível vinícola&gt;&gt;&lt;&lt;eram estruturas que já existiam e que de certa maneira se alargaram e que se renovaram ligeiramente&gt;&gt;&lt;&lt;restritivos particularmente...por exemplo na arqueologia, no património&gt;&gt;.</p>
<p><i>Entrevista:</i> Centro de Investigação de Eletrónica, Optoelectrónica e Telecomunicações – 25 de Fevereiro de 2019</p>	<p>O entrevistado é coordenador do centro de investigação em Eletrónica e Optoelectrónica e Telecomunicações do Algarve há mais de sete anos. Sua presença antiga e ativa em captar projetos para o desenvolvimento do centro traz a luz pontos críticos do desenvolvimento tecnológico na região do Algarve, pois os mesmos citados pelo entrevistado transparecem certa recorrência e falta de proximidade de organizações públicas em investir no desenvolvimento de aparelhos e sistemas tecnológicos para a formação dos recursos humanos na região. Diante da posição de coordenação do centro o entrevistado destacou a eficiência dos projetos que desempenha mesmo que perante a limitação dos recursos financeiros para o desenvolvimento a fim de que os poucos projetos possam ser mais transformadores na região. Com destaque para o tamanho reduzido do centro o entrevistado denotou tranquilidade e sabedoria em aceitar as adversidades estratégicas da região e contestou a necessidade de debates que envolvam o literal sentido de comissão e representação regional dos assuntos que determinam a responsabilidade da região em desenvolver os recursos tecnológicos de longo prazo para a região.</p> <p><b>Principais citações mencionadas durante os resultados da pesquisa.</b></p> <p>&lt;&lt;é a dependência excessiva do turismo&gt;&gt;&lt;&lt;financiamento para a Ciência e Tecnologia foi bastante reduzido, e, portanto os centros sentiram um pouco&gt;&gt;.&lt;&lt;houve uma certa adaptação do tecido económico do Algarve, e certa abertura do sistema industrial e económico&gt;&gt;, &lt;&lt; a impressão que está a passar um pouco pela parte agrícola&gt;&gt;&lt;&lt;parte florestal&gt;&gt;&lt;&lt;começam a aparecer investimentos e alguns projetos...a ver com o mar, por exemplo projetos de aquacultura, a produção de sal, muito ligadas com o boom ambiental&gt;&gt;&lt;&lt;fatalmente óbvia, há muito planos e projetos, que não seriam possíveis sem os fundos&gt;&gt;..</p>
<p><i>Entrevista:</i> Centro de Ciências do Mar – 22 de Fevereiro de 2019</p>	<p>O entrevistado é técnico competente de representação do centro de investigação em ciências do mar na região do Algarve. Apesar do pouco tempo de experiência em representar o centro ao qual desempenha a função de prospecção e angariação de investimentos para a organização, o mesmo estabelece relações públicas e dá apoio aos investigadores em candidaturas e patrocínios para as atividades do centro, ao passo que o entrevistado falou sobre possuir estreitas relações com o centro de investigação, mesmo antes de sua entrada na organização. O entrevistado costuma acentuar extrema relevância da presença de liderança do centro de investigação em ciências do mar ao nível europeu, ao mesmo tempo que fortifica a importância da cooperação e colaboração internacional.</p> <p><b>Principais citações mencionadas durante os resultados da pesquisa.</b></p> <p>&lt;&lt;sobretudo baseada na especulação financeira e imobiliária &gt;&gt;&lt;&lt;essa bolha refletiu-se nos outros impactos como os sistemas</p>

	<p>financeiros&gt;&gt;&gt;&lt;&lt;desemprego&gt;&gt;&gt;&lt;&lt;diminuição da atividade&gt;&gt;&gt;&lt;&lt;ainda não conseguimos sair desse <i>lock-in</i>&gt;&gt;&gt;</p>
<p><i>Entrevista:</i></p> <p>Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações – 18 de Março de 2019</p>	<p>O entrevistado é professor e investigador associado do centro de investigação, e possui longa experiência na área académica lecionando disciplinas como estratégia e planeamento. O professor é interessado em desenvolver projetos táticos e administrar operações. Nesse sentido, em relação a funcionalidade do centro de investigação sobre espaço e organizações, o enxerga como um centro com abrangência muito ampla e pouco operacional. Neste momento o investigador que é associado do centro participa de uma nova fase de transição objetiva do centro e apoia a mudança pela participação do centro em desenvolver projetos com maior finalidade empresarial ao sector do Turismo. Sendo assim, é a favor de uma visão mais objetiva ao desempenho e emprego dos recursos de pesquisa as necessidades do sector do turismo.</p> <p><b>Principais citações mencionadas durante os resultados da pesquisa.</b></p> <p>&lt;&lt;sou investigador associado do CIEO&gt;&gt;&lt;&lt;a crise dos produtos <i>subprime</i> financeiro, mascarada na especulação financeira e imobiliária foi a ponta do iceberg, onde o boom ocorreu nos anos 2007/8, pois tinham alicerces frágeis atreladas com as políticas de crédito&gt;&gt;&lt;&lt;uma coisa era o crédito que se concediam as grandes empresas através de empréstimos especulativos e outra coisa era o crédito que se concedia as famílias&gt;&gt;&lt;&lt;a história da crise é objeto de estudo dos partidos políticos&gt;&gt;&lt;&lt;o modelo keynesiano sobre o aumento dos gastos do Estado&gt;&gt;&lt;&lt; pedir o socorro do fundo monetário e do banco central europeu, afim de fazer as reformas estruturais&gt;&gt;. &lt;&lt;em Portugal foi por um lado essa parte da imobiliária como reflexo na atividade económica dos bancos, e que depois também houve a crise que gerou a própria crise...que diante do volume de gastos do estado provocou o endividamento do estado, enquanto que as grandes imparidades que os bancos não conseguem se pagar vem do endividamento a que geraram a grandes empresas na concessão de empréstimos&gt;&gt;&lt;&lt;a economia do Algarve sempre foi muito dependente...a crise sentida pelo turismo pelo mercado britânico, começou por alguns empreendimentos que tiveram problemas durante a crise&gt;&gt;&lt;&lt;a influência demasiada em projetos de larga escala com os bancos foram os que tiveram mais dificuldade durante a crise e dos créditos que não se pagaram – imparidades&gt;&gt;&lt;&lt;os grupos portugueses como o Vila Galé, Grupo Pestana, tiveram dificuldade de crédito, mas que não afetou a contingência de sua operação, que era muito diversificada e conseguiram cavalgar a crise sem ser muito afetado&gt;&gt;. &lt;&lt;trabalho temporário&gt;&gt;&lt;&lt;foi sentida na diminuição da sazonalidade, com a entrada de novos mercados que não costumávamos a adentrar e que agora estamos expandindo, como o turismo residencial de franceses, italianos e nórdicos, que vem para o Algarve, (...) na parte do turismo, estão aborbulhar com os grupos económicos em expansão, exemplo Tivoli, Pestana e Vila Galé, atividades de grupos espanhóis (...) os produtos alternativos do turismo, com o surf na costa vicentina, a observação de aves, quer dizer não são assim substitutos ao produto ‘sol e mar’, mas são complementares a demanda&gt;&gt;&lt;&lt;ao boom da procura turística, são competitivos pelo custo de exploração mais barato, e com valores mais baratos com certa qualidade&gt;&gt;&lt;&lt;está a combinar coisas que tem ciclos de desenvolvimento diferentes&gt;&gt;</p>
<p><i>Entrevista:</i></p>	<p>A entrevistada da região do Algarve não mencionou características particulares sobre a sua pessoa, pois por procedimentos internos desejou participar da entrevista</p>

<p>Região de Turismo do Algarve - Recebimento das respostas do inquérito por email no dia 26 de Fevereiro de 2019</p>	<p>submetendo as informações a aprovação e processos internos da organização. Sendo assim, o conteúdo das respostas do inquérito por email foi bem completo e de extrema relevância para entender sobre a organização e o espaço de mudanças durante a crise, não subentendo proposições particulares. Ao mesmo tempo que o tempo tomado pela organização para retornar as respostas foi estendido conforme solicitação da entrevistada, sendo possível mais tempo para aprovação e revisão das respostas enviada de forma a representar a perspectiva da organização sobre a resiliência regional à crise.</p> <p><b>Principais citações mencionadas durante os resultados da pesquisa.</b></p> <p>&lt;&lt; neste período, para além das já existentes fragilidades estruturais da economia portuguesa, assistia-se ainda a uma redução no investimento, a uma maior dificuldade no acesso ao crédito, a uma forte retração do consumo interno e a uma acentuada quebra nos indicadores de confiança&gt;&gt;&lt;&lt;Assistiu-se a um fraco crescimento da economia, fruto da conjuntura internacional&gt;&gt;&lt;&lt;que ao somar às questões estruturantes do mercado interno, trouxe resultados evidentemente negativos para o sector do turismo pela redução da procura, a maior restrição no acesso ao crédito&gt;&gt;&lt;&lt;numa pequena economia aberta, onde o sector do turismo está fortemente dependente do desempenho dos mercados emissores, quaisquer flutuações nos seus índices, têm consequências diretas e imediatas no grau de produtividade do turismo&gt;&gt;&lt;&lt;como guião estratégico&gt;&gt; &lt;&lt;trabalho de Alinhamento da Estratégia Regional com o Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT)&gt;&gt; &lt;&lt;turbulência nos mercados financeiros internacionais colocaram à RTA enormes desafios, os quais exigiram soluções criativas e eficazes&gt;&gt;&lt;&lt;desenvolveu um conjunto de ações muito significativas numa aposta forte de promoção...mantendo a perspectiva sobre a quebra da sazonalidade, o incentivo a novas ligações aéreas, a promoção de produtos alternativos, como a observação de aves, a gastronomia aliada à enologia, a cultura e a natureza, e ainda a excelência no atendimento e no serviço e a promoção da qualidade da região do Algarve&gt;&gt;&lt;&lt;implicaria uma nova dinâmica e uma estratégia concertada entre os vários actores (...) as ideias chave focaram aspetos que se prendiam com o investimento, com a criatividade, com a inovação, com a assertividade nas ações desenvolvidas cada vez mais objetivadas e dirigidas a um alvo muito específico, à observância das mudanças nas motivações do cliente tipo, às tendências dos vários mercados concorrentes&gt;&gt;&lt;&lt;essa recuperação está diretamente ligada ao sector dos serviços, particularmente os associados ao turismo que continua a ser o principal motor da economia regional&gt;&gt;&lt;&lt; a chamada economia do mar poderá ser outra das áreas em que, para além da componente “turismo”, existe grande potencial para a diversificação da atividade económica&gt;&gt;.</p>
<p><i>Entrevista:</i> Associação Empresarial Região do Algarve - Recebimento das respostas do inquérito por</p>	<p>O entrevistado é o Vitor Neto, atual presidente da organização e empresário. O seu livro Portugal Turismo - Relatório Urgente é útil por transparecer a implicação pública ao qual traz a importância de se focar no turismo para residentes. O conteúdo da leitura somou o conhecimento mais profundo de outros governos em Portugal e a relação do turismo na região do Algarve, além de ratificar importante participação política na decisão do desenvolvimento da região do Algarve, como influência do meio cultural e com impactos económicos e políticos.</p>

<p>email no dia 12 de Março de 2019</p>	<p><b>Principais citações mencionadas durante os resultados da pesquisa.</b></p> <p>&lt;&lt;pôs a nu as debilidades estruturais e financeiras dos países mais frágeis&gt;&gt;&lt;&lt;região em que o peso das atividades ligadas ao turismo, os efeitos da crise foram evidentes na quebra de presença e nos gastos dos turistas estrangeiros &gt;&gt;&lt;&lt;a minha organização – ligada sobretudo ao comércio e distribuição conheceu uma quebra de vendas, que exigiu também a aceleração do seu processo de reestruturação que vinha em curso, que tinha como objetivo a adequação às novas dinâmicas da economia da Região&gt;&gt;. &lt;&lt; a crise teve impacto em toda a região e em todos os seus sectores económicos, não só nos ligados ao turismo&gt;&gt; &lt;&lt;o sector de serviços incluindo o Turismo, representa 85% do VAB da Região. O Algarve está a «trabalhar melhor» dentro do velho modelo, o que é perigoso&gt;&gt;&lt;&lt;apesar de alguma recuperação, devida sobretudo ao Turismo, o Algarve não foi capaz de se reorientar após a crise&gt;&gt;&lt;&lt;um forte desequilíbrio estrutural – um elevado peso das atividades ligadas direta ou indiretamente ao Turismo (o que não tem nada de mal), e um peso fraco dos outros sectores (o que é negativo)&gt;&gt; &lt;&lt;esta trará maior capacidade de tomada de decisão regional&gt;&gt;</p>
---	---

### Apêndice 3 – Tabela dos Contactos Realizados durante a Pesquisa

Actores	Descrição/ Nome	Contactados Presencialmente	Contactados por email e telefone	Entrevistado
ACRAL	Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve	Sim	Sim	Não
AECOPS	Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços	Não	Sim	Não
AHETA	Associação de Hotéis e Turismo de Propriedades do Algarve	Não	Sim	Não
AIHSA	Associação de Hoteleiros e Trabalhadores Similares do Algarve	Sim	Sim	Não
AMAL	Comunidade Intermunicipal do Algarve	Não	Sim	Não
ANJE	Associação Nacional de Jovens Empresários	Não	Sim	Não
ATA	Associação do Turismo do Algarve	Não	Sim	Não
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	Não	Sim	Não
CCMAR	Centro de Ciências do Mar	Sim	Sim	Sim
CEAL	Confederação dos Empresários do Algarve	Sim	Sim	Não
CEOT	Centro de Eletrónica, Optoelectrónica, e Telecomunicações	Sim	Sim	Sim
CIAC	Centro de Investigação em Artes e Comunicação	Sim	Sim	Sim
CIEO	Centro de Investigação sobre o espaço e organizações	Sim	Sim	Sim
CIMA	Centro de Investigação Marinha e Ambiental	Sim	Sim	Não
CINTAL	Centro de Investigação Tecnológica do Algarve	Sim	Sim	Não
CRIA	Centro Regional de Inovação do Algarve	Sim	Sim	Sim
ICArEHB	Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano	Sim	Sim	Sim
NERA	Associação Empresarial Região do Algarve	Não	Sim	Sim
RTA	Região do Turismo do Algarve	Sim	Sim	Sim